

autografia



ORGANIZAÇÃO

Mara Rita Duarte de Oliveira

Luis Mauro Santos Silva

Geovanna de Lourdes Alves Ramos

Práticas de pesquisa e realidade camponesa

EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

ORGANIZAÇÃO

MARA RITA DUARTE DE OLIVEIRA

LUIS MAURO SANTOS SILVA

GEOVANNA DE LOURDES ALVES RAMOS

Práticas de pesquisa e realidade camponesa

Experiências formativas na
educação do campo

autografia

Rio de Janeiro, 2018

Práticas de pesquisa e realidade camponesa: experiências formativas na educação do campo

OLIVEIRA, Mara Rita Duarte de (org.)

SILVA, Luis Mauro Santos (org.)

RAMOS, Geovanna de Lourdes Alves (org.)

ISBN: 978-85-518-0995-2

1ª edição, abril de 2018.

Editora Autografia Edição e Comunicação Ltda.

Rua Buenos Aires, 168 – 4º andar, Centro

RIO DE JANEIRO, RJ – CEP: 20070-022

www.autografia.com.br

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem prévia autorização do autor e da Editora Autografia.

CONSELHO EDITORIAL

Afonso Welliton de Souza Nascimento

Doriedson do Socorro Rodrigues

Eliomar Azevedo do Carmo

Estela Martini Willeman

Flávio Bezerra Barros

Geovanna de Lourdes Alves Ramos

Jadson Fernando Gonçalves Garcia

Sebastião Martins Siqueira Cordeiro

Odete da Cruz Mendes

Rosângela do Socorro Nogueira de Sousa

APRESENTAÇÃO

A coletânea Práticas de Pesquisa e Realidade Camponesa: Experiências Formativas na Educação do Campo apresenta um conjunto de textos produzidos por educandos, educandas, educadores e educadoras da licenciatura de Educação do Campo e de Bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de iniciação à Docência (PIBID-Diversidade/UFPA), são textos costurados a muitas mãos e a muitos sonhos partilhados na Região Tocantina.

Esses textos acendem perspectivas de uma visão singular acerca da identidade cultural, intelectual, regional e nacional de sujeitos, que ao lançarem mão de suas experiências também contribuem para alicerçar a memória coletiva da Educação do Campo como espaço de construção individual e coletiva das comunidades e escolas do campo na Amazônia.

Assim, desejamos a todos uma leitura amorosa e reflexiva de nossa realidade Cultural e política.

Os Organizadores.

ESCOLA DO CAMPO, DOCÊNCIA E A RELAÇÃO ESCOLA E COMUNIDADE CAMPONESA

Alessandra Ferreira de Araújo

Adrielle Valente da Cunha

Diuliane Costa Santos

Mara Rita Duarte de Oliveira

1. Introdução

Ultimamente a temática Educação do Campo vem sendo problematizada nas Universidades brasileiras através de forças dos movimentos sociais. A Educação do Campo é um conceito que surgiu no final do século XX (1990), por meio das lutas dos movimentos sociais, particularmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os quais foram protagonistas da emergência da Educação do Campo, voltada especificamente para atender esse público.

Conforme Sousa (2006), em sua análise sobre o tema, o ponto de partida se deu mediante a inserção das discussões na agenda política do Estado. Nesse processo surgiram inúmeras parcerias, experiências educativas e mudanças na estrutura política, econômica e social do país, tendo como principais sujeitos os trabalhadores rurais e a necessidade de criação de conhecimentos educacionais crí-

ticos, voltados aos próprios sujeitos do campo e seus distintos territórios.

A Educação do Campo tem como princípio contemplar um ensino voltado para a realidade de seus alunos, onde o conteúdo curricular e as metodologias de ensino do professor devem ser apropriadas às necessidades e interesses dos sujeitos do campo, valorizando dentre outros aspectos, a cultura e o modo de vida da criança que vive na zona rural.

Nesse sentido, este trabalho busca fazer uma análise de como está sendo realizado o trabalho do professor na Escola Sagrada Família; a relação da escola com a comunidade e no que tem contribuído para a valorização dos aspectos culturais; os saberes e o modo de vida dos alunos e a participação das famílias na vida escolar de seus filhos e; qual a importância que tem a escola para elas.

A coleta dos dados foi feita por meio de entrevistas com questões semiestruturadas realizadas com o gestor da escola, uma professora formada em Educação do Campo, moradores da comunidade e com os pais e mães de alguns alunos da escola. O *lôcus* da investigação, foi a Comunidade Ramal Tauerá de Beja que, localizada a 13 km da sede do Município de Abaetetuba (PA). A origem da comunidade se deu a partir de um povoado indígena, em específico, com a divisão em cinco famílias: os “Baías”, os “Monteiros”, os “Pires” (descendentes de portugueses) e os “Rodrigues” que atualmente são poucos, pois a maioria já se mudou da localidade. No presente, a comunidade possui descendentes das cinco

famílias de onde iniciou o povoamento, segundo dados da associação de moradores (AMPROTAB – Associação do Taue-
rá de Beja), e é composta por 129 famílias (aproximadamen-
te 648 habitantes).

Foto 1: A Comunidade



Fonte: Arquivos da Pesquisa

A agricultura familiar é a principal atividade econômica da comunidade, destacando-se o plantio da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) e seus derivados, seguido do manejo de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), produção de carvão, artesanato feito com a palmeira demiriti (*Mauritia flexuosa* L.). Além da renda proveniente de outras atividades agrícolas, tem os salários de alguns funcionários públicos municipais e estaduais, aposentados e pensionistas, como também de alguns comerciantes locais, autônomos e pescadores que compõem a economia local.

2. A realidade pedagógica da Escola Municipal Sagrada Família

A escola surgiu em 1973 com apenas uma professora para atender aproximadamente 50 alunos, de alfabetização à 3ª série (classe multisseriada), sendo que a sala de aula funcionava na casa da própria professora ou por meio de prédios cedidos. Atualmente a escola possui prédio próprio.

Foto 2: A escola



Fonte: Arquivos da Pesquisa

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Sagrada Família, foi inaugurada em 20 de agosto de 1994. É uma escola de pequeno porte, localizada na zona rural, há 13 quilômetros da sede do município de Abaetetuba na Comunidade Ramal Tauerá de Beja, próxima da igreja católica que dá nome a escola. Vale ressaltar que toda a comunidade faz parte da história desta instituição escolar,

pois foram os próprios pais dos alunos que começaram a construção da mesma.

É uma escola de fácil acesso, sendo que o principal meio de transporte utilizado pelos alunos é a bicicleta, a motocicleta e canoas. Sobre o perfil dos alunos atendidos pela escola, são em sua maioria famílias de classe baixa, filhos de agricultores da comunidade.

Seu vínculo administrativo é o Municipal. Possui 4 turmas regulares com 82 alunos divididos em Educação Infantil (maternal II e período I) com 16 alunos em multissérie no horário da manhã. Além dessa, no mesmo horário do período I e II, também há a multissérie com 16 alunos. No período vespertino a escola oferta o 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental menor com 25 alunos multissérie e 4º e 5º ano multissérie com 25 alunos. Ressalta-se que a escola tem 03 turmas do projeto Mais Educação, que funciona no contra turno e atende alunos do 1º ao 5º ano em todos os dias da semana com as seguintes oficinas: Conhecimento Pedagógico (Português e Matemática), Dança, Percussão e Futsal.

O corpo docente é composto por sete professores, seis efetivos e um contratado, sendo quatro com formação em Licenciatura Plena (1 Educação do Campo, 1 Informática e 2 Letras), um especialista, e uma professora que possui o Ensino Médio Magistério. Além dos sete docentes a escola possui uma servente, uma merendeira e um vigilante.

Em relação aos espaços físicos da escola, a mesma possui três salas de aula, um laboratório de informática, copa, calçada coberta, dois banheiros na parte externa ao corpo da

escola. Também foi construído com recursos da comunidade local e da própria escola proveniente do Governo Federal, um refeitório e uma cozinha mais ampla com depósitos para merenda e materiais de limpeza. Entretanto, esses espaços não se encontram devidamente organizados, pois falta o revestimento do piso, o reboco, a pintura e a instalação elétrica. Contudo, a escola já utiliza desse espaço para suas atividades.

Sobre os mobiliários da escola a mesma conta com cadeiras e mesas suficientes para todos os alunos e professores, quadro magnético nas salas e laboratório de informática, armários para condicionamento de materiais pedagógicos, ventiladores, central de ar, geladeira, freezer, forno micro-ondas, Datashow, bateria e instrumentos musicais, caixa amplificada, DVD, ente outros equipamentos eletrônicos.

Foto 3: Refeitório da escola



Fonte: Arquivos da Pesquisa

Para administrar e aderir aos programas do Governo Federal, assim como ser um parceiro da escola, há um Conselho Escolar formado desde o ano de 1999, onde os membros são escolhidos de forma democrática através eleições diretas, realizadas a cada dois anos pelos membros da comunidade escolar.

A escola não possui coordenador pedagógico, porém o gestor responde por questões que caberia ao mesmo. Em sua entrevista ele relatou que na maioria das escolas do campo não há coordenador pedagógico, somente em algumas escolas de grande porte que dispõe dos mesmos. Verifica-se um acúmulo de funções de um gestor de Escola do Campo, que na maioria das vezes tem função de professor, de coordenador pedagógico, de assistente administrativo, de secretário, entre outras funções. Há uma assistência por parte da escola Polo e dos professores da própria escola, como também da secretaria de educação. Segundo o gestor da instituição escolar não há um Projeto Político Pedagógico (PPP) e são muitas as dificuldades de reunir toda a comunidade escolar para construir coletivamente o PPP, coletar as informações, o tempo é muito reduzido. Ademais, falta orientação por parte da Secretaria Municipal de Educação, como também não há uma cobrança da SEMEC, ou seja, uma obrigatoriedade em se construir o PPP da escola.

Os professores da escola Sagrada Família trabalham baseados na proposta curricular da Secretaria Municipal de Educação, porém procuram adaptar à realidade do campo, valorizando os saberes que o aluno possui e que são pró-

prios da comunidade tais como: artesanato, feira cultural, horta, Pastoral do Menor, produção da agricultura e pesca, entre outros.

Em entrevista realizada com uma professora da escola pesquisada, formada em Educação do Campo pelo Instituto Federal, o objetivo principal foi o de identificar de que forma ela trabalha em sala de aula, e se realiza ou já realizou aulas ou projetos diferenciados para os alunos, - tendo em vista a sua realidade -, e como ela pode contribuir com seu trabalho para o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. Na narrativa da educadora tivemos o conhecimento que leciona há quinze anos na escola, sendo há dez anos como professora efetiva.

Para desenvolver o conhecimento sobre a realidade dos alunos, onde vivem e atuam, é necessário identificar os problemas da comunidade e buscar propostas de intervenção para solucionar ou melhorar as situações problemáticas identificadas. É preciso vincular as disciplinas com a realidade local através das ações, trabalhos, pesquisas e execução de projetos (BATISTA, 2007).

A professora, quando questionada se faz a articulação do currículo escolar com a realidade dos alunos, respondeu que procura utilizar as orientações do currículo formal fazendo adaptações que envolvam a realidade, que realiza aulas diferenciadas focando não apenas a realidade em que os alunos estão inseridos, como também outras vivenciadas por eles. A falta de recursos, infraestrutura e suporte tecnológico, segundo a professora são uns dos maiores desafios

enfrentados como professor de uma escola do campo. O que configura a falta de políticas públicas voltadas para as escolas do campo que atendam às suas reais necessidades dos sujeitos do campo.

O maior desafio enfrentado pela escola, segundo os entrevistados é a ampliação para outras séries, já que a mesma atende até o 5º ano do Ensino Fundamental menor. Para dar continuidade aos estudos, os alunos se dirigem para a cidade, e lá se deparam com uma realidade totalmente diferente dos seus viveres no/do campo. Ou seja, os docentes não conhecem o seu cotidiano, e isso dificulta o diálogo entre culturas, seus saberes e o modo de vida.

Foto 4: Alunos no Recreio



Fonte: Arquivos da Pesquisa

3. A relação da escola com a comunidade

A participação da comunidade nos projetos e programas escolares possibilita a socialização e a valorização da cultura e da realidade dos alunos, deixando bem clara a importância que a Escola dá a essa realidade e as experiências da vida de seus alunos. Segundo o gestor da escola em entrevista, um exemplo de articulação de saberes para produção de um trabalho coletivo é a Feira Cultural da escola, que envolve desde alunos da Educação Infantil ao 5º ano, como também toda a comunidade. Nessa feira cultural são desenvolvidos trabalhos que valorizam os saberes e a cultura local, tais como: as plantas medicinais, o processo produtivo da mandioca, o manejo do açaí, artesanato de miriti, entre outros.

A festa junina da Escola, que já é tradição, é outro exemplo de trabalho coletivo que envolve toda a comunidade, pois valoriza a cultura local através das danças, apresentações de quadrilha, carimbó e outras. A junção da escola com a comunidade, por meio dessas atividades, resulta para o aluno e moradores em geral um maior conhecimento, sobre os aspectos culturais e características do meio onde estão inseridos, para que possam saber viver nesse espaço, conheçam e saibam utilizar as riquezas de sua terra.

A questão educacional abre horizontes de conhecimentos, podendo levar o indivíduo a entender o valor de uma vida onde haja um relacionamento saudável com o planeta do qual fazemos parte. Nesse sentido, Gadotti afirma que:

A educação carrega de intencionalidade os nossos atos. Precisamos ter consciência das implicações de nossas escolhas. O processo educacional pode contribuir para humanizar o nosso modo de vida. Temos que fazer escolhas. Elas definirão o futuro que queremos (GADOTTI, 2009, p. 62).

4. A participação da família na vida escolar de seus filhos

A família é o primeiro lugar onde se deve começar a educação, é com ela que aprendemos valores que levaremos para o resto da vida. Nesse sentido a família, assim como a escola, tem papel fundamental na educação das crianças, aja vista que a escola e a família devem trabalhar juntas para construir novos cidadãos que contribuam para uma sociedade mais justa e igualitária.

As famílias entrevistadas são agricultores trabalham na roça com mandioca, macaxeira, maxixe (*Cucumis anguria* L.), milho (*Zea Mays* L.), entre outros, na produção de carvão, manejo do açaí, criação de pequenos animais e extrativismo. Ressalta-se que os agricultores não recebem nenhum tipo assistência ou apoio do governo ou de Órgãos de Assistência técnica; trabalham da sua maneira como aprenderam com seus pais, de forma ecológica sem o uso de produtos químicos. Sua principal fonte de renda é a venda dos produtos advindos da agricultura os quais são comercializados na própria comunidade para moradores e atravessadores e programa do governo federal (bolsa família).

Em entrevistas com as famílias foi possível observar que estas, apesar do pouco estudo, consideram a educação primordial para seus filhos e a única maneira deles terem uma vida melhor. Ao perguntamos como cada família vê o papel da escola, afirmaram que é de suma importância e que tem papel fundamental na educação de seus filhos, pois sem a escola não se aprende e é muito importante estudar para ter uma boa profissão. Consideram que o desempenho de seus filhos na instituição escolar é de fundamental importância para a aprendizagem. As famílias ainda ressaltam a importância dos professores de seus filhos serem da própria comunidade, onde todos se conhecem, o que facilita o diálogo entre eles. Os entrevistados ainda afirmam participar ativamente do dia a dia da escola para se informar e saber o que se passa.

Para os familiares dos estudantes, a educação é muito importante, pois por meio da escola ocorre a formação de cidadãos pensantes, ensina valores, possibilita uma vida mais digna, além de melhorar a forma de trabalhar a terra.

5. Considerações Finais

A realização dessa pesquisa possibilitou conhecer melhor a realidade das escolas do campo, em especial da Escola Sagrada Família. Apesar das inúmeras dificuldades, tais como com a infraestrutura, o apoio pedagógico, o material didático adequado para a realidade do campo, entre outras, pode-se analisar pelas narrativas o desenvolvimento educacional dos alunos, na adequação dos conteúdos à realidade em que estes estão inseridos.

Constatou-se que os professores da escola se esforçam para contribuir com a realidade dos estudantes e promover a articulação entre os conteúdos e os aspectos da realidade por eles vivenciadas. Nesse sentido, as narrativas da professora entrevistada reforça que o maior desafio é conseguir que a escola atenda a partir do 6º ano, para que não seja necessário as crianças saírem da comunidade para estudar em outros espaços. A docente sonha encontrar parcerias para a valorização e o respeito desses sujeitos, em específico, para cumprir as propostas da/para a Educação do Campo.

Ou seja, ampliar para outras séries a partir do 6º ano é de fundamental importância, visto que a Escola Sagrada Família já trabalha adequando os conteúdos com a realidade dos alunos e quando estes passam a estudar na cidade, se deparam com uma realidade totalmente diferente. Nesse processo, de saída dos alunos de sua comunidade, há uma quebra desses valores, propiciando ao aluno uma visão negativa de seu espaço como um lugar de atraso. Assim é muito importante a relação entre a escola e a comunidade, para que juntas possam reunir forças para as possíveis mudanças e transformações entre os sujeitos e os seus espaços sociais.

Através da pesquisa é possível afirmar que a Educação do Campo aos poucos vem ganhando seu espaço, e que a Escola Sagrada Família está no caminho certo, pois valoriza os saberes dos seus alunos. Compreende-se que muito ainda precisa ser feito, falta políticas públicas voltadas para as escolas do campo, para que essas possam atender seus alunos de forma digna e, acima de tudo, a elaboração de um

Projeto Político Pedagógico da Escola. Por fim, a docente entrevistada ainda enfatizou ver o campo como um lugar de possibilidades, pois o que falta é um olhar dos governantes e colocar em prática políticas públicas em favor do campo.

Referências

- BATISTA, M. do S. X. A educação popular do campo e a realidade camponesa. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 30, Caxambu, MG, 2007. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT06-3377--_Int.pdf>. Acesso em: 02 de setembro, 2017.
- GADOTTI, Moacir. **Educar Para a Sustentabilidade**. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2009.
- SOUZA, M. A. **Educação do Campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

OS DESAFIOS DA ESCOLA DO CAMPO EM PERÍMETRO PERIURBANO: CASO DA COMUNIDADE JARUMÃ E A ESCOLA ADRIANO RODRIGUES CARDOSO

Ana Lúcia Vasconcelos Lobato

Daniela de Abreu Ribeiro

Marinilda Corrêa Sardinha

Rosângela do Socorro Nogueira de Sousa

1. Introdução

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar a Escola Adriano Rodrigues Cardoso e os desafios enfrentados pela comunidade escolar na constituição da mesma em suas atividades diárias. Nesse sentido, pretendemos refletir sobre as transformações locais, tais como os relacionados à instituição escolar, apresentando a dinâmica em seus diferentes aspectos e percursos; e se essas mudanças proporcionaram implicações em diversos setores. Para justificar a elaboração deste trabalho temos como ponto de análise as peculiaridades e os desafios vivenciados por diferentes sujeitos na construção de uma escola do campo, levando em consideração a realidade local em que a instituição escolar se encontra.

Na elaboração do artigo utilizamos a metodologia do tipo quantitativo-interpretativo, além de consulta a referenciais bibliográficos e levantamento de dados com a pesquisa de campo, tomando como *locus* de pesquisa a Comunidade Jarumã e a Escola Adriano Rodrigues Cardoso.

2. Metodologia

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa foi do tipo quantitativo-interpretativo, além de acervos bibliográficos e levantamento de dados, tomando como foco principal de pesquisa a Comunidade Jarumã e a Escola Adriano Rodrigues Cardoso. Foi utilizado para a coleta de dados, entrevistas com o diretor e a coordenadora pedagógica da escola e duas famílias da comunidade, por meio de questionário semiestruturado para a obtenção de informações.

3. A pesquisa

A Educação do Campo vem se mostrando como um importante instrumento no processo de mudanças, pois a educação é o meio mais eficaz de formação de sujeitos capazes de lutar por direitos e de valorizar sua cultura, modo de vida, costumes.

3.1. Comunidade Jarumã

A Comunidade Jarumã está localizada no km 03 da PA 409, estrada de acesso à Vila de Beja. O início de sua fundação se deu poucas famílias, em torno de 20, que vieram das ilhas e começaram a povoar o lugar. Pelos dados pesquisados,

vivem cerca de 300 famílias na comunidade. Outrora não existiam estradas na comunidade, apenas picos por onde as pessoas passavam; depois foram abrindo ramais e assim a localidade foi crescendo.

O sustento das famílias era único e exclusivamente retirado da biodiversidade natural, a base era a produção de farinha de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz.), a qual era a principal fonte de alimentação, aliada à pesca, caça e a plantação de outras espécies, as frutíferas por exemplo.

A situação era muito difícil, pois não existia aposento ou qualquer tipo de benefício social que pudesse colaborar com a renda das famílias. E, morar no interior era um fator relevante, pois como não tinham dinheiro para comprar as coisas que necessitavam, retiravam da natureza o seu sustento.

Havia também, à época, uma forma de troca: os moradores das ilhas tinham muita fartura de peixes e os moradores das comunidades da estrada tinham a variedade de frutas, caças, então eles realizavam a troca desses alimentos entre eles, pois eles não tinham dinheiro para comprar e a troca era a forma de aquisição.

Nos dias atuais, as pessoas conseguem sobreviver com um pouco mais de conforto, pois a maioria já tem acesso a muitos benefícios sociais, como bolsa família, aposento, e outras formas como empregos em firmas e empresas privadas, cargos públicos, dentre outros. Sendo assim, a agricultura não é mais a principal fonte de sustento e está praticamente extinta da localidade.

Nessa comunidade não havia energia elétrica; a iluminação das casas era feita por um objeto chamado farolete, o qual era alimentado por querosene e produzia uma chama por meio de um pavio. A energia elétrica chegou há mais ou menos 23 anos, porém não foi para todos os moradores, e o acesso deu-se somente aos que residiam nas proximidades da PA 409 e os ramais menores e mais próximos da estrada. Hoje toda a comunidade já é contemplada com a energia elétrica.

Não existia nenhuma instituição escolar, havia apenas alguns projetos de alfabetização, tais como o Mobral, gavião, e outros. Porém, não havia responsabilidade e comprometimento por parte das pessoas que ensinavam; assim deixavam de existir depois de um tempo.

Não tivemos maiores informações sobre datas, mas iniciou o funcionamento de uma escola em regime regular. As condições do espaço onde funcionava era bem precário. Ao que tudo indica era uma salinha de madeira, piso de cimento pintado de vermelhão, na qual a professora lecionava para duas turmas em cada período (e ainda não existia multi-sala). Não tinha banheiro, e a água era consumida de um pote de barro.

A professora era bastante despreparada, tanto para lecionar quanto para agir com os alunos, o que dificultava bastante o processo de ensino-aprendizagem. Em 2003 foi inaugurada uma escola, em um prédio com espaço adequado para receber os alunos onde funciona dos anos iniciais até o Ensino Fundamental.

A comunidade religiosa começou a se instituir há mais ou menos 50 anos, com a religião católica. As pessoas faziam ladainhas, celebrações nas famílias e foram pouco a pouco se firmando como comunidade cristã, e assim começaram a venerar o Arcanjo São Miguel, que hoje é o padroeiro da comunidade.

Nesse tempo as festividades eram consideradas profanas, em específico pelas bebidas danças, que frente ao comércio visavam unicamente o lucro por parte de alguns. Isso, em determinado momento começou a gerar desentendimentos entre os sujeitos. A solução encontrada pelo coordenador da comunidade foi a da retirada do santo na localidade; na perspectiva da extinção do catolicismo enquanto religião. Entretanto isso não ocorreu, ao contrário se fortaleceu mais e hoje continua forte na religiosidade e também no seu papel social com a comunidade em geral.

No ano de 2009, a Comunidade Jarumã, que era uma comunidade rural tradicional, foi transformada em bairro por uma lei municipal na câmara dos vereadores, sem que fosse consultada a opinião dos moradores da localidade. Apenas foi mudado para atender a interesses políticos e em nenhum momento foi levado em consideração as implicações que essa decisão teria na vida das pessoas.

E, essa decisão só trouxe prejuízos, pois as políticas públicas urbanas não chegaram para o ‘novo’ bairro, além dos direitos que foram perdidos, como dos agricultores de se aposentarem por exemplo, e o auxílio maternidade. Também sugiram algumas das mazelas urbanas, tais como a violência,

a insegurança, o tráfico e o consumo de drogas, entre outros. Vale (2007, p. 237) comenta que, espaço periurbano refere-se *as zonas de transição entre cidade e campo, onde se mesclam atividades rurais e urbanas na disputa pelo uso do solo.*

3.2. As famílias e a relação com a agricultura

As famílias entrevistadas possuem certa relação com a agricultura. Formam um conjunto de três famílias que trabalham em um lote, com o cultivo de mandioca, açaí, e outras árvores frutíferas regionais, porém essa relação com a agricultura acontece de forma bem artesanal, só para o consumo mesmo. Antes era a agricultura a principal fonte de renda da família, e hoje são outros os meios: aposentos, benefícios sociais, e empregos de carteira assinada. Eles até acham que a agricultura é importante, mas dizem que não dá mais para se sustentar só com isso, e segundo a entrevistada a senhora S.V.C. 42 anos¹: *muita coisa mudou, tem coisas modernas só que o pobre não tem acesso à essas coisas.* As perspectivas futuras em relação a agricultura não são muitas, esse trabalho é muito pesado, não querem isso para as outras gerações.

A Família 2 entrevistada foi a família da senhora E. S. R. M., 27 anos de idade, estudou até a 8ª série do Ensino Fundamental, a qual exerce a atividade no lote de ajudar no preparo da farinha. É uma família bastante envolvida com a agricultura. Seu esposo o senhor R.T. C, 29 anos de idade, estudou até a 7ª série do Ensino Fundamental; o qual exerce as principais atividades no lote como: roçar, plantar, ca-

1. A família 1 a senhora S.V.C. 42 anos, estudou só o ensino fundamental maior.

pinar, fazer a farinha. Ambos residem no Jarumã, possuem uma filha de nome E. M. C., 6 anos de idade, estuda no Período 2, na Escola Adriano Rodrigues Cardoso.

O casal iniciou a vida na agricultura, mais ou menos a partir dos 15 anos de idade. Por meio do incentivo dos pais eles percebem mudanças na forma de trabalhar na agricultura. As ferramentas que eram praticamente manuais, visto que já existem técnicas que torna o trabalho mais rápido. Em relação as fontes de renda temos a farinha, o açaí, e o cupuaçu. A produção de açaí e de cupuaçú é comercializada na própria localidade; já a farinha fica 65% da sua produção total para consumo da família.

A família está vinculada ao programa do governo Bolsa Família, o qual foi conseguido a partir dos estudos da filha, pois até então a senhora E.S.R.M. havia feito o cadastro e não havia sido contemplada. Na visão da senhora E.S.R.M. o programa é importante para a família, pois ajuda no estudo da filha, como por exemplo, na compra de materiais escolares, no uniforme escolar, pois a mesma não está trabalhando e isso ajuda bastante nessa questão. Em relação as perspectivas futuras em relação ao seu trabalho na agricultura a família pretende continuar plantando e colhendo, pois é o que está ajudando no sustento dos mesmos, visto que ambos estão desempregados. Eles entendem que a agricultura seja um meio de sobrevivência, onde eles plantam, colhem.

Os elementos principais da organização cultural da comunidade são: Festividade de São Miguel Arcanjo, padroeiro da comunidade, quadrilha da escola, festa das mães.

3.3. As famílias e a escola

Para a Família 1 a relação com a escola não é tão forte, pois dizem não ter tempo de ficar ‘indo em escola’. Os filhos estudam, porque acreditam que para conseguir um bom emprego tem que ter estudo. Já para a Família 2 eles veem o papel da escola para a família, como se a escola fosse ‘tudo’, acham a escola muito boa e que tem muito a ver com a família; que o diretor busca melhorias para a família, consegue consultas, remédios quando necessitam.

Em relação aos problemas e vantagens da escola, ela diz que não tem problema algum e as vantagens é que eles trabalham muito com a família; eles ajudam mesmo não sendo em relação à escola. Falaram que o desempenho da filha deles na escola é muito bom, no comportamento, aprendizado, a menina está adiantada nos estudos, não dá trabalho aos professores e os mesmos dizem que é uma excelente aluna.

Os pais participam do dia-a-dia da escola, levando a filha até a escola, fazem a oração, espera entrar na sala, participa também nas reuniões escolares, quadrilha e outros eventos da escola.

A E. S.R. M. diz que não precisa melhorar o papel da escola na vida da família, pois a forma de coordenar é muito boa.

Em relação à importância dos estudos para a família, eles dizem ser fundamental para a vida profissional, pois sem o estudo não somos nada.

3.4. Escola

A escola da Comunidade Jarumã, Adriano Rodrigues Cardoso, foi inaugurada em 19 de Março de 2003. Tem como dire-

tor o Sr. Emerson Emanuel e como coordenadora pedagógica a sr^a Odilene Carvalho.

A estrutura da escola é composta por quatro salas de aula, uma secretaria que funciona também como diretoria, uma copa, dois banheiros, e o pátio da escola, onde funciona também como refeitório e espaço de leitura dos alunos.

O quadro funcional da escola é formado por 26 pessoas, incluindo professores, serventes, vigias, coordenadora pedagógica e diretor. Todos são efetivos e concursados. E todos os professores possuem o nível superior.

Estão matriculados na escola cerca de 133 (cento e trinta e três) alunos, nos turnos da manhã e da tarde. A escola além do programa Mais Educação, tem o projeto família-escola, uma parceria importante que aborda temáticas de grande relevância, como drogas, abuso sexual, dentre outros assuntos. Tem ainda o projeto saúde na escola, o qual em parceria com a secretaria de saúde oferece assistência médica e odontológica para mães e alunos da instituição escolar, e também uma parceria com o Hospital Júlia Sefer, valendo com consultas, cirurgias e atendimento de demais necessidades.

Segundo o diretor: “Todas essas parcerias necessárias por compreender que a criança não avança quando existem problemas de saúde, trabalho muito a saúde de meus alunos”. Trabalha também com momentos de descontração, com o projeto da excursão, onde os alunos são levados a espaços educativos e outros lugares em Belém, como: museu, planetário, bosque, entre outros. Entretanto, esses passeios

só acontecem se os alunos tiverem bom rendimento escolar, o que nos induz a refletir acerca da concepção pedagógica que a mesma oferta.

Só a partir 2015 que a escola pôde participar da Prova Brasil, devido o número mínimo de alunos que precisava. Em 2016 alcançou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) mais alto entre as escolas do campo, que foi 4.3.

3.5. A escola e a Educação do Campo

Souza e Vaz (2009) afirmam que para haver um bom desenvolvimento, aprendizagem e interesse dos alunos, é necessário que o professor esteja inserido no local onde seu alunado reside, pois assim ele saberá das realidade de seu aluno. Tal como descreve:

(...) Um professor que trabalha no meio rural deve conhecer o local em que o aluno vive para poder nele despertar a vontade de conhecer a região em que se encontra inserido e os aspectos culturais da população característica de seu meio; ainda, para que o aluno possa saber viver nesse espaço e, quando se tornar adulto, ser um trabalhador digno do campo, que conheça e saiba utilizar as riquezas de sua terra, o que não seria possível àque-la criança que recebeu uma educação apenas pautada no currículo urbano... (SOUZA, VAZ, 2009, p.23).

A proposta da Educação do Campo nos currículos escolares da Educação Básica vem se configurando um grande de-

safio, e na escola em questão o desafio é maior ainda, pois como explicitado anteriormente, a comunidade perpassa por um processo de urbanização.

A Escola Adriano Rodrigues Cardoso, permanece com a proposta de Educação do Campo, pois a vida, o cotidiano dos alunos praticamente não modificou em nada, e não teria sentido a mudança da escola para um padrão urbano. Segundo o diretor: “ no campo, a escola se envolve mais com a comunidade, as famílias, na cidade isso não acontece muito.”

Dessa forma, a escola procura se adequar a essas realidades do alunado e está presente nessa realidade; os livros didáticos são contextualizados, o que permite aos educandos o encontro da sua vida com o âmbito escolar. Existe também uma parceria muito forte entre a escola e as famílias, o que contribui bastante para um trabalho diferenciado.

3.6. Coordenador pedagógico

O coordenador pedagógico é o profissional que orienta a escola, os professores, o trabalho, ou seja, a comunidade escolar. Como afirma Oliveira e Guimarães (2013) percebemos que o coordenador é um profissional dinâmico, que precisa conhecer a realidade e transformá-la. O trabalho da coordenadora pedagógica na escola do campo é desenvolvido junto com os professores e os alunos, sempre tentando buscar questões da realidade do campo para ser colocado na escola, “pegando” casos da comunidade, inclusive no dia 7 de setembro vai ser repassado a questão da poluição da água.

As dificuldades enfrentadas para implementação das ações propostas para o projeto pedagógico na escola é que são feitas visitas domiciliares bimestrais e como se trata de estrada e ramais existe a dificuldade por causa da distância, porém os pais participam bastante, mais do que na cidade.

A escola vem trabalhando a articulação do currículo com a realidade dos alunos através do Projeto Drogas que é um projeto da escola, foi desenvolvido através da Fazenda da Esperança, esse espaço é usado para fazer festinha de Natal, dias das crianças em outubro. Tem a questão da diversificação do tema, frutas da localidade, falam da questão dos rios e igarapés para os alunos, sempre inserindo questões da localidade.

Os desafios enfrentados no papel do coordenador pedagógico são as diversidades, as diferenças, são professores da cidade atendendo pessoas da comunidade, as diferenças de cultura. Segundo a coordenadora: *“eu estava adaptada para a cidade, tive que me adaptar quando cheguei pra cá, as pessoas podiam me achar metida por ser da cidade, tinha que ver como eu ia falar, que palavras usar para eles não se sentirem ofendidos (...)”*.

Um exemplo de articulação de saberes para a produção de um trabalho coletivo na instituição escolar é o Projeto Drogas. Esse projeto teve início após conhecimento sobre um aluno da escola que convivia na casa com pessoas que usavam drogas, como também sobre os relatos de alunos que falam que os pais bebem e agredem suas esposas. Ressaltamos sobre a importância do dia 18 de Maio, data co-

memorativa do dia do abuso sexual contra crianças e adolescentes, que também tem casos na comunidade. A temática do abuso sexual é constante e problemático no local, em que são trabalhados conjuntamente na perspectiva de auxiliar e solucionar o problema.

4. Conclusão

Assim, pelo exposto, conclui-se que a Comunidade Jarumã é uma localidade que passou por grandes transformações em vários aspectos: sua dinâmica territorial, seus modos de subsistência. E percebe-se a grande importância de uma instituição de ensino que leve em consideração o contexto em que seu aluno está inserido, sua cultura, seu modo de vida de forma geral.

Nessa direção vemos a preocupação de uma escola que desenvolva um Projeto Político Pedagógico (PPP) que envolva questões relacionadas à Educação do Campo, que forneça uma Educação do Campo para o campo. E que, é possível uma escola que esteja em um perímetro considerado urbano, resistir e lutar por uma educação que facilite o processo de ensino - aprendizagem de seus alunos.

Referências

- OLIVEIRA, Juscilene da Silva; GUIMARÃES, Marcia Campos Moraes. **O papel do coordenador pedagógico no cotidiano escolar**. 2013.
- SOUZA, Maria Antônia de. VAZ, Gessiana Kurzle Tristão. **Escola do campo, trabalho pedagógico e relação com a comunidade**. Paraná. 2009.

VALE, Ana Rute do. Crescimento urbano e teorias sobre o espaço periurbano: analisando o caso do município de Araraquara (SP). In: Lucia Helena de Oliveira Gerardi; Pompeu Figueiredo de Carvalho. (Org.). **Geografia: ações e reflexões**. Rio Claro: AGETEO, 2007.

A DISPERSÃO CULTURAL E IDENTIDADE NO PROCESSO EDUCACIONAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO RIO GENIPAÚBA

Damião Rodrigues dos Santos

Jairo Negrão Negrão

Josenildo Costa da Silva

Renato Carvalho Barros

Jadson Fernando Garcia Gonçalves

1. Introdução

Este artigo tem o objetivo de verificar se a escola com seus diferentes sujeitos contribui com a realidade e valorização da cultura quilombola dos alunos que chegam à instituição escolar. Assim, nossa análise se centra na escola, porque a mesma se localiza no território quilombola, ou seja, esta possui suas raízes afrodescendentes, de costumes, tradições e histórias.

Em uma época em que a cultura se torna cada vez mais desvalorizada, percebemos a seriedade de buscar a valorização da cultura local a partir da educação escolar. Muitos são os fatores que provocaram esta problemática, tais como: a falta de preparação e interesse dos professores em discutir tais temas dentro de sala de aula, assim como também a valorização da grade curricular educacional que infeliz-

mente não inclui o ensino da cultural regional; a chegada dos meios tecnológicos que adentram as comunidades rurais porém não com a mesma frequência da zona urbana, fazendo assim que a comunidade fosse bombardeada com muitas informações desvalorizando seus próprios costumes, até mesmo a própria comunidade que perdeu esse conhecimento ou até não veem mais tanta importância fazê-lo prevalecer.

Visando estas problemáticas pretende-se com esse trabalho, relatar um pouco da história e o surgimento da comunidade quilombola Sagrado Coração de Jesus do Rio Genipaúba, a partir da pesquisa realizada com algumas famílias residentes da própria localidade, onde foi exposta a visão dos moradores, visando sua relação com a única escola de ensino infantil e fundamental existente na comunidade.

A escola de estudo está localizada na margem esquerda do Rio Genipaúba (afluente do Rio Abaeté), em uma comunidade de remanescentes de quilombos, que tem por nome Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental 04 de Março, com sistema de ensino multisseriado.

A análise dos processos culturais deste texto será exposta através dos relatos prescritos pelos componentes familiares dos remanescentes do quilombo, da própria comunidade onde os mesmos irão relatar o surgimento da comunidade, da cultura e da identidade deixada por seus antepassados como herança de nossa própria história.

Para nortear esse trabalho, mobilizou-se algumas compreensões com a de cultura e identidade e, a partir des-

tas perspectivas, abordou-se também a importância do papel da escola na construção dos indivíduos a respeito da sua própria cultura e identidade como integrantes de comunidade.

2. Metodologia

Para a construção deste artigo, utilizamos alguns procedimentos metodológicos, tais como leituras sobre o tema e a metodologia da História Oral, que segundo Meihy (2002, p. 13) é “um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos”. Foram realizadas entrevistas com alguns moradores da comunidade; algumas perguntas do roteiro foram elaboradas e outras surgiram no decorrer da conversa. Ressaltamos que todas as entrevistas foram gravadas. Após a visita de campo, fez-se a transcrição das entrevistas, que incide em escutar e digitar a entrevista da forma em que ela é falada, esta etapa exigiu tempo e atenção, poucos minutos levam horas para serem transcritos.

3. O que é Cultura?

A cultura é um conjunto de fatores que inclui arte, hábitos, costumes, religiosidade, danças, músicas entre outras artes adquiridos pelo ser humano, não só em família mais também na vida social. Vivemos em um país rico em cultura e em diversidade. No seu processo de colonização o Brasil foi se moldando pela mistura de várias raças entre elas, negros, indígenas, europeus, onde esses povos foram se misturando

e esses hábitos e costumes e cores foram se espalhando por todo território brasileiro.

Hoje vivemos em um mundo globalizado, onde o fluxo de informações através das mídias sociais chega em tempo real, e faz com hábitos, costumes, roupas e gírias de outras regiões chegam até nós fazendo com que as pessoas criem novos costumes deixando sua identidade de lado.

Bosi (1995) afirma que cultura é o conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social. Mas para haver cultura é preciso antes que exista também uma consciência coletiva que, a partir da vida cotidiana, elabore os planos para o futuro da comunidade. Tal definição dá à cultura um significado muito próximo do ato de educar. Assim sendo, nessa perspectiva, cultura seria aquilo que um povo ensina aos seus descendentes para garantir sua sobrevivência.

A cultura local é algo que caracteriza uma região. Nosso país nasceu de um processo de miscigenação, sendo que cada região tem sua cultura específica; e é isso que determina um local ou uma comunidade.

O Pará é um estado rico em diversidade e o processo de formação cultural é bem amplo; mas que vem se modificando por meio do processo global, ou seja, hábitos que eram bem corriqueiros passam a ser esquecidos pelas comunidades. Entretanto, as pessoas mais velhas, por meio de suas memórias, experiências e vivências procuram repassar para seus pares o aprendizado, as tradições e a identidade para que não seja esquecida.

De acordo com Franz Boas (2008), por sua vez, foi um dos pioneiros em criticar essa visão, afirmando que toda cultura tem uma história própria, que se desenvolve de forma particular e não pode ser julgada a partir da história de outras culturas. Assim, Franz Boas usou, já no início do século XX, a História para explicar a diversidade cultural, a grande diferença de culturas na humanidade, fazendo pela primeira vez uma aproximação entre História e Antropologia até hoje bastante utilizada, chegando a influenciar obras como *Casa-grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, discípulo de Franz Boas.

Visando este estudo, a cultura desenvolvida no quilombo envolve vários pontos, tais como a religiosidade, a política, a educação, a agricultura familiar, entre outros. Um dos pontos bem fortes dentro da comunidade é a religiosidade popular que consiste em novenas realizadas com ladainhas cantadas em latim e as festas que o povo dedicava aos santos do local que era Santo Antônio, São João e São Raimundo, onde cada um tinha seu período festivo que os donos dos santos realizavam. Ressaltamos que neste período existiam os mordomos que era uma espécie de colaboradores das festas.

Normalmente, no último dia de festejo era organizada uma festa dançante com a distribuição de comida entre as pessoas que se reuniam para festejar, onde os animais que eram abatidos também eram divididos pesados de três quilos para cada mordomo. A fé do povo era sustentada através dessas celebrações religiosas. Na na localidade, além disso,

havia também a missa de desobriga que quer dizer que o padre frequentava à casa das pessoas importantes da comunidade para realizar casamentos e batizados.

A partir daí ouvimos um convite do padre Valeriano para participar de uma formação para a existência da comunidade eclesial de base no início da década de setenta. Sendo assim, no mês de março de 1971 foi constituída oficialmente a comunidade eclesial de base do Rio Genipaúba (Sagrado Coração Jesus). Logo após foi iniciado um trabalho de evangelização renovada e a mesma entrou em conflito com religiosidade popular que já existia no local. Esse desentendimento, deu-se, em específico, pelo fato de suas organizações serem totalmente diferentes em alguns pontos, tais como, na proibição das festas dançantes, onde a mesma era muito discriminada pela própria religião.

Em função disso várias famílias não aceitaram a comunidade. Podemos inferir que houve uma intervenção equivocada por parte da igreja católica nas festividades, pois os feitos culturais da população já existiam. Na comunidade existe um consenso de que é necessário juntar o cristianismo, ou seja, o objetivo é somar e não dividir. Na pesquisa constatamos que há cultos dominicais, e a tradicional festa do padroeiro Sagrado Coração de Jesus.

Nesta perspectiva a vida na labuta iniciou bem cedo para muitas crianças e a cultura da agricultura família foi passada de pai para filho, e perceptível isso na fala tanto do senhor Deonato quanto da senhora Odilene.

“(...) A maioria das pessoas começaram a trabalhar desde os 10 anos de idade juntos com os pais e avós, o modo de vida era muito precário, pois não se tinha nenhuma assistência seja de projeto e/ou programas dos governos municipal, estadual e federal, o que se tinha muita terra boa para trabalhar, hoje o clima está mudado, temperatura muito quente a terra enfraqueceu, com isso diminuiu a produção, a qualidade e a quantidade dos produtos da agricultura familiar”. (Deonato)

“(...) A gente já se cria nesse trabalho, faz plantação com o pai, a mãe, os avós. Vai juntar miriti, apanhar açaí e na verdade nascemos nessa realidade, é uma coisa repassada de pai para filho (de geração para geração) e isso é uma coisa que fica na história da gente”. (Odilene)

Dentro deste meio cultural não se pode deixar de discutir a política uma vez que está se mantem presente na história de nossa comunidade, o senhor Deonato Lima um dos moradores mais antigos da comunidade relata:

“(...) Quando me entendi a situação política, por exemplo, no período das eleições não existia momento de conscientização para que os moradores pudesse escolher o melhor candidato, tinha o chefe que dizia em quem as pessoas deviam votar, onde tinha engenhos era os donos ou os capangas que decidiam, para reunir com os candidatos na cidade ou na casa saia uma pessoa apenas, nes-

sa trajetória o eleitor não tinha acesso a conversar com o candidato o voto era dado por amizade e o partido era MDB, o senhor Cachimbo reuniu com o povo para filiar pessoas no partido para poderem votar.” (Deonato)

Em meio as entrevistas perguntamos se houve mudanças neste processo político, quanto a isso seu Deonato diz:

“(...) Hoje mudou pouca coisa, agora o eleitor tem acesso ao candidato, eles vêm na casa prometem, discute os artifícios para ver a melhor proposta, mas ainda existe cabo eleitoral que recebe dinheiro para ajudar as pessoas, mas no período das eleições as pessoas ficam sendo manipuladas se não votar é cobrado, existe uma parcela que procurava discutir as propostas tanto para prefeito quanto para vereador, as pessoas não sabiam que existia governo federal não tinha participação do povo na eleição para presidente, só para vereadores, deputados e prefeito”. (Deonato)

4. Identidade e Reconhecimento Étnico

Discutir identidade é um campo complexo uma vez que sua definição é variável pela mesma ser tão dinâmica, é o que confirma Cuche (1999, p. 196), “sua complexidade, mas também o que lhe dá flexibilidade representativa. A identidade conhece variações, presta-se a reformulações e até a manipulações.”

Pode-se dizer que a identidade está intimamente ligada a raiz do indivíduo, ou seja, desde nossas origens assim nas-

ceiros “com os elementos constitutivos da identidade étnica e cultural, entre os quais as características fenotípicas e as qualidades psicológicas que dependem da mentalidade, do gênio próprio do povo ao qual ele pertence” (CUCHE, 1999, p. 177). Assim podemos verificar como está correlacionados identidade ao pertencimento, pois nossa identidade está ligada com nossa cultura estando presente na história de nossos antepassados, é o que ocorre na comunidade quilombola do Rio Genipauba, que tem uma história originária nos antigos quilombos.

Nesta perspectiva a comunidade buscou pelo seu reconhecimento étnico que representa sua identidade cultural enraizada na formação de grupos negros que buscam a afirmação social na sociedade.

Nesse contexto foi entrevistado o senhor Gercino, morador da comunidade que na época era presidente da ARQUIA (Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba), onde o mesmo relata:

“(...) No ano de 1996 no primeiro mandato do Governo de Almir José de Oliveira Gabriel começou a discussão no Baixo Amazonas com a formação de uma comissão onde faziam parte o Sr. Daniel de Souza e Silvano, eles colocaram a proposta para o governador do estado para discutir sobre a titulação das comunidades quilombolas que a partir daí houve a necessidade de fazer um levantamento para descobrir qual relação essas comunidades tinham com o quilombo e a partir daí criar um decre-

to com objetivo de titular essas comunidades, o Sr. Daniel neste momento ficou em Belém para fazer o levantamento e em Abaetetuba tomaram frente deste trabalho as seguintes entidades: Comissão Pastoral da Terra- CPT na pessoa do Sr. Romildes mais conhecido por (Ró), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba- STRA e Paróquia das Ilhas também com a mesma finalidade e o governo do estado com o compromisso de criar o decreto. As três entidades fizeram várias reuniões e descobriram que as localidades de Rio Genipaúba, Rio Acaraqui, Rio Tauerá – Açú, Rio Arapapu, Rio Arapapuzinho, Igarapé São João, Rio Baixo Itacuruçá, Alto Itacuruçá, Rio Assacú, Rio Campompema tinham descendentes de quilombola, depois foram escolhidas três pessoas para representarem essas comunidades no qual eu Gercino era o cabeça, participamos de vários debates para que pudessemos fundar a Associação das Comunidades de Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba – ARQUIA, fundada em 31 de Março de 2001 que tinha eu como presidente a partir daí o estado já estava com o decreto pronto para titular as terras junto ao Instituto de Terras do Pará - ITERPA onde protocolamos a solicitação das comunidades pedindo a titulação no ano de 2000 a qual foi aceito o pedido”.(Gercino)

5. Escola

A Educação do Campo surgiu por volta dos anos 90, final do século XX e sabemos que foi fruto de muita luta dos movi-

mentos sociais em especial o MST (Movimento dos Sem Terra), que sempre reivindicou o direito por uma Educação do Campo. Mas, o que seria essa educação voltada para os povos do campo? Arroyo (2005, p. 10) procura sintetizar a Educação do Campo:

A Educação do Campo nasceu dos pensamentos, desejos e interesses dos sujeitos do campo, que nas últimas décadas intensificaram suas lutas, espacializando-se e territorializando-se formando territórios concretos e imateriais, constituindo comunidades e políticas, determinando seus destinos na construção de suas ideologias, suas visões de mundo. Arroyo (2005, p. 10)

Segundo Souza (2006), começam a haver várias iniciativas que procuram inserir a Educação do Campo na agenda política do Estado, surgindo, assim, inúmeras parcerias, experiências educativas e mudanças na estrutura política, econômica e social do país, tendo como principais sujeitos os trabalhadores rurais e a necessidade de criação de conhecimentos educacionais críticos, voltados aos próprios sujeitos do campo.

A educação é um campo voltado para a realidade do campo onde as aulas devem ir das salas de aula e conteúdo, mas sim um conhecimento mais amplo, onde o professor aprende e ensina ao mesmo tempo, ou seja, a uma percepção maior da realidade e os assuntos são contex-

tualizados com as atividades do campo (Paulo Freire, 1996, p, 56).

Apesar de ser um campo novo que demonstra um método diferenciado, onde há uma conexão entre o campo científico e o local, muitas lutas ainda viram como a realização de concursos, para área escolar do campo com PPP apropriado (Projeto político Pedagógico).

Esse método de ensino é apropriado na Pedagogia da Alternância, em específico, para os que buscam no por meio de suas experiências no campo.

A Educação do Campo se diferencia das demais área dos conhecimentos por meio de vários aspectos. Enquanto alguém de matemática estuda apenas a uma ciência exata, o professor da Educação do Campo pretende ministrar os conteúdos da matemática, relacionado-os ao cotidiano, e já faz a relação do trabalho à outras atividades quaisquer.

Um professor que trabalha no meio rural deve conhecer o local em que o aluno vive para poder nele despertar a vontade de conhecer a região em que se encontra, inserido-o e, os aspectos culturais da população caracterizada ao seu meio; para que o aluno possa saber viver nesse espaço e, quando se tornar adulto, ser um trabalhador digno do campo; que conheça e saiba utilizar as riquezas de sua terra, o que não seria possível àquela criança que recebeu uma educação apenas pautada no currículo urbano. Além disso, a escola é o local no qual o aluno entrará em contato com a realidades de outros lugares e terá aces-

so aos conhecimentos construídos socialmente na trajetória humana.

A escola tem uma grande participação na vida familiar dos moradores, também em seu cotidiano a educação é muito importante, pois, toda a educação começa da base da família, e é do seio familiar que as crianças começam a aprender o caminho por onde se deve seguir respeitando e aprendendo com as pessoas que rodeiam e passam a maior parte de seu tempo.

Fazendo um estudo sobre a educação, buscamos fazer uma comparação sobre a situação da educação no passado e atualmente, vimos que antigamente a maioria dos pais de família não frequentavam a escola, pois naquela época infelizmente a situação educacional era bem precária. O senhor Deonato confirma isto quando diz:

“(...) A situação social antes era vivenciada sem ter conhecimento, mas existia a solidariedade, as famílias faziam mutirão para ajudar os outros com serviços, trabalho no que diz respeito a produção, não tinha escola, às vezes acontecia que aparecia pessoa que sabia ler, os pais se juntavam e pagavam pra dar aula pros filhos geralmente essas pessoas eram: Canhotinho e Sebastião Vilhena, outras iam estudar no Rio Abaete na casa do Sr. Petote e depois Paulo da Nazaré e Henrique Silva, os alunos iam a remo, que foi para aprenderem um pouquinho, o estudo era chamado de 3º livro que significava cursar a 3ª série quando acabava o livro o professor não tinha mais nada pra ensinar, hoje já temos uma es-

cola pequena, mas que está dentro da necessidade da comunidade que atende até o 5º ano, temos alunos que passaram dificuldades pra estudar que hoje tiveram a oportunidade de ingressar na universidade e com isso estimulou as pessoas a voltarem a estudar incentivando graças as lutas dos movimentos sociais e governo federal hoje temos transporte escolar”. (Deonato)

A senhora Odilene diz:

“(...) A fragilidade do ensino básico no início de nossa vida estudantil implica nas dificuldades encontradas na academia, mas hoje as coisas em relação ao estudo já melhoraram muito, pois hoje temos transporte escolar, acesso a alguns meios de comunicação, mas ainda boa parte do nosso fracasso na universidade é pela fragilidade do ensino básico e se você tem uma boa formação, você consegue passar no vestibular e consegue fazer uma faculdade.” (Odilene)

Fazendo uma comparação da fala deste morador mais antigo com a da senhora Odilene moradora mais recente e perceptível o avanço gradual do sistema educacional, perceberemos que a melhoria foi bem pouca, e que ainda necessita de muitas mudanças. Aldalena diz:

“(...) Que uma relação fundamental na educação de todos da família oferecendo uma educação de qualidade haja

visto que a escola é multisseriada. Também já desenvolveu e desenvolve atividade dentro da escola na comunidade no que de respeito ao processo de ensino e aprendizagem. Bom mais sempre com o acompanhamento da família, participa sim de reuniões e eventos promovidos pela escola, participação no “mais educação”.

Em nossa forma de pensar, não podemos abandonar as classes multisseriada e adotar o regime seriado, o qual também promove a competição, o individualismo, a fragmentação de conhecimentos, por si só não resolve a problemática do currículo da escola, podendo levar a desarticulação com a cultura, os saberes dos camponeses. Deste modo, pensar em uma escola voltada para a zona rural.

Apesar da escola 04 de março ser localizada na zona rural (Rio Genipaubá), o currículo da mesma é totalmente voltada para a zona urbana o que dificulta o processo de contextualização do conhecimento, ocorrendo assim um processo de afastamento da escola com os conhecimentos locais e culturais.

A participação da comunidade nos projetos e programas escolares possibilita a socialização, a valorização da cultura e da identidade dos alunos da localidade, deixando clara a importância do conhecimento local que a escola pode proporcionar e contribuir com a comunidade e os educandos, por meio dessas atividades, resulta na igualdade entre os moradores da mesma, os quais valorizam e convivem perante as mesmas condições.

(...) significa pensar e fazer a escola desde o projeto educativo dos sujeitos do campo, tendo cuidado de não projetar para ela o que sua materialidade própria não permite; trazer para dentro da escola as matrizes pedagógicas ligadas às práticas sociais; combinar estudos com trabalho, com cultura, com organização coletiva, com postura de transformar o mundo... (CALDART, 2004, p. 35).

Fazendo uma comparação com a fala da gestora escolar, Katia e a moradora da localidade, a dona Benedita podemos perceber que a escola e comunidade estão disperso sobre a construção do saber.

“(...) Nas ilhas as dificuldades são grandes as vezes a gente não tem o apoio da comunidade e quando se tem é meio termo, mas as dificuldades em si mesmo a gente não encontra, se a gente for colocar para fora, a gente não encontra dificuldades, pois essas dificuldades podem ser superadas”. (Katia)

Já dona Benedita diz:

“(...) Se a escola fosse mais aberta, dialogasse com as famílias da comunidade de modo geral, teria uma grande melhoria na educação de nossas crianças”. (Benedita)

Através da análise das falas podemos perceber que a escola está distanciada da comunidade e a comunidade da es-

cola e não há uma relação de compartilhamento de ideias entre elas. O que vai contra a dinâmica da Educação do Campo que diz que comunidade e escola tem que andar lado a lado em prol de uma melhor educação coletiva para o desenvolvimento local.

6. Considerações Finais

Nessa pesquisa, buscou-se discutir o ensino da cultura e da identidade no contexto da relação entre comunidade e escola, e o afastamento entre ambos ficou evidente, pois é perceptível que a comunidade possui uma história rica em tradição e costumes e essa falta de cooperação acaba por contribuir com a nossa problemática de não se trabalhar cultura e nem identidade na escola, visamos que não há o processo de contextualização do conhecimento científico com o conhecimento empírico com relação a história local.

Através dessa pesquisa na Comunidade Quilombola Sa-grado Coração de Jesus do Rio Genipaúba, foi possível observar que escola e cultura, infelizmente, andam em passos contrários. Percebeu-se que há uma desvalorização da identidade onde não há um mínimo de consenso entre comunidade e escola fazendo com que a Educação do Campo neste local não avance, e a relação teoria e prática não aconteça. Além disso foi percebido que muitas tradições que eram frequentes na comunidade já não existem mais, e os hábitos que não eram comuns desse grupo social estão sendo inseridos dentro da comunidade com o avanço das tecnologias, desvalorizando a própria cultura e história.

Referências

- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Formação de educadores do Campo**. Mimeo, Brasília DF. 2005.
- ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma Educação do campo**: traços de uma identidade em construção. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOSI, Alfredo. Formação ideológica na cultura brasileira. In: **Estudos Avançados**, nº 25, set.-dez. 1995.
- CALDART, R. S. Sobre a Educação do Campo. In: SANTOS, C. A. dos. (Org.). **Por Uma Educação do Campo**. 1ª Ed. Brasília: INCRA/MDA, 2008. v. 7: Campo –Políticas Públicas –Educação.
- CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.
- MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 4ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- SOUZA, M. A. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis:

DESAFIOS DA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO: O CASO DA ESCOLA SÃO BENEDITO, ÀS MARGENS DO RIO MAIAUATÁ

Danrley Ferreira Moraes

Márcia Bianca Souza dos Santos

Keila de Jesus Ferreira da Silva

Doriedson do Socorro Rodrigues

1. Introdução

É uma luta constante dos camponeses, dos residentes das comunidades tradicionais, conquistar uma escola do campo e não apenas uma escola que esteja no campo. Quando conquistada, surgem inúmeras barreiras que impedem o progresso desta ou sua eficiência total. “Há uma realidade comum nas escolas rurais, em diferentes contextos, no que se refere ao seu fechamento, à diminuição do número de alunos e de comunidades rurais com escola, à distância percorrida pelos alunos, além das implicações das escolas para a vitalidade do campo.” (VENDRAMINI, 2015, p.49)

Para Arroyo & Fernandes (1999), “uma escola do campo é a que defende os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa, que construa conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população. A sua localização é secundá-

ria, o que importa são suas proximidades política e espacial com a realidade camponesa.”

As classes populares, por meio de suas conquistas, vão ganhando espaço com o acesso a educação. Porém, para uma escola atender e satisfazer a todos com um ensino contextualizado e diversificado, ela constantemente enfrenta muitos desafios. A escola atual não é e nunca foi adequada para o campo, contribuindo para grandes índices de evasão escolar na zona rural. “Esta escola não leva em consideração as especificidades do campo. Seus conteúdos e metodologias são pensados para a realidade urbana, não para o campo. Daí o fato das muitas desistências/evasão dos estudantes. Ou seja, uma escola longe da realidade destes, o que acaba expulsando-os da escola.” (PERIPOLLI & ZOIA, 2011, p.191)

Para alguns entrevistados desta pesquisa, a escola não tem mais cumprido o seu objetivo, a qualidade do ensino não é suficiente. Seria necessário reformular o Projeto Político Pedagógico (PPP) ou então modificar sua estrutura física? Talvez sim, pois não são os estudantes que devem se adaptar a realidade da escola, todavia o contrário.

Sendo assim, curiosamente, a escola de Ensino Fundamental São Benedito, localizada no Rio Maiauatá – município de Igarapé-Miri/PA, e que é fruto da luta dos moradores locais, não atende as especificidades da Educação do Campo e principalmente as necessidades que estes desejam, segundo os relatos de entrevistados. Então se pergunta: quando uma escola deixa de ser importante para uma comunidade?

A partir deste questionamento e fundamentações teóricas, busca-se entender o porquê da escola ter deixado de ser um “espaço de conhecimento” desejado, pois naturalmente deveria ser um local de reconhecimento e orgulho para os moradores. Além disso, conflitos internos ocorrem na escola impedindo o avanço estrutural e educativo desta.

Assim, para a construção deste trabalho, discentes do curso de Educação do Campo 2014 da Universidade Federal do Pará, realizaram pesquisas com moradores da comunidade, cujos estes deveriam ter relações próximas com a escola e outros que não tivessem tanto contato com a mesma. Após a pesquisa e análise dos dados, compararam-se os mesmos, identificando a visão das famílias sobre a escola.

2. Análise de Dados

2.1. Apresentação da Família 1: (Melhor relação com a escola)

Izete Corrêa Farias – 53 anos

- Escolaridade: Ensino Fundamental incompleto
- Função: Presidente do Conselho escolar

Pedro dos Santos Fonseca – 61 anos

- Escolaridade: Ensino Fundamental incompleto (primeiro livro)

Juntos o casal possui nove filhos, todos residem e trabalham no estabelecimento, dos quais apenas duas moças terminaram o Ensino Médio. Os mesmos tem renda oriunda da agricultura familiar plantando: açaí, toranja, coco, banana, camarão, além do salário da filha aposentada. Na época dos avós, a agricultura era apenas para o consumo, e tinha como materiais de trabalho apenas o terçado. Para a organização do sistema agrícola não há contrato de mão de obra externa.

São associados na colônia dos pescadores, que conheceram a partir dos vizinhos e afirmam que lá não ensinam nenhuma técnica para pescar. Acreditam que sem o benefício adquirido pela colônia teriam muitas dificuldades financeiras.

Na agricultura não utilizam produtos químicos, apenas naturais, comercializando 50% da produção em Igarapé-Miri ou Abaetetuba. A família possui uma área de treze hectares e nunca receberam assistência técnica no sistema de produção. Segundo o casal, a agricultura é uma coisa muito boa, onde colhemos o que plantamos. O Senhor Pedro diz que agricultura:

“É uma coisa que vem de “berço, do início do mundo” e todo mundo vive de agricultura. Antigamente era só cana, hoje pouco se vê. Hoje há muita briga por terra.”
(Pedro dos Santos Fonseca, 61 anos)

2.2. Apresentação da Família 2: (Pouca relação com a escola)

Aldaeti Araújo Brandão - 26 anos

- Escolaridade: Ensino Fundamental incompleto

João Ferreira Cardim 37 anos

- Escolaridade: Ensino Fundamental incompleto

Juntos o casal possui dois filhos (seis e dois anos de idade). A família materna de Aldaeti é de origem de Breves e a família paterna tem origem no Rio Maiaúata, município de Igarapé-Miri. Os dois trabalham com açaí e pescam, sendo associados na colônia dos pescadores. Aldaeti decidiu associar-se a partir do incentivo do delegado sindical e porque recebe um retorno. Ela não participa de cursos, pois colônia não promove nenhum, entretanto afirma que sua vida mudou com o acesso ao seguro da colônia.

Tratando-se de agricultura, a entrevistada define como:

“Agricultura é o plantio das coisas que precisamos pra nos alimentar.” (Aldaeti Araújo Brandão, 26 anos).

Perceberam que as mudanças ocorridas na agricultura com o passar dos anos são os instrumentos como a roçadeira que antes não tinha. A produção da família é apenas para consumo (100%) e não costumam complementar sua produção com produtos de outros agricultores, sendo que nunca receberam nenhum tipo de assistência técnica.

O único programa social em que a família está vinculada é apenas o bolsa família, que contribui muito com o sustento das crianças. Um desejo da entrevistada é o de ter uma horta, caso possuísse um espaço maior. Acredita que os agricultores da região tendem a aumentar sua área de produção e afirma que outras associações como o sindicato dos trabalhadores rurais ajudam a preservar aquilo que possuem, para não faltar.

2.3. Quanto à Escola

2.3.1. Família 1

“A escola é importante porque educa as crianças. Há muitos problemas na escola, a servente briga com tudo que é planejado para a escola. Ela não aceita, apenas quando a filha dela dava aula na escola [...] Tem merenda, mas é pouco. Tem xerocadora, material de música. [...] (os meus filhos) Aprenderam um pouco na escola. Participo das reuniões pra decidir das compras e construções. Eu conheço os professores, tem a Eliana do São Domingos no início do ano. Outra professora do furo grande, agora vai ser professora, diretora e responsável pelo mais educação. Só tem uma turma multisseriada. [...] A escola é que precisa da ajuda dos moradores. Hoje mesmo o que vale é o estudo.” (Izete Corrêa Farias – 53 anos)

2.3.2. Família 2

“A escola é um patrimônio, mas que tá indo por água abaixo e eu queria preservar porque é aqui próximo,

mas do jeito que tá indo, cada vez piorando, não vejo melhorar. Não tem união para os trabalhos seguirem em frente, o ensino não é bom. Meu filho vai fazer 7 anos e não sabe o ABC. Aprendem pouca coisa, se sabem o que sabem é porque eu pago pra menina ensinar, ou ensino na casa, porque de lá... (indignação). Vai e volta com o caderno em branco então o que ele faz lá? Vamos tirar ele dessa escola. Eu e meu marido participamos de tudo que é evento, reunião a gente vai. Conheço a Mari que é professora, ela é do Furo Grande, agora vai ficar só ela, aí que não vai ter aula mesmo. O ensino tinha que mudar, pra ganhar confiança dos pais, resgatar os alunos que estão perdidos, essa escola precisa de muita coisa pra ser mudada. O estudo é tudo hoje em dia.” (Aldaeti Araújo Brandão - 26 anos)

De acordo com Peripolli & Zoia (2011: p. 196) “os nossos trabalhos de campo mostram que os camponeses resistem a todo custo à tentativa e/ou qualquer ato que sinalize o fechamento de uma escola dentro das comunidades. E com razão, uma vez que a escola (mesmo a “escolinha”) tem um significado muito maior do que quem a vê, simplesmente como uma (mais uma) escola. Uma escola no campo representa o centro irradiador das comunidades. Ali, ao seu redor, é que tudo acontece: encontro das pessoas em datas festivas (festas de santos); da reza da missa e/ou do terço (novena/culto); da palestra dos agentes de saúde, do sindicato, da cooperativa; do comício em tempo de campanha po-

lítica; da quermesse; etc. Há também o futebol, a cancha de bocha, o mercadinho/“bolicho”, a reunião dançante aos finais de semana, espaço de encontro da juventude com poucas opções de lazer.”

2.4. Entrevista junto ao diretor coordenador pedagógico da Escola do Campo

- Marineide do Socorro da Silva Sardinha

Formação: Licenciada Plena em Pedagogia

A entrevistada trabalha na escola há três anos, inicialmente como professora, agora como responsável da escola e acompanhante de alunos especiais. Durante seu período de trabalho, percebeu que há muitas dificuldades enfrentadas para a construção de um projeto político pedagógico na escola do campo, devido não haver gestão própria, assim como a elaboração de outros projetos por não existir um corpo docente formado na escola, o que dificulta a proximidade com a realidade. Fernandes, Cerioli e Caldart (2005, p. 27) dizem que “não basta ter escolas no campo; queremos [...] escolas com um projeto político pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo”.

Segunda ela, todos os funcionários são da comunidade com exceção da mesma que reside no Furo Gentil, zona ribeirinha do município de Abaetetuba. Afirma que todos compreendem a realidade dos alunos e trabalham em con-

junto. No que diz respeito à participação de todos, Dourado (2006) complementa que:

“A democratização da gestão é defendida enquanto possibilidade de melhoria na qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, na construção de um currículo pautado na realidade local, na maior integração entre os agentes envolvidos na escola - diretor, professores, estudantes, coordenadores, técnicos-administrativos, vigias, auxiliares de serviços - no apoio efetivo da comunidade às escolas, como participante ativa e sujeito do processo de desenvolvimento do trabalho escolar.” (2006, p.81)

Quando iniciou seu trabalho na escola, a mesma encontrava-se em situação precária, não havia banheiros e bebiam água retirada do rio. Hoje, a escola está reformada, tem bebedouro, poço artesiano e materiais suficientes para o ensino como: jogos educativos, instrumentos musicais e materiais de pintura. A escola São Benedito funciona com uma turma de 24 alunos matriculados. Para a entrevistada:

“Essa quantidade não interfere em nada, pois fica melhor de se trabalhar, dar atenção a todos, o material é suficiente e isso não é motivo para a evasão escolar, mas a falta de consenso nas decisões impede a escola de ir ao progresso.” (Marineide do Socorro da Silva Sardinha)

Observou-se nos relatos, que há conflitos internos na escola que implicam no avanço de atividades. Quando há reuniões, uma servente nunca está de acordo com as propostas apresentadas pelo conselho, além de pessoas que residem na comunidade, mas que não tem filhos estudando na escola. Isso se deve ao fato de que a antiga responsável pela escola é filha da servente que não concorda com as decisões, e por achar que pelo fato de sua filha ser graduada, essa deve ocupar o cargo de gestora, sendo que ela concursada como auxiliar de serviços gerais. Conclui-se que há então um conflito social e político.

E dessa forma, com todas as barreiras e reclamações, Marneide do Socorro opta sempre por uma gestão que seja democrática. Para que isso aconteça Libâneo (1996) orienta:

“Quem ocupa cargo de liderança como diretor ou coordenador pedagógico precisa despor-se do posicionamento de predominante autocrático para possibilitar o desenvolvimento de um clima em que todos contribuam com ideias, críticas, encaminhamentos, pois a gestão e participação pedagógica pressupõem uma educação democrática. (1996; p.200).”

Trabalhar coletivamente é uma tarefa muito árdua, e por isso é um desafio para todo e qualquer Conselho Escolar, saber lidar com a opinião dos outros e principalmente discernir no diz respeito aos interesses pessoais, particulares e daqueles que não se importam minimamente com a educação.

Surgem então inúmeros conflitos, como o da referida escola, que devem ser analisados, pois constituem a realidade escolar. Assim, as opiniões divergentes devem ser discutidas e solucionadas com o coletivo.

Para que a liderança escolar ocorra de modo eficiente é necessário que os membros da comunidade sintam confiança nos líderes escolares e que estes realizem o trabalho de forma ética. A elaboração dos planejamentos, a execução de ações, e as decisões devem ser expostas ao público para que ocorra assim, um avanço significativo na qualidade da educação tendo um objetivo comum. Ainda que na escola São Benedito, sejam apresentadas as propostas a todos, algum participante do conselho sempre encontra empecilhos para que as propostas não se concretizem. Segundo a líder escolar, a instituição tem capacidade de progredir bastante até mais do que se imagina, já que existem recursos suficientes para isso, mas ocorrem constantemente os conflitos mencionados.

3. Considerações Finais

Este artigo teve como finalidade principal, apresentar o ponto de vista de duas famílias sobre a escola local, a importância desta para a comunidade, o modelo de gestão e o trabalho coletivo na escola.

Durante o período de pesquisa, observou-se na fala dos moradores entrevistados que a escola tornou-se um assunto negativo para os mesmos, sendo que alguns pretendem transferir seus filhos para escolas de comunidades vizinhas.

Caso isso aconteça, será apenas uma questão para que a escola São Benedito seja fechada pelos órgãos públicos. Assim, observa-se que enquanto outras comunidades buscam ter uma escola do campo na comunidade, a referida escola deixou de ser “um espaço de conhecimento” desejado para a população do Rio Maiauatá.

São notáveis os conflitos políticos e sociais existentes na escola por parte de algumas pessoas. Tais conflitos impedem no avanço educacional, influenciando diretamente na aprendizagem dos alunos e na infraestrutura do estabelecimento. Atualmente, a escola possui em seu quadro de funcionários, um professor da localidade, o que é uma grande conquista com relação à educação do campo.

Além disso, conclui-se nesta pesquisa que as famílias não participam ou são associadas nos sindicatos de trabalhadores, pois alegam que nesta instituição só pagam taxas e não recebem retorno ao contrário da colônia dos pescadores que há o seguro-defeso. Portanto sentem dificuldades em definir o que é agricultura, por exemplo, já que não participam de cursos formativos que somente os sindicatos propõem e a colônia dos pescadores não, além de técnicas de cultivo agroecológicas.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Maçano. **A educação básica e o movimento social do campo** – Brasília, DF. **Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo**, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, nº2.

- DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão da educação**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Referências para uma política nacional de educação do campo**: caderno de subsídios. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2005.
- LIBÂNEO, José Carlos . **Organização e gestão da escola: Teoria e Prática**. Goiás: Alternativa, 1996
- PERIPOLLI, Odimar João; ZOIA, Alceu. **O fechamento das escolas do campo: O anúncio do fim das comunidades rurais/camponesas**. ECS, Sinop/MT, v.1, n.2, p.188-202, jul./dez. 2011.
- VENDRAMINI, Célia Regina. **Qual o futuro das escolas no campo?** Universidade federal de santa catarina (ufsc). Artigo elaborado durante estágio pós-doutoral na universidade de cornell, nos estados unidos (2012 a 2013) e contou com financiamento da capes (bolsa estágio sênior). Educação em revista | belo horizonte | v.31 | n.03 | p. 49-69 | julho-setembro 2015

FAMÍLIAS RURAIS E A DINÂMICA DO FAZER PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS DO CAMPO

Dielly Ribeiro Pantoja

Wellison Marques Lopes

Elizeu Cantão de J. Calandrini Neto

Rosângela do S. Nogueira de Sousa

1. Introdução

Este artigo é produto das pesquisas desenvolvidas na disciplina Prática Pedagógica VII, do curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Pará, campus de Abaetetuba. Aqui apresenta-se a importância do fazer pedagógico nas escolas do campo e mostra o complexo contexto sociocultural presente na vida de famílias de agricultores. A partir das entrevistas com representantes das escolas e estabelecimento agrícola. Nesse sentido, foi possível compreender o trabalho do coordenador pedagógico para com a dinâmica de Educação do Campo. Ao longo das pesquisas percebem-se as relações entre as famílias e o seu importante papel nas escolas rurais, bem como para a educação dos filhos.

2. O olhar do (a) coordenador Pedagógico para a escola do campo.

As escolas do campo podem ser consideradas um sonho para aquelas famílias, que em épocas atrás não tiveram o privilégio de fácil acesso a educação. Hoje, quando percebem que as escolas estão presentes em suas comunidades se felicitam ao verem esse sonho realizado. Logo, seus filhos exercerão o direito de uma Educação no Campo.

Mas, a Educação no Campo é o mesmo que Educação do Campo? É justamente por esses questionamentos que considera-se importante a investigação do fazer pedagógico nas escolas rurais. Conhecer o olhar do coordenador pedagógico para as escolas existentes no campo, e se esse fazer pedagógico está dinamizando com uma educação voltada para o campo.

Realizou-se a entrevista com a coordenadora pedagógica da Escola Municipal Maximiano Antônio Rodrigues, a senhora Maria Lurdileia de Oliveira Lopes, 42 anos de idade, graduada em pedagogia. Esta, fala sobre o seu trabalho pedagógico na escola quanto às dificuldades, o currículo, desafios e Projetos quando diz:

“O meu trabalho como coordenador pedagógico é desenvolvido de forma mediadora e auxiliando-os a construir e administrar situações de aprendizagem que se adeque às necessidades educacionais dos alunos, organizando a reflexão, a participação e os meios necessários para que os alunos aprendam e se desenvolvam como pessoas, pois todos têm direitos e são capazes de aprender. Várias são

as dificuldades, na maioria das vezes é muito difícil lidar com as pessoas, compreender os problemas, os pontos de vista diferentes nas reuniões; usar as diversas opiniões para chegar a um consenso, mediar conflitos sem ferir, suscetibilidade, liderar sem ser arrogante e sugerir mudanças sem ser autoritário. Contudo, ainda existe a dificuldade com a falta de recursos e espaços adequados para a concretização dos projetos da escola. A escola vem trabalhando o currículo de forma que este não se reduza apenas em conteúdos disciplinares, mas, que associando-os a realidade dos alunos de maneira interdisciplinar, com o objetivo de ampliar as possibilidades de entendimento, as diversidades apresentadas pelos alunos; estimulando-os a serem pesquisadores e questionadores da realidade em que vivem de acordo com seu ritmo de aprendizagem”.

Porém, nesse primeiro de entrevista com a coordenadora pedagógica, percebe-se em sua fala quanta responsabilidade “carrega” um coordenador pedagógico para cumprir seu papel na escola. Em que, esse profissional exerce uma função como o articulador dos processos de ensino e aprendizagem e o “promotor” do desenvolvimento educacional, bem como aquele que resolve os problemas da escola como um todo.

E assim, a coordenadora diz:

“São muitos os desafios do coordenador pedagógico, no entanto destaca-se o que considero como grande desafio: responder por todas as atividades pedagógicas- didáticas e cur-

riculares da escola e pelo acompanhamento das atividades de sala de aula, visando a níveis satisfatórios de qualidade cognitiva e operativa do processo ensino aprendizagem. Na escola temos o projeto “momento místico”, que tem como objetivo trabalhar os valores morais, éticos, sociais e religiosos dos alunos. O qual requer o empenho e a participação dos professores e funcionários de forma geral. Estes se reúnem para planejar os seus saberes coletivamente e uma vez por semana, um tema é desenvolvido e trabalhado dois turnos: manhã e tarde de forma dialogada com os alunos, almejando uma reciprocidade de saberes, instigando-os a participação de todos os alunos, pais, professores e funcionários”.

Esse momento místico que a coordenadora comenta, funcionam como parte da cultura religiosa comunitária, em que, no dia de segunda feira dois professores são responsáveis pelo momento místico, que deverão iniciar com a oração universal do pai nosso, depois oportunizar um momento de dialogo com os alunos e demais funcionários da escola algum tema que envolva situações do cotidiano de todos nas comunidades como: meio ambiente, violência, orientações de saúde, etc. quando termina o momento místico os alunos vão para a sala de aula.

3. A importância de conhecer a cultura e/ou o modo de vida das famílias Rurais

A cultura local é um elemento indispensável no fazer pedagógico. Porque, basicamente é o que constitui a identidade do ser camponês. Onde a criança entra em contato com to-

dos os valores do campo. E é com esses conhecimentos prévio de vida que ele será capaz de desenvolver com as relações existentes do mundo e se preparar para se inserir na sociedade da melhor forma possível.

A fim de perceber essa relação do modo de vida da família com o processo de ensino aprendizagem da criança na escola, realizou-se uma entrevista com os agricultores, Rivadal Rodrigues Pantoja, 50 anos de idade; e Dalcilene Magno Ribeiro, 46 anos de idade, moradores da comunidade de Murutinga.

O senhor Rivadal como chefe da família conta um pouco de sua história dizendo: *“meus avós e pais sempre foram de comunidades tradicionais, trabalhavam com lavouras de mandioca, milho, arroz... O trabalho na agricultura eu iniciei ajudando meus pais”*.

Os agricultores têm oito filhos, sendo que 6 moram com eles e 5 trabalham no estabelecimento agrícola. É muito interessante quando ele fala das modificações das formas de trabalho na agricultura, quando ele diz:

“Antes o tipo de trabalho era somente pra subsistência e hoje houve uma diminuição dessa atividade pela substituição em outros serviços (pluriatividades), poucas famílias trabalham ainda na lavoura” .

A principal fonte de renda da família vem da agricultura (turanja, urucum, macaxeira, outras.) e de outras atividades comerciais (lanchonete). O agricultor dinamiza com outros agri-

cultores participando de reuniões, oficinas, e outros, que tem contribuído com o seu trabalho agrícola. Ele diz que: *“houve o pensamento de utilizar produtos químicos, mais através dessa organização percebi que as práticas ecológicas são melhores”*.

O agricultor comercializa sua produção na feira dos agricultores familiares no município de Abaetetuba. Ressalta que 40% da produção agrícola é para o consumo familiar. A perspectiva da família é fazer com que o trabalho da agricultura familiar seja futuramente a principal forma de garantir o sustento dos mesmos, sem precisar de outras pluriatividades para manter o sistema de produção agrícola.

4. Qual a importância da escola para a família?

A escola tem um importante papel para a família, pois ela é a responsável das articulações de saberes do contexto curricular com o campo no qual o aluno está inserido.

Os agricultores falam sobre a escola dizendo: *“um dos problemas da escola é a falta de materiais didáticos, mas a vantagem é que os alunos aprendem do mesmo jeito”*. Os 8 filhos do Sr. Rivadal estudaram na escola Municipal Maximiano Antônio Rodrigues; apenas quatro destes tiveram que vim estudar na cidade o nível médio, pois até no ano de 2012 não tinha esse modalidade de ensino na comunidade. Mas, os outros filhos permaneceram estudando nas escolas do campo na comunidade, pois a partir de 2013 já haviam inaugurado a escola nova estadual do campo Prof.^a Benedita Lima Araújo para atender o Ensino Fundamental, e principalmente o Ensino Médio. Os agricultores entrevistados também concluíram

o Ensino Médio nesta escola. Estes sempre foram participativos em reuniões, eventos na escola. Conhecem os professores e acreditam que para melhorar o papel da escola na vida da família é necessário a realização de atividades que incluem a família, tais como palestras e oficinas.

O Sr. Rivaldal diz que: *“a importância dos estudos para a família é que os filhos possam estudar para aprender os seus direitos e lutar por eles”*.

5. Considerações Finais

Este trabalho foi muito produtivo, pois durante a pesquisa conseguiu-se obter informações fundamentais sobre o papel do coordenador pedagógico nas escolas do campo, assim como a complexidade de saberes das famílias. O contato com a escola, o contexto local, os relatos de experiências da coordenadora pedagógica e dos agricultores possibilita uma visão da importância da educação do campo como interface para melhores resultados na sociedade.

Referências

- OLIVEIRA, SANTOS, PEIXOTO. **Atuação do coordenador pedagógico nas escolas campesinas**. Congresso Nacional de educação. www.conedu.com.br
- CALDART, Roseli Salete. **Escolas do Campo e Agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida!** Porto Alegre, 2016.
- PLOEG, Jan Douwe Van Der. **As Dez qualidades da Agricultura Familiar**. Agriculturas: experiências em agroecologia; Cadernos de debate; n.1. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014.

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO ÂMBITO ESCOLAR E PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA ESCOLA NO CAMPO “FREI CARMELO”

Ester da Conceição Viegas Muniz

Mayene Pinheiro Soares

Hetiany da Silva Pimentel

Yvens Ely Martins Cordeiro

1. Introdução

Almeja-se uma educação diferenciada para os povos do Campo, onde há a valorização dos conhecimentos trazidos pelo ser camponês para a escola. Sabemos que a Educação neste contexto, já teve grandes avanços, no entanto ainda há um longo caminho a ser percorrido para que de fato, a escola do campo seja para o aluno do campo. A Comunidade Cataiandeua está localizada na Zona Rural do Município de Abaetetuba, e atualmente é composta por cerca de 110 Famílias, com poucos filhos. Na localidade os moradores sobrevivem basicamente de atividades provenientes da agricultura familiar e com auxílios de programas do governo federal.

2. A escola: coordenação Pedagógica

A comunidade possui uma escola que atende o Ensino Infantil e o Fundamental menor (Escola Municipal Frei Car-

meio) funcionando com séries multisseriadas. O público alvo são alunos da própria localidade e de vilas vizinhas. Os professores são oriundos da comunidade local, assim como o responsável pelo estabelecimento escolar, que desempenha o papel de Direção, coordenação pedagógica e ainda leciona na própria escola.

Destacam que o coordenador tem três níveis de atuação, que não se excluem: resolver os problemas instaurados; prevenir situações problemáticas previsíveis e promover situações saudáveis do ponto de vista educativo e sócio afetivo. (GUIMARAES E VILLELA, 2000)

Segundo a pesquisa desenvolvida no âmbito escolar, constatou-se que a mesma não possui o quadro de funcionário completo devido o número de alunos matriculados não ser suficiente (54 alunos), que não está de acordo com as normativas da Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Em uma entrevista realizada com o responsável pela instituição escolar, o Senhor Rafael Palheta, foi questionado sobre como é desenvolvido o trabalho pedagógico na referida escola e quanto às dificuldades enfrentadas:

“(...)Trabalho o conteúdo programático e atribuo métodos particulares sem me desviar do currículo escolar e nem da realidade sócio-cultural dos alunos, já as dificuldades ocorrem principalmente no espaço físico da escola e também na falta de recursos e materiais pedagógicos.”

Outra indagação feita a ele foi sobre como a escola trabalha a articulação do currículo proposto e os desafios enfrentados pela coordenação.

“A escola trabalha de modo que a realidade dos alunos do campo sejam inseridas dentro desse currículo e que os valores e tradições do campo sejam resgatadas respeitando a realidade de cada aluno, mas o grande desafio é encontrar métodos de articulação curricular, considerando a realidade sociocultural, onde a escola e os alunos se encontram fazendo com que o currículo seja trabalhado de modo que essa realidade sociocultural seja inserida nesse currículo.” (Trecho retirado do questionário aplicado ao seu Rafael)

Um exemplo de articulação de saberes para a produção de uma avaliação coletiva na escola dada por ele foi uma atividade realizada com a comunidade escolar, onde foi trabalhado formas de observação da fauna e flora, baseado no Tema da Campanha da Fraternidade 2017. Nota-se claramente a sobrecarga de afazeres no cotidiano escolar dessa pessoa acima entrevistada, além da notoriedade no empenho das funções a ele atribuídas, o que dificulta o desempenho na especificidade de cada função por ele desenvolvida neste âmbito, principalmente no que diz respeito ao trabalho pedagógico estudantil. Podemos observar nas palavras de Franco (2008, p.128), um pouco dessa complexidade:

Essa tarefa de coordenar o pedagógico não é uma tarefa fácil. É muito complexa porque envolve clareza de posicionamentos políticos, pedagógicos, pessoais e administrativos. Como toda ação pedagógica, esta é uma ação política, ética e comprometida, que somente pode frutificar em um ambiente coletivamente engajado com o pressuposto pedagógicos assumidos.

3. Relação Família e Escola

Segundo os relatos do responsável pela escola da Comunidade as famílias dos alunos são presentes e participativas nas rotinas escolares diárias dos filhos. Foram entrevistadas duas famílias que possuem crianças na escola. Ambas são oriundas da própria localidade, filhos de agricultores tradicionais da região e são filiadas ao sindicato dos trabalhadores Rurais e Cooperativas. Seus sustentos provêm da agricultura familiar de forma ecológica e recebem ajuda de benefícios do governo federal.

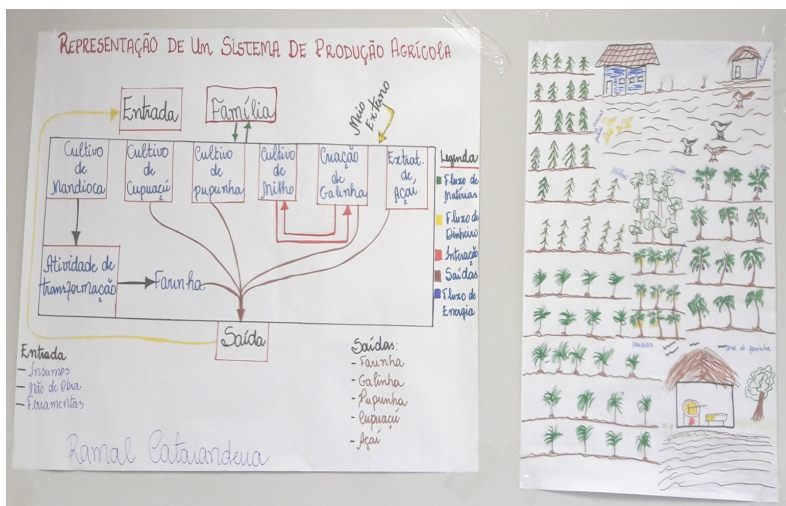
As famílias relatam não ter dificuldades de acesso a escola. Para o senhor Hercílio muniz de 55 anos de idade e pai de sete filhos, sendo apenas dois estudando, a escola é de grande importância para os filhos, pois poderão trazer um futuro melhor, já que observa um bom empenho dos mesmos pelas atividades escolares. Segundo ele, ajuda os filhos nas atividades de casa e todos os dias esta em contato com os professores, já que são crianças e precisam de acompanhante para ir deixar e buscar na escola diariamente.

Já dona Maria da Conceição abreu de 32 anos de idade, possui três filhos. Respondeu o seguinte a respeito de alguns questionamentos;

“Eu acho que meus filhos devem estudar pra serem alguém na vida, penso que eles terão poucas oportunidades, pois perderam o pai tragicamente quando eram praticamente bebês e eu não tenho muito o que oferecer a eles, crio eles a trancos e barrancos. Sou merendeira na escola que eles estudam, então todos os dias estou lá e vejo o comportamento deles, obviamente conheço os professores e acho boa a atuação da escola na vida deles.” (Trecho retirado do questionário aplicado a dona Maria)

De acordo com a Revista Nova Escola (2006: p. 34), a escola e a família têm os mesmos objetivos, fazer a criança se desenvolver em todos os aspectos e ter sucesso na aprendizagem. Todos aprendem com essa parceria.

Segue abaixo um croqui desenhado por um dos filhos de seu Muniz (com a nossa ajuda) para ilustrar como eles veem as atividades agrícolas desenvolvidas pela sua família.



FONTE: Ester Muniz em 09/09/2017

4. Problema

Durante o desenvolvimento da pesquisa, constatamos que realmente os pais dos alunos frequentam a escola e participam das programações propostas pela coordenação para as famílias dentro do ambiente escolar. A coordenação por sua vez, apesar dos muitos obstáculos que enfrenta se empenha para coordenar as atividades escolares. Contudo, o que chamou a atenção da equipe pesquisadora para a referida localidade foi o fato de as famílias da comunidade cataiandeua não estarem mais procriando. Fato este que implica no futuro funcionamento escolar, pois ficou-se o questionamento, se não houver mais crianças, como funcionara a escola? Se os alunos é que fazem o corpo estudantil escolar. Os moradores não demonstram preocupação enquanto a este fator,

apesar de considerarem indispensável a presença da escola no local. Vale ressaltar que a mesma ainda está em pleno funcionamento por conta de alunos de vilas vizinhas estarem completando as poucas, das muitas vagas existentes.

O convívio escolar é decisivo na aprendizagem de valores sociais e o ambiente escolar é o espaço de atuação mais imediato para os alunos. Assim, é preciso salientar a sua importância. (Idem Nova Escola)

5. Considerações Finais

Consideramos que o papel do coordenador é favorecer a construção de um ambiente democrático e participativo, onde se incentive a produção do conhecimento por parte da comunidade escolar, tendo como resultado deste processo uma educação de qualidade para todos. Acreditamos que no caso acima pesquisado a coordenação, apesar de sobrecarregada, consegue realizar boa parte de seu papel.

As famílias contribuem com o apoio que acreditam ser de importância relevante para a escola, mesmo em casos de pais analfabetos. Mas o maior desafio que encontramos no desenvolvimento da pesquisa foi a preocupação com o futuro da escola da Comunidade, pois observamos que a cada ano reduz o número de alunos nas séries iniciais, prevendo assim uma estatística de uma futura escola sem alunos, logo não poderá mais funcionar o estabelecimento. Com esta grande preocupação concluímos o nosso artigo e com pensamento de como ajudar em tal situação.

Referências

- FRANCO, Maria Amelio Santoro. **Coordenação pedagógica: uma práxis em busca de sua identidade.** Revista Múltiplas Leituras, v 1, n.1p. 117-131, jan/jun. 2008.
- GUIMARAES, A.A.;VILLELA, F.C.B. O professor-coordenador e as atividades de início de Ano. In: BRUNO, E.B.;ALMEIDA,L.R.;-CHISTOV, L.H.S. (Orgs.). **O Coordenador pedagógico e a formação docente.** São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- Revista Nova Escola. www.novaescola.org.br Acesso em junho/julho de 2006.
- PLACOO, V.M.N.S. **Formação e prática do Educador e do Orientador: Confrontos e questionamentos.** Campinas: Papirus, 1994.

UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA COMUNIDADE VIRGÍLIO SERÃO SACRAMENTO

Jairo Oliveira Rosa

Fernanda Carvalho de Sarges

Elda Quaresma dos Santos

Afonso Welliton de Souza Nascimento

1. Contexto Histórico da violência no campo no Município de Moju

Na década de 1970 o Estado do Pará passou por grandes conflitos no campo especificamente no município de Moju, e distrito Tailândia que agora foi emancipado, Tomé Açu e Acará, devido à construção da PA 150 que liga Moju-Tailândia e a PA 252, Moju-Acará foram abertos braçalmente por moradores da época. Com isso, a região norte em pleno desenvolvimento com as construções das estradas que, por conseguinte, a rodovia federal Belém Brasília, chamou muita atenção de imigrantes principalmente nordestinos vieram em busca de lotes de terra.

Assim, a região mojuense foi sendo povoada pelas redondezas de suas estradas. Moju parecia uma vila pacata sem violência. Muitas pessoas se conheciam pelas redondezas, por ter poucos moradores, desde comerciantes à trabalhadores que vinham fazer compras na cidade, mas com o

desenvolvimento da região o cenário foi sofrendo modificações devido os grandes projetos agroindustriais se instalaram em Moju mudando o meio e o espaço do pequeno produtor rural.

Esses projetos de dendê e cocô vieram com intuito de reflorestar áreas degradadas pela exploração de madeira e desenvolver a região com o apoio da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) que beneficiou os empréstimos para a realização dos mesmos.

Como a rodovia PA 252 e PA 150 já estavam praticamente abertas em fins da década de 1970, a primeira ligando o município de Moju ao então distrito de Tailândia, alguns grupos de acionistas decidiram investirem seus recursos somados a outros milionários empréstimos (ou pelos menos utilizavam esses discursos em seus projetos quando iam em busca dos benefícios na região mojuense). Não existe dúvida de que a abertura das rodovias e esse empréstimo aval da SUDAM tenham sido os grandes atrativos para esses homens que se instalaram (SACRAMENTO, 2012, p. 26).

2. História da comunidade (identidade e memória)

A Comunidade Virgílio Serão Sacramento está localizada na PA 252 km 37, Ipitinga ramal dos cunhas no município de Moju, onde a mesma foi fundada nos anos 70 e 80 por um grupo de mulheres local que iam nas casas de famílias para rezarem e fazer as novenas. Anos se passaram e começam a

surgir movimentos de mulheres, que era apoiado pela Igreja Católica em nome do Pe. Sérgio Toletto.

A comunidade começou a se fortalecer, então foi formado o círculo de cultura, com objetivos de catequizar, alfabetizar jovens e adultos e ensinar as mães a produzirem remédios caseiros para seus filhos, devidos grandes incidência de diarreia na região, que por consequências disso muitas crianças recém-nascidas entravam em estado de óbitos.

Com isso, criaram diversos mecanismos, para tentar enfrentar as dificuldades advindas por doenças e problemas sociais como: as farmácias alternativas caseiras e palestras educativas, com intuito de mostrar a realidade da sociedade que muitos desconheciam, aprendendo a ser honesto com o seu voto.

Tudo isso, era feito por monitores do círculo de cultura com pensamento pedagógico de Paulo Freire que teve grande influência no processo da conquista da cidadania, o qual é considerado o pai da educação libertadora nas comunidades. Segundo a lavradora e integrante do círculo de cultura, Raimunda cunha de 75 anos de idade escreveu no livro a cidadania do analfabetismo uns dos seus poemas que ele *“foi um herói libertador e usou seu saber e seu amor com os pobres do mundo inteiro”*. No círculo de cultura os idosos começaram a ler e escrever e até compor músicas que foi no caso da senhora que fez a seguinte melodia.

3. Música Esperança De Aprender

Fiquem firmes companheiros, vamos juntos caminhar porque o círculo de cultura veio nos liberta. Eu na minha

juventude não soube o que foi estudar a prendi a plantar maniva, fazer farinha e capinar. Agora no Círculo de Cultura meu saber vai partilhar, partilhar, meu saber vai partilhar. Me sentia cega e muda, nem caneta sabia pegar, mais eu não perdi a esperança de que um dia eu ia enxergar, enxerga, enxergar, enxerga e escutar e falar. O círculo de cultura não é para alinear eu vou dar o meu testemunho venha ver pra comprovar: que o Círculo de Cultura é pra libertar e alfabetizar, libertar, libertar, libertar e alfabetizar. **(Merentina, círculo de cultura Ipitanga).**

Com passar dos anos, a comunidade viveu um período conflitante com a grande empresa de dendê no tempo chamada de Reasa, pois os pistoleiros obrigavam os moradores a se retirarem de suas terras, por meio da grilagem e ameaças caso as famílias não se retirassem. Contudo isso, houve vários conflitos e a morte do Edmílson e 44 foram trabalhadores rurais foram presos, mais logo foram soltos e saíram vitoriosos.

Porém os municípios que mais se envolveram em conflitos, por conta dessa entrada desordenada do capital especulativo foram os municípios de Tomé-Açu e Moju, ficando o município de Acará em escala menor, mais também com grandes índices de famílias que entraram em conflitos por conta da tentativa tomada de suas terras por projetos pecuário e agroindústrias da empresa produtora de dendê. (SACRAMENTO, 2012, p. 27)

Nos primeiros anos da década de 1980, o município mojuense foi “sacudido” por algo que estes até então não conheciam, que era o conflito no campo. A tentativa de expulsão do camponês foi marcante, uma vez que os projetos almejavam a todo custo conseguir mais recursos para créditos necessários ter uma área para a produção. (SACRAMENTO, 2012, p. 76)

Com isso os grandes projetos começaram a fazer a grilagem de terras sabendo que a maioria desses trabalhadores rurais tinham grandes propriedades não legalizadas que estavam irregulares, e as empresas falsificavam o documento e iam para retirar o proprietário de suas propriedades, porque quanto mais terra as empresas adquiriam, mais produziam, e conseguiriam mais crédito para o financiamento dos projetos.

Dentre os mecanismos criados para garantir a posse de terras ilícitas para esses projetos, destaca-se o uso da grilagem de terras, onde um determinado empresário adquiria uma certa quantidade de terra por intermédio de advogado que recorria aos cartórios, aumentavam a área em até dez vezes ou quantas desejarem(...) (SACRAMENTO, 2012, p. 76)

Desde muito tempo roçado é o nosso meio de vida e nos dá muito trabalho. Todos os dias a gente tem que ir lá ao menos espicar. É um trabalho duro, feito em baixo do sol e não tem futuro. Pra produzir a farinha, a tapioca, a

gente sofre muito. Tem que derrubar, brocar, plantar e capinar até vencer o mato. O corpo do pau também é a gente que tira. Às vezes até adoecemos por causa desse trabalho, mais quando vamos pra cidade, vender o produto, é só tristeza. A gente vende uma saca de 60 quilos pra comprar um quilo de “cumê”!

A maniva é a principal plantação que se faz o roçado; dela tiramos a mandioca, a tapioca, o tucupi e a farinha. Mais quem planta a maniva só ganha canseira, porque quem lucra com isso são os atravessadores, os comerciantes e os marreteiros.

Nós temos que pensar e achar um jeito pra gente se livrar desse sofrimento. Agente precisa aprender a trabalhar juntos, formar grupos de pessoas que querem lutar, trabalhar e fortalecer o nosso sindicato, pra ver se o nosso futuro tem mais valor. A nossa produção a gente não deveria vender a qualquer preço. Mais o que acontece é que quando a gente vai lá na cidade, já vai cheio de precisão que os compradores se aproveitam disso e pagam quanto querem pra nós. O trabalho no roçado é divertido, mais é pesado e agente acaba gostando dele porque é o jeito. **(círculo de cultura de castanhal, pedreira, bujarú, são jorge, cravo e ipitinga)**

Antigamente as pessoas só viviam da agricultura familiar no cultivo da roça e os costumes do campo, como meio

de subsistências básicas tais como: farinha de mandioca, farinha de tapioca, feijão, tabaco, milho, da caça, da pesca e da extração de madeira.

A terra é, pois, um instrumento de trabalho, qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha a terra é para produzir a terra, mais para produzir o fruto da terra, o fruto da terra é produto do trabalho, mais a própria terra não o é. (MARTINS, 1893. P 159 A 160)

Através do trabalho acessório, o camponês pode se transformar periodicamente em trabalhador assalariado, recebendo salários por período de trabalho. Essa transformação periódica constitui-se em fonte de renda monetária que suplementa a rendimentos com as culturas em suas propriedades. (OLIVEIRA, 2001. P 57)

O trabalho de agricultor era o mais visto, lembro-me do passado, os produtos como, por exemplo, o saco da farinha mal dava pra comprar 1 kg de charque. Era uma época muito difícil, as pessoas só trabalhavam pra comer praticamente e sua renda familiar era reduzida. Utilizavam como meio de transporte o reboque, o batelão, onde o condutor movia com um grande remo de “faia” que era gingado para se movimentar, a montaria era pequena embarcação, alguns anos foram surgindo novos meios de transportes a canoa motorizada e o casco.

Não existia na época nenhum projeto que viesse favorecer os agricultores, trabalhavam em suas lavouras em forma de grandes mutirões, na derrubada com machados e no plantio de seus roçados, no final do dia vinham cantarolando fazendo a maior festa comemorando o trabalho realizado. Hoje a comunidade, ainda vive com as heranças de seus descendentes, como derrubar, plantar, colher e produzir seus produtos no caso a farinha, tudo isso, é possível graças aos mutirões realizado nas localidades vizinhas. Esses mutirões ocorrem com mais frequência nas devidas atividades como: derrubamento da mata, o plantio, e a capina.

Nas décadas de 1970 e 1960, o trabalho que existia era voltado para o extrativismo como a plantação de mandioca (SACRAMENTO, 2012, p. 27)

O sistema educacional era muito difícil, pois, não havia escola na época e os mais antigos não tiveram oportunidade de estudar. Mais tarde os filhos dos antigos só aprenderam a rabiscar o seu nome na cartilha do ABC. Em meados o ano 60 foi onde tudo começou. Um morador vendo a necessidade de não ter escola, mandou sua filha estudar para Belém e entrevistamos a professora que ainda mora na localidade e relatou que estudou e voltou a sua localidade e com 13 anos de idade foi nomeada como professora para alfabetizar jovens e adultos em barracões de festa somente assoalhado e a escola foi registrada como Escola Municipal Foz da Campina onde foi expandindo o estudo.

Mesmo com dificuldades dava suas aulas com materiais que adquiria como: tintas de lacre, giz de breu e caroços de açaí. Depois chegaram as cartilhas para facilitar sua metodologia de ensino. Ao atingir a 4ª série, os alunos tinham que dar continuidade em seus estudos na cidade de Moju indo de ônibus e pau de arara, mas era raro o transporte. Nos anos 90, surgiram outros professores que eram alunos da primeira professora que deram continuidade na educação na comunidade e nas redondezas.

4. História da Escola e Distrito Nova Vida

4.1. Caracterização da escola

A Escola de Ensino Fundamental Major José Tenório há 30 anos serve à população do Distrito Nova Vida, comumente conhecida como Vila Sococo, hoje com aproximadamente 400 famílias. A instituição escolar atende ainda às comunidades rurais de suas imediações, no equivalente a 33,81% de seu alunado atual (Arquivo da Escola-jun/2013), no Município de Moju (PA), cujo, nome em tupi, significa “Rio das Cobras”, uma cidade localizada no interior do Estado do Pará, fundada sob a lei nº 279, de 28 de agosto de 1856 e possui uma área de aproximadamente 9.724 km².

A sede da instituição está situada a Av. João Carlos Batista, s/n, rodovia PA 252, a 38 km da sede do Município. Inicialmente a Escola foi fundada dentro dos limites da Fazenda Sococo, no ano de 1983 com o nome de “Escola Sococo”, com apenas 04 (quatro) salas de aulas, atendendo quase que

exclusivamente os filhos de funcionários da empresa. No ano de 1987 pelo Decreto 065/87 de 22 de Dezembro, passa-se a chamar “Escola Municipal Nova Vida” em convênio com a Prefeitura de Moju e a Empresa Sococo S/A.

Já no ano de 1993 sob o Decreto 90/93, assinado entre Empresa Sococo S/A e Prefeitura de Moju, o nome da Escola passa a ser “Escola Municipal em Regime de Convênio de Ensino Fundamental Major José Tenório”, em homenagem ao fundador do Grupo Empresarial Sococo, o Senhor Major José Tenório, nascido em 05 de Novembro de 1905, no Engenho Estrela, Município de Atalaia – Alagoas.

A Escola funcionou na Empresa até o final do ano de 2003 com 07 (sete) salas de aula. Sendo que neste mesmo ano o Governo municipal inaugurou o 1º bloco da nova Escola Major José Tenório, localizada dentro da comunidade do Distrito Nova Vida, com 03 (três) salas de aula, porém, ainda não funcionando com aulas, devido não haver banheiros, cozinha e outros.

Por isso, com o crescimento da demanda e sentindo a necessidade de melhor atender a comunidade do Distrito Nova Vida e seus arredores, o governo Estadual e Municipal, em parceria com a Empresa Sococo S/A construíram a maior Escola da zona rural do Município de Moju.

Em 2004, a Escola Major José Tenório começa a funcionar dentro da comunidade do Distrito Nova Vida, atendendo mais de 900 (novecentos) alunos, funcionando em 03 (três) turnos (manhã, tarde e noite), com 13 (treze) salas de aulas, contando com sistema de transporte escolar, com 03

(três) ônibus para atender alunos de comunidades vizinhas como: Luso, Campina, Maratipal, Ipitinga, Castanhandeua, Curuperé, Serrana, Boa Fama, Santa Maria e entre outras.

No ano de 2009, a comunidade escolar constrói os primeiros Projetos de intervenção educativa e afirma sua autonomia Pedagógica e Administrativa, por meio da construção participativa de seu Projeto Político Pedagógico, que retrata os anseios e desejos de ter excelência na qualidade do ensino público.

Assim, a Escola buscando ser referência no município de Moju, fazendo jus ao seu grande porte, mediante o talento e qualificação profissional continuada de seus trabalhadores em educação, ofertando maiores benefícios de produtos do conhecimento sistematizado à comunidade local e a sociedade em geral.

4.2. O meio

O Distrito Nova Vida foi fundada no dia 21 de maio de 1985, em consequência da implantação da Empresa Sococo Agroindustrial da Amazônia S/A, que investe no plantio de coco nesta região atraindo trabalhadores vindos de outras regiões, principalmente do Nordeste, visto que a sede da Empresa está localizada em Maceió (AL) e por isso é comum encontrarmos muitos nordestinos nessa região.

Segundo relatos orais, quando a Empresa Sococo S/A se estabilizou nessa região no ano de 1981, havia apenas uma casa fora dos seus limites, pois, as terras pertenciam a Empresa CAJI, e como era considerado um latifúndio improdu-

tivo algumas famílias resolveram invadir no ano de 1985. Essas famílias dividiram as terras, deixaram lugar para o patrimônio da comunidade e passaram a organizar-se em associações e igrejas até formar um grupo significativo que, mais tarde, conseguiu na justiça o direito legal de ocupar as referidas terras.

A Vila Nova foi crescendo significativamente até que no ano de 2005 foi considerado Distrito Nova Vida. Atualmente, muitos moradores também estão ligados às atividades agrícolas, o que vincula a economia da maioria das famílias ao trabalho do campo. O comércio local vem crescendo devido ao desenvolvimento da própria empresa e ao crescimento progressivo do distrito. A comunidade possui ruas e travessas que ainda não estão asfaltadas, possuindo distribuição de rede elétrica e contando com água encanada.

Quanto às construções públicas, privadas de uso público e à prestação de serviços, a comunidade conta com: A Escola de Educação Infantil Clementino da Silva Cunha, A Escola de Ensino Fundamental Major José Tenório, Uma praça central com quadra esportiva, Um posto médico, 03 (três) campos de futebol, Uma comunidade católica e 04 (quatro) denominações evangélicas, Um cemitério, Um serviço de distribuição de água, Distribuição de energia elétrica-REDE CELPA, Serviço de telefonia fixa e telefones públicos, Uma Associação de Moradores, Transporte coletivo nos trajetos Sococo-Moju, Sococo-Moju-Abaetetuba, Uma casa dos professores para atender docentes de outras localidades, Supermercados, mercadinhos, bares, Farmácias e Balneários.

5. Relação da Escola e Comunidade (Virgílio Serrão Sacramento Ipitinga)

Desde muitos séculos atrás, a sociedade vem se transformando e junto com essas mudanças a educação vem estabelecendo o papel em quanto escola na sociedade, onde a família tem um papel importantíssimo na vida desses educandos que moram na comunidade. De acordo com professor Ronaldo Valente que leciona na Escola Major José Tenório relata sobre a importância da comunidade escolar em relação às famílias dos educandos:

Cada um tem que exercer um papel e entender que todos são importantes na construção de uma sociedade mais justa, pois, comunidade/escola/família precisam ouvir os anseios da população e traçar metas para o bem de todos. A escola e as famílias tem que interagirem juntas “dando as mãos” para um melhor ensino-aprendizagem dos alunos.

A família educa e a escola ensina esses dois pilares tem que estarem homogeneamente conectados para obterem bons resultados na vida desses alunos, procurando tanto família e escola entenderem as especificidades dos educandos principalmente quando se fala em Educação do Campo.

De acordo autor (GADOTTI, 10 e 11. 2007).

A escola não pode mudar tudo e nem pode mudar a si mesma sozinha. Ela está intimamente ligada à sociedade que a mantém. Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto

da sociedade. Como instituição social, ela depende da sociedade e, para se transformar, depende também da relação que mantém com outras escolas, com as famílias, aprendendo em rede com elas, estabelecendo alianças com a sociedade, com a população.

A escola é um lugar bonito, um lugar cheio de vida, seja ela uma escola com todas as condições de trabalho, seja ela uma escola onde falta tudo. Mesmo faltando tudo, nela existe o essencial: gente. Professores e alunos, funcionários, diretores. Todos tentando fazer o que lhes parece melhor. Nem sempre eles têm êxito, mas estão sempre tentando. Por isso, precisamos falar mais e melhor de nossas escolas, de nossa educação. A escola é um espaço de relações. Neste sentido, cada escola é única, fruto de sua história particular, de seu projeto e de seus agentes. Como lugar de pessoas e de relações, é também um lugar de representações sociais. Como instituição social ela tem contribuído tanto para a manutenção quanto para a transformação social. Numa visão transformadora ela tem um papel essencialmente crítico e criativo. A escola não é só um lugar para estudar, mas para se encontrar, conversar, confrontar-se com o outro, discutir, fazer política. Deve gerar insatisfação com o já dito, o já sabido, o já estabelecido. Só é harmoniosa a escola autoritária. A escola não é só um espaço físico. É, acima de tudo, um modo de ser, de ver. Ela se define pelas relações sociais que desenvolve. E, se quiser sobreviver como instituição, precisa buscar o que é específico dela.

A escola tem estar inteiramente ligada com a comunidade, e se não ambas estiverem desconectada, a mesma tem que criar ferramentas e métodos para aproximar a comunidade, por que a escola é uma instituição que forma sujeitos para a vida. A escola tem que descobrir as facetas de uma educação que seja própria do campo, tendo um olhar humanista e diferenciado do meio e espaço em que esse sujeito esteja inserido em suas múltiplas diversidades local como religião, a cultura, fator social e econômico. A comunidade escolar tem que ser sensível a essas questões, procurando adaptações do currículo da SEMED (Secretaria Municipal de Educação), que impõe na escola do campo.

Segundo, as entrevistas com alguns professores foram mencionadas o currículo, que precisa ser readaptado para atender as necessidades dos alunos do campo, pois, a escola é uma instituição importante para a comunidade por trazer uma dimensão construtiva de vivência da comunidade, onde a qual é inserida para fortalecerem os conhecimentos locais.

Atualmente os alunos do campo enfrentam muitos preconceitos, mais resistem lutando por uma educação melhorada, logo esses sujeitos procuram ocupar seus espaços e direitos na sociedade, antes os alunos do campo eram visto sem perspectivas nenhuma, hoje é possível encontrar alunos formados e cursando o nível superior e doutorado. Mesmo sem o apoio do poder público, muitos conseguem concluir o ensino fundamental, a família é essencialmente importante na vida desse estudante, tendo que dá incentivo a pesar das dificuldades enfrentadas no dia adia.

Um breve depoimento de um aluno Wilhames Correia Bricio da comunidade que estuda na cidade de Moju:

O governo tem que investir na escola da comunidade como salas de informática, bibliotecas, salas de jogos educativos, laboratório, professores qualificados, projetos que visassem em conscientizar os alunos sobre o uso de drogas e sexo na adolescência e o poio da familiar.

Nesse contexto de informação, para (GADOTTI, 2007) o professor é muito mais um mediador do conhecimento, um problematizador. O aluno precisa construir e reconstruir o conhecimento a partir do que faz. Para isso, o professor também precisa ser curioso, buscar sentido para o que faz e apontar novos sentidos para o que fazer dos seus alunos. Ele deixará de ser um lecionador para ser um organizador do conhecimento e da aprendizagem. O professor é a peça fundamental para o aluno em relação a organização de mundo, levando-o o mesmo a percepção seu mundo, se tratando da educação do campo, o professor tem que dialogar com a realidade do aluno, aproveitando os recursos disponíveis no ambiente podendo conciliar as diversas áreas do conhecimento, mais para isso é preciso uma qualificação diferenciada e um professor pesquisador que instigar seus alunos a conscientização, problematização, incentivo a pesquisa e organizar todo esses conhecimentos para criarem trabalhos e projetos que venha solucionar as dificuldades da comunidade de acordo com a realidade e conhecimentos de vida local e assim ampliando seus horizonte de mundo.

O autor (GODOTTI, 2007, p.34)

Daí o papel importante da educação – como conscientização, não a educação “bancária” – na superação da condição de opressão. Nessa educação conscientizadora, educador e educando são sujeitos em diálogo na construção do conhecimento. A educação conscientizadora é problematizadora, crítica e prioriza o diálogo, o respeito, o amor, o ato de criação e recriação, partindo do estudo “em círculo cultural”, das situações-problema retiradas da realidade do educando.

Segundo Silva et al (2012, P. 22) “ a educação ofertada atendida a modelos da sociedade que não eram os campestinos. Uma educação nos territórios rurais, para os sujeitos rurais, para os sujeitos campestinos, mais não com eles; não de acordo com as especificidades em função de modelo de sociedade de outros [...]”e (SILVA, et al, 2014 p.31) “ os povos campestinos reivindicam a afirmação e valorização dos seus saberes, isto é, da sua condição epistêmica de dizer-se no mundo e de estabelecer as suas próprias cosmovisões com prerrogativas de transformá-lo.

6. Coordenação Pedagógica (Escola Major José Tenório)

Primeiramente para ser um coordenador pedagógico tem que ter experiência em sala aula, para construir uma identidade de profissional, tendo compromisso com grupo de professores e com a escola.

A construção da identidade profissional e o fortalecimento de seu compromisso com o grupo de professores e alunos dependem da consciência crítica que professores e coordenadores tem frente a sincronização das dimensões políticas , humano-relacionais e técnicas de sua ação. Somente a consciência do dinamismo dessas dimensões permite o redirecionamento da percepção sobre a realidade, sobre nós mesmos e o outro, sobre nossa prática, a fim de que reavaliemos os critérios por meio dos quais nos posicionamos e nos direcionamos para essas realidades. (PLACCO, 1994, P. 68).

A coordenação pedagógica atua com parceria com os professores, observando, discutindo, planejando plano de ação que possam suprir as necessidades da escola. E esse profissional tem que ser bem qualificado com um bom embasamento teórico para estimulá-los e acompanhar os professores, é preciso ter uma holística e comunicar-se bem, sempre refletindo suas práticas de ensino e valorizando sua equipe de trabalho buscando sempre uma formação continuada.

A função formadora, do coordenador precisa programar as ações que viabilizam a formação do grupo para a qualificação continuada desses sujeitos, conseqüentemente, conduzindo mudanças dentro da sala de aula e na dinâmica da escola, produzindo impacto bastante produtivo e atingindo as necessidades presentes. (CLEMENTI, 2003, p.126)

Vários professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos ou mesmo os supervisores e orientadores educacionais, reunirem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos das turmas, séries ou ciclo. (DALBEN, 2004, p. 31)

Não é fácil ser coordenador pedagógico, muito professores se incomodam com a nossa presença em sala de aula, com isso, surgir os conflitos. Tentamos sempre dar o melhor assumindo múltiplas funções dentro da escola, quando se trata da escola do campo a coordenação e corpo docente tem que adaptar com as particularidades dos alunos campestinos e não os alunos, por que eles são sujeitos de mudança e construção de costumes e identidades dentro da comunidade e território campestino.

7. Síntese

A comunidade Virgílio Serrão Sacramento como as outras comunidades vizinhas não tem grandes perspectivas de vida em relação ao estudo, muito jovens param no ensino fundamental e Ensino Médio começam a trabalhar nas empresas de dendê e cocô, onde muitos sobrevivem desse ofício. Poucos vão para a cidade em busca de oportunidade para estudar devido à ausência de oportunidade no interior de ingressarem num ensino técnico ou superior. Pois isso que a escola do campo tem que difundir as diversas áreas do conhecimento com o conhecimento local para que esses sujeitos possam transformar sua comunidade, aprimorando

em seu território de plantio. Os professores e coordenação e família tem que estarem sempre em parceria em prol de um objetivo que é auxiliar o aluno e a comunidade se desenvolver em seu ambiente que esse educando se encontra.

A coordenação pedagógica da Escola Major Jose Tenório é uma coordenação que luta em conjunto com corpo docente, propondo melhorias nas metodologias de ensino dos professores e revendo suas práticas enquanto coordenação. A escola tem algumas práticas que são positivas como o encontro de famílias e plantões pedagógicos, ondes os responsáveis tem a oportunidade de conversar com os professores sobre o rendimento do filho na escola.

A escola apresenta professores qualificados, com projeto do governo federal como a dança, aula de violão, aula de alfabetização e leitura. Em relação agricultura a maioria dos moradores trabalha apenas para o próprio consumo, pais e filhos exercem atividade assalariada, mais ao mesmo tempo cuida da manutenção de seus sítios.

Referências

- DALBEN, Angela I. L. F. **Trabalho escolar e conselho de classe**. Campinas: Papirus 1992.
- CLEMENTI, Nilba. Avoz dos outros e a nossa voz. In.: ALMEIDA, Laurinda R., PLACCO, Vera Maria N. de S. **O Coordenador pedagógico e o espaço de mudança**. São Paulo: Edificações Loyola, 2003.
- PLACCO, V.M.N.S. **Formação e prática do educador e do orientador: confrontos e questionamentos**. Campinas: Papirus, 1994.

SILVA, J.F.et al. **Paradigma da educação do campo: um olhar a partir dos estudos pós- coloniais latino-americanos.** Revista reflexões e ação, Santa Cruz do sul, v.22, n.2, jul./dez.2014.

SACRAMENTO, Elias Diniz. **As almas da terra, A violência no campo mojuense.** 2012

GADOTITI, Moacir. **A escola e professor:** Paulo Freire, 1ª Ed., São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

E.M.E.I.F PADRE MÁRIO LANCIOTTI UMA ESCOLA URBANOCÊNTRICA NAS ILHAS DE ABAETETUBA: O CASO DO ENSINO MÉDIO.

Jossiana Rodrigues Negrão

Simóni Paixão Alves

Suely Paixão Alves

Geovanna de Lourdes Alves Ramos

1. Introdução

Falar do Ensino Médio na Amazônia paraense significa penetrar uma realidade complexa, derivada de múltiplos fatores entre os quais citamos a sociobiodiversidade característica da região, a extensão territorial do Estado, bem como a desigualdade regional que tem imperado no Brasil. Isto nos leva a problematizar o papel das políticas educacionais voltadas para o ensino médio desenvolvidas pelo Estado, tendo em vista compreender qual seu reflexo na formação e na prática social dos alunos nas escolas das ilhas de Abaetetuba especificamente na Padre Mário Lanciotti.

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Padre Mário Lanciotti fica localizada na Comunidade de São José, no Rio Maracapucu, em uma das ilhas de Abaetetuba. Seu acesso é feito através de freteiros (pequenas embarcações que fazem transporte de pessoas e mercadorias) é uma

escola localizada no campo, zona rural que enfrenta uma série de problemas especificamente o Ensino Médio, pois a escola se tornou Urbanocêntrica.

O termo Urbanocêntrico se refere a uma visão de educação na qual o modelo didático-pedagógico utilizado nas escolas da cidade é transferido para as escolas localizadas nas zonas classificadas como rurais, sem que sejam consideradas as reais necessidades das populações identificadas com o Campo (SECAD/MEC pág.13, 2007)

O que percebemos é que as escolas do Campo estão sendo utilizadas como se fossem da cidade o modelo didático-pedagógico curricular utilizado é o que vem pronto do Estado, não estão sendo consideradas as necessidades dos alunos que vivem uma realidade diferente daqueles dos centros urbanos, que necessitam acompanhar o ciclo das marés, o horário do barco para voltar para casa, a safra do açaí e outros fatores que estão intimamente ligados.

De acordo com os professores Salomão Hage e Oscar Barros, a Amazônia por ter uma rica heterogeneidade, as políticas curriculares devem levar em consideração os principais traços característicos dessa heterogeneidade: o campo produtivo, o campo ambiental, o campo sócio-cultural e o campo educacional.

Para falarmos da EMEIF Padre Mário Lanciotti nos apropriaremos de três dessas características para entendermos

como esse modelo Urbanocêntrico têm interferido na vida desses alunos.

Vamos nos deter no Campo produtivo, sócio-cultural e o Campo educacional.

2. Campo Produtivo

A Comunidade São José é uma comunidade ribeirinha que fica localizada na região das ilhas de Abaetetuba, por suas características geográficas, em vista que a produção econômica do lugar segue especificidades no que se refere aos aspectos relacionados ao cotidiano do campo, considerando que

[...] em relação à zona rural, há uma configuração diferenciada dos espaços que constituem o Centro e as Ilhas, pois enquanto no Centro encontramos as rodovias, as estradas, os ramais e alguns igarapés; nas Ilhas além dos igarapés, há uma infinidade de rios e furos que abragem a área ribeirinha. (PEREIRA&PEREIRA,2010,p.16)

Sendo assim a maior parte da produção econômica local vem da extração do açaí de pequenos agricultores, trabalho em olarias, roça, freteiros e pescadores.

Por ser uma região de várzea, local nativo da Euterpe oleracea, a maioria das famílias do lugar trabalha com a extração do açaí cuja safra ocorre entre os meses de agosto e dezembro onde há produção em maior escala, secundária a esse tipo de trabalho os pequenos agricultores têm plan-

tação como a mandioca, da qual a maior parte da produção é para subsistência, outras famílias trabalham em olarias na produção de tijolos e telhas, e também na produção de artesanatos. Ainda existem famílias que trabalham com a pesca e também os freteiros que trabalham no transporte de pessoas e mercadorias entre a comunidade e a cidade de Abaetetuba.

Na região amazônica onde vivemos é muito difícil conciliar o calendário escolar, isso porque a escola já tem um calendário escolar montado, o que acaba acarretando diversos problemas no âmbito escolar, já que para produção econômica familiar na maioria das vezes é necessário a participação de toda família, isso faz com que na época de maior produção do açaí na safra haja maior incidência de evasão escolar.

3. Campo sócio-cultural

A comunidade São José é uma comunidade ribeirinha amazônica formada por ribeirinhos, pescadores e pequenos agricultores.

Seus saberes, suas práticas estão intimamente ligadas com o modo de sobrevivência.

É uma comunidade que tem na cultura a expressão da riqueza do seu povo, através do artesanato de barro e das festas religiosas como a: Quaresma, missa tradicional do santo da comunidade, festa de São José padroeiro da comunidade, festas juninas, cordão do boi e festas dançantes e os cultos das igrejas evangélicas.

4. Campo educacional

A Escola Padre Mário Lanciotti inaugurada no dia 16/08/2007, possui seis salas de aula, banheiros, cozinha, secretaria e diretoria. No entanto, o número de salas que a escola possui ainda é muito pequeno para a quantidade de alunos que frequentam a escola, pois é uma escola municipal que deveria atender apenas alunos da educação infantil até o 5º ano, porém recebe alunos também do 6º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio os quais são de responsabilidade do estado através do **Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME)**, além de projetos como o mais Educação.

Isso faz com que a escola fique superlotada tendo inclusive algumas turmas que estudam no pátio da escola algo muito cruel para os alunos que ficam expostos ao barulho, pessoas passando, o odor dos banheiros que ficam ao lado e todo tipo de ruído possível. Isso dificulta muito, tanto o trabalho dos professores quanto a compreensão dos alunos, assim o processo de ensino e aprendizado fica muito comprometido. Além disso a falta de materiais didáticos e a ausência de formação continuada para os professores, sendo que o mais crítico é que não tem recursos financeiros para a realização de atividades e obras da escola.

A escola possui um total de 311 alunos sendo 197 do Sistema de Organização Modular de Ensino-SOME e 114 do Ensino Fundamental, não possui coordenador pedagógico somente a diretora que responde por todas as questões pedagógicas da escola.

5. O Ensino Médio e o modelo Urbanocêntrico na Padre Mário Lanciotti

O Ensino Médio na Escola Padre Mario Lanciotti é de responsabilidade do estado através do Sistema de Organização Modular de Ensino-SOME.

O SOME da Secretaria de Estado de Educação-SEDUC/PA, implantado em 1982 e funcionando até os dias de hoje na oferta de módulos disciplinares do ensino médio a jovens e adultos, alcançando segundo a diretoria de Ensino médio da SEDUC, em 2012, 98 municípios e 450 localidades, um quadro funcional de 1.361 docentes (970 efetivos e 391 temporários) e aproximadamente 33.081 alunos matriculados em todo o estado.

O SOME na Padre Mário Lanciotti tem 4 turmas divididas em dois turnos: duas de manhã e duas a tarde, com 197 alunos. Os professores lotados na escola são todos da cidade de Abaetetuba e Belém.

Nesse modelo de escola Urbanocêntrica a escola cede o espaço físico: salas de aula. Não têm coordenação pedagógica na escola que coordene o ensino, sua coordenação é toda em uma escola pólo que fica na cidade de Abaetetuba.

O currículo ou proposta pedagógica introduzida na escola não se coadunam às dinâmicas da formação e das práticas sociais dos alunos inseridos nessa realidade social. Em essência, o currículo prescrito, que orienta toda a prática docente e a formação dos educandos, está contido no material pedagógico desenvolvido fora de seu ambiente de existência, o que compromete a formação e a prática social

desse alunos e leva a pressupor que as orientações curriculares teriam como referência as concepções globais das diretrizes nacionais voltadas para o ensino, sem uma efetiva aproximação da diversidade sócio-política, cultural e do mundo do trabalho Amazônico/Abaetetubense.

É nesse sentido que a escola urbanocêntrica com suas características chega às escolas do campo, trazendo seu modelo urbano para uma área rural, sem levar em consideração as particularidades desse povo que é rico na sua cultura mas que a escola acaba afastando o aluno dessa diversidade em que ele vive, pois segundo relato dos sujeitos envolvidos é de suma importância que a escola possua seu currículo de acordo com sua realidade que leve em consideração o campo produtivo, o campo sócio cultural e que contemple um ensino voltado à realidade de seus alunos, em que o conteúdo curricular e as metodologias de ensino do professor devem ser adequados às necessidades e interesse dos alunos da zona rural, os quais precisam de um ensino que valorize, dentre outros aspectos, a cultura da criança e do jovem que vive no campo e seu modo de vida.

Concordando com Rosenildo Perreira (2016) é necessário que o governo do estado projete e efetive políticas públicas educacionais de garantia de construções de escolas para o ensino fundamental e médio no campo, com equipamentos modernos, biblioteca com variados livros didáticos e investimentos na formação continuada no nível de pós graduação específico em Educação do Campo para os professores deste sistema para que possam promover

uma educação do campo de qualidade social, fundamentada principalmente no valor cultural do cotidiano dos sujeitos campesinos, criando dessa forma, condições dignas de aprendizagem para os educandos e espaço escolar adequado para o desenvolvimento do trabalho docente.

Referências

- PEREIRA, J. R; PEREIRA, R. C. **Políticas Públicas na Educação do Campo do Município de Abaetetuba-Pa**: Possibilitando o Diálogo com os movimentos sociais. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2010.
- HAGE, S. A. M; BARROS, O. F. **Currículo e Educação do Campo na Amazônia**: Referências Para o Debate Sobre a Multisseriação na Escola Do Campo. Espaço do Currículo, v.3, n.1, pp.348-362, Março de 2010 a setembro de 2010.
- PARÁ. Secretaria Executiva de Educação. **A Educação básica no Pará**: elementos para uma política educacional democrática e de qualidade Pará todos. vol. II. Belém-Pará.
- PARÁ. Secretaria Executiva de Educação. **Dados Estatísticos das Escolas Públicas Estaduais de Educação Básica**. Belém-Pará. 2012.

AGRICULTURA FAMILIAR, ESCOLA E SUAS RELAÇÕES COM A COMUNIDADE DE ARUMANDUBA

Kátia Silene Dias Ferreira

Elieida do Rego Carneiro

Josiane Cristina Moraes Ferreira

Deusa Maria de Sousa

1. Introdução

O presente artigo foi construído com base em uma pesquisa de campo feita com famílias da Comunidade Rio Arumanduba- Ilhas de Abaetetuba, e a escola, onde através de uma longa conversa com as famílias da localidade, pode-se entender melhor o que as mesmas pensam, entendem a respeito da escola, e de que forma estão inseridas no sistema. Assim também como a pesquisa feita com o coordenador pedagógico da escola, buscando investigar a atuação do mesmo no espaço escolar, de modo a entender a relação que a escola tem de fato com as famílias da localidade.

Diante disso o objetivo deste artigo é apresentar a identidade a memória e a organização da comunidade Arumanduba, mostrando que o modo de vida do homem do campo se diferencia do homem da cidade. Apresentar a identidade do homem do campo e valorizar suas práticas profissionais, culturais no sentido de mostrar seus modos de vida.

Também vale salientar que os valores do homem do campo estão relacionados com a sua compreensão do mundo e de como repassam seus conhecimentos as futuras gerações, por isso é importante destacar seus saberes, suas histórias e suas formas de resolver problemas que estão relacionados com a sua memória familiar e comunitária, levando informações sobre as formas de organização da economia local em seus vários aspectos, e como esses sistemas se relacionam com a escola, ou vice versa.

2. Metodologia

Os dados de campo foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas com algumas famílias que mantêm vínculo participativo na escola e com famílias que não mantêm esse vínculo. E também com o coordenador pedagógico da escola.

Após tratados os depoimentos dos sujeitos informantes foram submetidos a uma análise de conteúdo para que fossem evidenciadas as questões mais relevantes para a problemática em estudo.

O lócus de estudo desta pesquisa é o Rio Arumanduba, zona rural localizado a 45 minutos de Abaetetuba, habitado pelos ribeirinhos. A origem do nome Arumanduba vem do Tupi Guarani, onde Arumam é uma espécie de vegetal que era encontrada em grande quantidade na localidade, utilizada na fabricação de peneiras, paneiros e abanos, e Uba significa abundância.

Rio Arumanduba



Fonte: Arquivo da pesquisa

Moram na comunidade aproximadamente trezentos e quarenta famílias com base de três mil habitantes. Na comunidade o uso da terra para agricultura familiar é utilizada de duas maneiras, essa variação é resultado dos aspectos físicos ambientais do rio, uma parte do rio é várzea e outra é denominada “terra alta”.

Na área de terra alta onde o rio não chega os agricultores plantam a mandioca, macaxeira, maxixe, melancia, é onde se localiza as casas de farinha. A maioria dos agricultores da comunidade não recebe incentivos da parte do governo para sua produção agrícola, praticam a agricultura porque é uma forma de obter renda, e que em meio as transformações da agricultura se sentem ligados a terra.

3. A pluriatividade na comunidade Arumanduba

Na comunidade Arumanduba a pluriatividade foi uma das transformações que aconteceram, onde os agricultores além

de cultivar suas terras também são comerciantes e construtores de barco.

Segundo Schneider(2003), “A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar. A pluriatividade, portanto refere-se a unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelos quais são recebidas diferentes tipos de remuneração.

Na agricultura familiar, a combinação entre mão de obra familiar agrícola e não agrícola está relacionada manutenção do estabelecimento agrícola assegurando sua reprodução sócio econômica. O trabalho agrícola e não agrícola exercidos de forma complementar pelos membros das famílias que residem nas propriedades do rio Arumanduba se deve a pouca disponibilidade de terra, falta de incentivos do governo, entre outros, o que compromete suas rendas, obrigando essas pequenas unidades a buscar uma alternativa complementar de renda.

No âmbito da agricultura na Amazônia, mais especificamente os agricultores ribeirinhos, como é o caso do rio Arumanduba, essas organizações produtivas são diferenciadas em face dos cheia e vazante dos rios. Os ribeirinhos dedicam-se aos cultivos de ciclo curto: mandioca, macaxeira, maxixe. Nessa produção apenas uma parte é destinada para a venda no mercado, a maior parte é usado para consumo das famílias.

A agricultura familiar é a identidade do povo camponês, mesmo com a pluriatividade o homem do campo permanece produzindo. Segundo Veiga (2001) “Essa permanência no cenário agrícola apesar dos desafios mostra que esse segmento está em constantes mudanças compondo estratégias de sobrevivência e reprodução, as quais dependem do meio no qual os agricultores familiares estão inseridos.

4. O papel do coordenador pedagógico na escola Nossa Senhora da Paz

Escola Nossa Sr.^a da Paz.



Fonte: Arquivo da pesquisa

Em 1993 na gestão do prefeito Francisco Maués Carvalho, foi possível a construção do prédio próprio da escola, pois antes funcionava na casa dos professores. A escola está localizada a margem esquerda do Rio Arumanduba, composta por seis salas de aula, uma secretaria, uma cozinha. A partir daí houve a unificação das escolas, que dessa data em diante passou a se chamar Escola Municipal de Educação Infan-

til e Ensino Fundamental Nossa Senhora da Paz, nome este em homenagem à padroeira da localidade.

A pesquisa realizada com a parte gestora nos informa que a escola não possui um coordenador pedagógico, segundo ela que atende pelo nome de Carla do Socorro André Ferreira, o trabalho é realizado a partir de uma análise do contexto social, familiar do aluno e de todos os envolvidos no espaço escolar, trabalhando dessa forma a realidade e especificidade dos indivíduos, para se obter melhor desenvolvimento educacional.

As dificuldades se fazem presente na concretização das propostas e ideias em benefício a escola, devido ao pouco recurso que a mesma possui, no que está relacionado a sua infraestrutura e organização do espaço em vista disso muitos projetos educacionais, culturais e sociais não são realizados, sendo que estes são de grande valia para o rendimento escolar e desenvolvimento cognitivo do aluno.

A escola para trabalhar a articulação do currículo, parte do princípio democrático, permitindo que os envolvidos opinem se expressem, para o planejamento escolar, deixando explicito a importância da participação dos professores, pais e alunos que compõem a escola.

Os desafios encontrados nas escolas do campo, onde há ausência de um coordenador pedagógico, deixando sobre a responsabilidade do gestor todo o trabalho que é desempenhado por esse profissional. Diante dessa problemática que impossibilita o trabalho coeso das articulações, o desenvolvimento do espaço escolar muitas vezes não alcança suas

metas, refletindo assim diretamente no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

5. Análise e discussão dos dados

Foi possível observar, por meio das entrevistas com as famílias da comunidade rio Arumanduba, que estas tem na educação um papel importante.

Segundo Montandon (2005), a prática educativa desenvolvida no seio da família sofre influência do conjunto de atares sociais mais próximos e com os quais a criança entra em contato e que vivem na “fronteira familiar” (p.493). Da mesma forma, a maneira como a família educa também pode ser influenciada significativamente pelo estilo educativo que a criança conhece na escola ou em outros contextos educacionais.

As famílias embora não tenham tanto conhecimento teórico, porém elas tem na pratica vivida, e tentam buscar o melhor para seus filhos que é a dignidade e o respeito e esperam que a escola reforce isso.

No decorrer da pesquisa feita, tanto com as famílias mais próximas da escola, quanto com as mais distantes, ambas preferem ver seus filhos na escola buscando um futuro melhor, ou pelo menos se esforçam para que isso aconteça, pois dizem que trabalhar na agricultura é muito ruim e querem o mesmo para seus filhos.

A relação entre a escola e as famílias nos últimos tempos, não está sendo tão harmônica como antigamente, segundo os pais entrevistados, os professores que vem para a esco-

la são da cidade, chegam tarde e os métodos de ensino não agradam a maioria das famílias. As confraternizações da escola antes eram melhor, as famílias participavam mais, outra reclamação é o horário que coincide com o horário de trabalho dos pais. O ideal seria adequar de acordo com a realidade das famílias para que tivesse êxodo na participação. O mesmo acontece com as reuniões que formam e avisam de última hora.

Então o que se percebe é que a escola da comunidade não faz essa relação com as famílias, mas deveria fazer, um exemplo seria abordar algum tema reflexivo nas reuniões da escola, em vez de ficar só na reclamação dos alunos. Levantar as famílias a incentivar seus filhos a continuar os estudos, pois o que acontece é que a maioria para de estudar quando termina o 9º ano do Ensino Fundamental menor.

Entende-se que muito ainda precisa ser feito por parte do poder público, para que a estrutura física da escola chegue as condições mínimas para os alunos estudarem. Conforme mostra a imagem abaixo, algumas turmas ainda funcionam no centro comunitário, e tem suas salas definidas por divisória de madeira, funcionando em condições precárias, o que implica negativamente na aprendizagem dos alunos devido ao barulho de transportes marítimos que passam no rio.

Vemos que no momento atual que vivemos é um momento de crise, não só econômica, mas que está ligada a desumanização, as pessoas estão desumanas só pensam em si mesmas.

Centro Comunitário utilizado para salas de aula.



Fonte: Arquivo da Pesquisa

A escola precisa ensinar alguns valores importantes, precisa ensinar que os alimentos vem da relação entre a sociedade e a natureza, que o alimento é a cultura de um povo e que devemos valorizar isso.

Segundo Caldart, uma razão para se aproximar da agroecologia é a vocação humanística das escolas do campo, pois tudo que tem importância para a defesa e valorização da vida em suas diferentes dimensões e na sua diversidade, é de interesse da escola.

A escola tem que fazer um linque com a realidade e envolver as famílias, mostrar que a agricultura é muito importante para suprir as necessidades do país, e que cada região desenvolve um tipo de agricultura. Então dessa forma a agricultura é de total importância para o mundo todo.

6. Considerações Finais

Foi possível constatar no desenvolvimento da pesquisa na escola, as reais funções do coordenador pedagógico, sobre

sua função na coformação e supervisão dos processos de ensino aprendizagem de professores e alunos. Porém como na escola tem apenas uma gestora, sozinha ela não poderá mudar a realidade, por mais competente que seja, é preciso a escola rediscutir seu sentido através de ações coletivas, englobando as comunidades interna e externa da escola.

Segundo a gestora da escola por não haver um coordenador pedagógico na maioria das escolas do campo, fica sobre a responsabilidade do gestor todo o trabalho, isso impossibilita o trabalho coeso das articulações.

Diante desse cenário devemos nos questionar, que educação é essa que queremos e buscamos. No decorrer da pesquisa pude refletir acerca do meu papel enquanto aluna do curso de graduação em Educação do Campo, assim como da realidade ali vivenciada, principalmente no que se refere aos aspectos físicos da escola. Mas acredito que temos valorizar e somar nossos saberes, pois as crianças, os adolescentes e os jovens levam a escola a experiência de participar desde cedo na produção da vida, na sobrevivência, no trabalho, onde nós como educadores do campo devemos reconhecer os saberes dessa vivencia e construir juntos uma educação mais humana.

O coordenador precisa articular as instâncias escola e família, sabendo ouvir, olhar e falar a todos que buscam sua atenção, precisa estar atento ao cenário que se apresenta em sua volta.

Os acontecimentos em geral que ocorrem na comunidade é de interesse da escola, assim como a escola é de

total importância para a comunidade. Nesse sentido Orsolon(2003) destaca que as mudanças provocadas pelo coordenador devem ser importantes para toda a comunidade escolar, de maneira que as concordâncias, as inovações propostas se constituam num efetivo exercício de democracia que possam transformar a escola e por consequência a sociedade.

Referências

- ARROYO, Miguel Gonzalez, Roseli Salete Caldart, Monica Castagna Molina, (org.) **Por uma educação do campo**: – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- DIEGUES, Antonio Carlos. et al. (Org). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/saberes.pdf. Acesso em: 08/09/17.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 24 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- OLIVEIRA, Mara Rita Duarte de. **A escola Rural da Vila da Paz um ensaio etnográfico**. Belém: UFPA- Centro Agropecuário/Embrapa Amazônia Oriental, 2003.
- VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: SP. Papirus, 2004.

RELAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR COM A COMUNIDADE NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO MARIA DA CONCEIÇÃO CARDOSO

Gleyce Castro

Khetlen Bitencourt

Jânio Guedes dos Santos Lobato

Doriedson do Socorro Rodrigues

1. Introdução

A gestão escolar é um tema que tem sido bastante discutido nos dias atuais, onde o que se idealiza é uma gestão democrática, que se faz presente não somente nas eleições que ocorrem, para eleger o Gestor e sim no dia-a-dia da escola, em aspectos referentes ao interesse de todos.

O gestor ideal é aquele que age com democracia em seu ambiente de trabalho, que sempre está ligado em assuntos que se refere a escola, busca de parcerias para somar na aprendizagem dos alunos. O bom gestor é aquele que trabalha a igualdade dentro da escola, a função do gestor não é a de simplesmente querer governar sozinho e sim liderar em companhia, criar vínculos com todos os funcionários da escola e com a sociedade.

De acordo com Cury (2007, p.46):

Essa igualdade pretende que todos os membros da sociedade tenham iguais condições de acesso aos bens trazidos pelo conhecimento, de tal maneira que possam participar em termos de escolha ou mesmo de concorrência no que uma sociedade considera como significativo e onde tais membros possam ser bem sucedidos e reconhecidos como iguais.

A tarefa de envolver a comunidade e escola não é fácil, porém não é impossível. O gestor tem que sempre envolver os pais dos alunos, construir um ambiente de interação, instigando a comunidade a participar ativamente na vida dos seus filhos em sala de aula, pois é essencial que os pais façam parte para que assim o desenvolvimento dos filhos possa ser de forma significativa.

É importante citar também que a participação dos pais na formação dos seus filhos é imprescindível, pois isso facilita o processo de ensino-aprendizagem, fazendo com que o aluno tenha interesse em aprender, pois quando ele chegar em casa terá o apoio dos pais na sua formação e isso é de grande valia para a aprendizagem.

Assim, para Santos (1999, p.43):

As famílias precisam se aproximar da escola não apenas comparecendo a reuniões de pais ou participando de Conselhos Escola-Comunidade através de representantes, mas é preciso que ela se inteire mais diretamente no processo educacional acadêmico dos seus filhos, ajudando-os aprender(...).

A relação família-escola precisa ser priorizada e qualificada para que o aluno vivencie os aprendizados de acordo com seus contextos, sejam eles escolar ou familiar.

2. A importância da participação da Comunidade Escolar na Gestão

A escola é o lugar que através da ação mediadora dos professores e a gestão escolar, se promovem os saberes, as atitudes e valores a partir dos alunos. A educação escolar tem a tarefa de envolver a capacidade cognitiva, social e moral. Assim os professores participam do processo de tomadas de decisões. Neste contexto, as pessoas envolvidas são todas aquelas que fazem parte da comunidade escolar, alunos, pais, professores, pedagogos.

O apoio da comunidade é efetivo, quando ocorre num ambiente de interação entre comunidade e escola de tal maneira que atuem em conjunto e associação como elementos de apoio da aprendizagem e da própria gestão da escola. A comunidade escolar e a gestão são responsáveis pela educação e integração dos alunos na sociedade, devem caminhar juntos onde possam desenvolver estratégias para uma educação de qualidade.

Cabe à equipe gestora mobilizar e envolver a comunidade na vida cotidiana da escola. Seu papel é extremamente importante quando lembramos que o Conselho Escolar tem como função contribuir cada vez mais para que a escola cumpra sua função de ensinar, e que possa construir a democracia e a cidadania participativas, respeitando e va-

lorizando o saber e a cultura do estudante e da comunidade. Onde a escola e a família conseguem manter uma relação de parceria harmônica sem perder de vista o melhor desempenho do filho/educando.

A presença da comunidade na escola, especialmente dos pais tem várias implicações. Prioritariamente os pais e outros representantes participam do conselho da escola, da associação de pais e mestres, para preparar o projeto político curricular e acompanhar e avaliar a qualidade dos serviços prestados. (Libâneo, 2001, p. 144).

3. Os processos de participação na Gestão Educacional

O gestor tem a função de envolver os funcionários, pais, alunos e a comunidade nas tomadas de decisões, para que se tenha o envolvimento de todos, trabalhar em conjunto, para que se tenha uma boa interação, visando o progresso da escola e a qualidade de ensino-aprendizagem, para ter futuras pessoas críticas e com autonomia nas suas decisões.

A tarefa do Gestor não é fácil, mas não é impossível, o Gestor com seu perfil de liderança deve criar vínculos, ou melhor, parcerias para que ocorra a interação entre família, escola e a comunidade, pois eles são essenciais para que haja uma educação de qualidade na escola e que a aprendizagem dos alunos seja satisfatória, pois sabemos que sem essas três esferas dificilmente a escola enquanto local de ensino-aprendizagem irá progredir.

E como diz Luck

“o conceito da gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, pela participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação, mediante seu compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos”. (LUCK, 1997, p.1)

Uma gestão de qualidade é aquela aonde ocorre a cooperação, comunicação, diálogo, ideias para serem discutidas para melhorar e avançar a escola enquanto formadora de cidadãos críticos, para que tenha pessoas com autonomia em opinar por suas decisões. Uma das principais maneiras de ter uma gestão democrática é através da participação, onde irá possibilitar o envolvimento e a cooperação de todos os interessados, para ter autonomia, conquistar status significativo perante a sociedade, para que a escola seja vista com um olhar diferente.

Entrevista realizada com a Gestora

Foram feitas cinco perguntas tais como:

- Como se desenvolve seu trabalho de gestor na escola do campo?
- Quais as dificuldades enfrentadas para a implementação das ações propostas o projeto pedagógico da escola?
- Como a escola vem trabalhando a articulação do currículo escolar com a realidade do aluno?

- Quais os grandes desafios enfrentados no papel de gestor?
- Você poderia dar um exemplo de uma experiência de articulação de saberes para a produção de um trabalho coletivo na escola?

Podemos perceber então que, quanto o papel de gestora está sendo bem desenvolvido, pelo fato da mesma morar na comunidade e conhecer a realidade dos educandos da localidade. A gestora relata que trabalhar como gestora na escola do campo não está sendo muito fácil é um trabalho árduo principalmente quando você se sente comprometido com uma educação de qualidade para os alunos do campo. Um dos seus grandes desafios é fazer com que os professores que venham da cidade, busquem conhecer e entender a realidade da comunidade onde o aluno está inserido, pois desconhecem sua cultura e identidade.

4. Relação Família e Escola

O envolvimento da família com a educação dos filhos gera a efetivação de direitos garantidos por lei em que o educando é o beneficiado. No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), podemos encontrar no Art.4º:

é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, a profissio-

nalização, à cultura, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990).

Para Lareau (1987), vários fatores integram a relação família-escola, sejam eles financeiros, baixo ou alto nível de escolarização, localidade onde mora, costumes, religião, número de filhos e até mesmo a profissão dos pais. Tudo influencia quando se trata de educação, pois, dependendo da estrutura da família, ela terá ou não disponibilidade para exercer seu papel de educadora na vida do filho. Ainda segundo esse autor o nível de escolaridade dos pais influencia na formação educacional dos filhos de forma constante. Alguns pais tem a facilidade de acesso a uma boa cultura e repassam isso para seus filhos; por outro lado, notam-se pais que não tiveram acesso a escolarização devido a terem que trabalhar cedo e desse modo também não incentivam ou não tem tempo para fazer isso, devido ao cansaço do dia a dia.

Entrevistas realizadas com pais presentes e ausentes

Foram realizadas entrevistas com dois pais de alunos da Escola Professora Maria da Conceição Cardoso Feio, foram feitas sete perguntas:

- Como vê o papel da escola para a família?
- Quais os problemas e as vantagens da escola atualmente?
- Como vê o desempenho dos filhos na escola?

- Os pais participam do dia a dia da escola? por que não? e se participam como é a participação?
- Conhece os professores?
- Como poderia melhorar o papel da escola na vida da família?
- Qual a importância dos estudos para a família?

As duas famílias entrevistadas falaram que a escola tenta fazer o básico que é escolarizar, visto que o pai presente afirma que a educação é primordial, pois acompanhando seus filhos na escola, terão melhor rendimento escolar. Enquanto o pai ausente afirma que a educação é importante, porém, precisam trabalhar e não tem tempo para acompanhar o desenvolvimento dos filhos na escola.

Dessa forma percebemos, que quando os pais começam a compreender que a educação é a base do ser humano, começaram a participar mais do que acontece na escola e ajudar na formação de um aluno cidadão e crítico.

De acordo com as entrevistas efetuadas na escola mencionada, verificamos que as questões sociais das famílias influenciam diretamente a educação dos filhos, levando-as a amadurecer mais rápido e assumindo responsabilidades educacionais.

5. Relação Comunidade e Agricultura

A comunidade Colônia Nova possui uma agricultura diversificada (o cultivo da mandioca e hortaliças), onde não apresentam apoio técnico, eles trabalham por conta própria e com suas tecnologias.

Embora havendo muitos produtores no meio campestre, não há políticas públicas municipais voltadas para o escoamento da produção rural. Tais produtos poderiam ser inseridos na merenda escolar do Município.

Como expressa a Prof^a. Nazareth Wanderley “A agricultura Familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidades e renovação”. (WANDERLEY, 2001, pág.21)

O trabalho na agricultura vem sofrendo modificações ao decorrer dos anos, onde várias ferramentas de trabalhos foram inovadas principalmente com a chegada da energia, tais como: forno elétrico, catitu e outros.

Entrevista realizada com uma família de agricultores

Foram feitas 10 perguntas tais como:

- Como você iniciou a vida com o trabalho na agricultura?
- Percebe modificações nas formas de trabalho na agricultura?
- Qual sua principal fonte de renda?
- Você faz parte de uma ou mais organizações da agricultura familiar?

- O seu cultivo é feita de forma ecológica ou com uso de produtos químicos? Por que?
- Onde comercializa a sua produção?
- Você geralmente precisa complementar sua produção com produtos advindos de outros agricultores?
- Recebe assistência de extecionistas ou técnicos rurais?
- Da sua produção total, quanto (%) é para o consumo familiar?
- Em poucas palavras o que entende sobre agricultura?

A família entrevistada possui 8 pessoas, sendo 6 filhos com idade entre 05 à 23 anos e o pai tem 48 anos e a mãe 36 anos, sua principal fonte de renda é proveniente da agricultura, sendo apenas 2 filhos contribuem nessa atividade agrícola. O casal não possui estudos são analfabetos, sempre se dedicaram ao trabalho na agricultura com o cultivo da mandioca, milho, arroz e criações de galinhas. Eles fazem parte do STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba), pois dessa forma eles tem seus benefícios assegurados.

O seu trabalho é feito de forma natural e não recebem assistência de técnicos, desenvolvem seu trabalho como aprendeu com seus antepassados. A produção é comercializada na feira do produtor rural de Abaetetuba e parte dessa produção é utilizada para o consumo. Entendem por agricultura uma forma de sustento, pois trabalham para si próprio, tudo o que é produzido fica para a família.

Os pais apoiam seus filhos nos estudos, para terem uma profissão melhor, visto que o trabalho na roça é desgastante e não querem isso para os seus filhos.

Buainain, et al (2003) ainda sobre sua pesquisa sobre agricultura familiar nota que:

(...) tanto o tamanho das famílias rurais como da mão-de-obra familiar tende a diminuir. Nas áreas mais desenvolvidas, o esvaziamento é associado às novas e melhores oportunidades oferecidas aos filhos dos agricultores nos centros urbanos, ou a falta de desenvolvimento local, em particular no meio rural. Na camada de produtores familiares mais prósperos, é comum que os filhos sejam enviados às cidades para estudar, contribuindo para reduzir a disponibilidade de mão de obra. Nas áreas mais pobres e menos dinâmicas, a redução da mão-de-obra está associada aos tradicionais fatores de expulsão. (BUAINAIN, et al 2003, p.328)

6. Resultados e Discussões

Através das observações na escola Maria da Conceição Cardoso Feio, percebe-se que a comunidade escolar é bastante participativa, pois a escola realiza palestras com assuntos referentes interesses da comunidade, tais como: drogas, orientação sexual, respeito as diferenças entre outros.

No decorrer das nossas pesquisas entende-se que é fundamental que tenha o envolvimento entre a comunidade, a gestão e os funcionários da instituição, para que as metas estabelecidas sejam alcançadas com êxito.

7. Considerações Finais

Neste trabalho através das pesquisas, das observações e das leituras feitas foi-se entendido que há muitos fatores que influencia nas relações existentes entre a comunidade escolar e a gestão, e que para essa aproximação acontecer é necessário que ambas as partes envolvidas neste processo façam sua parte para fazer com que haja essa relação e que ela venha ter bons resultados, tanto na formação do aluno, quanto nas atividades que possam ser realizadas na instituição envolvendo as famílias.

Sendo que tudo o que for feito na escola é com intuito de que o aprendizado dos alunos venha ser significativo e que eles possam ser críticos na sua formação, criando assim ótimos cidadãos, que tenham suas próprias opiniões, fazendo com que a sociedade venha ser um lugar melhor.

Referências

- CURY, Carlos Roberto Jamil. **A gestão democrática na escola e direitos à educação**. Disponível em: RBPAEP-v.23, n.3.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão: teoria e prática**. Ed.: Alternativa, 2001.
- LUCK, Heloisa. **A gestão Participativa na Escola**. Série cadernos de gestão VIII. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- LAREAU (1987). **Relação família-escola: peculiaridades, divergências e concordâncias no processo ensino-aprendizagem**.
- BUANAIN, et al (2003). **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. Sociologias, Porto Alegre, v. 5, n. 10.
- WANDERLEY (2011). **Agricultura Familiar e Reforma Agrária**.

AS RELAÇÕES DAS FAMÍLIAS RURAIS NO CONTEXTO ESCOLAR DOS FILHOS DA ESCOLA PADRE PIO DA ILHA DO CAPIM

Elias Costa Monteiro
Ewerton Souza Cavalcante
Leonice Dias Sena
Tânia Maria de Góes
Francinei Bentes Tavares

1. Introdução

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Pio e as famílias de agricultores da Ilha do Capim, município de Abaetetuba-PA, uma comunidade ribeirinha, com difícil acesso, tanto para quem vai de fora quanto para os próprios moradores, devido a influência da natureza (no caso o acesso pela baía, que a cerca).

A comunidade possui uma escola que apesar de ser municipal de ensino fundamental, sede o prédio para o ensino fundamental maior e o ensino médio através do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) do estado. E as famílias a pesar de muitos trabalharem nas grandes empresas que estão implantadas aos seus arredores, no entanto muitas ainda sobrevivem exclusivamente da agricultura familiar, com plantio como, por exemplo, de roças, frutos e criações.

O presente artigo fara um debate buscando discutir as relações que perpassam entre a família do agricultor rural e a escola, entendendo como esse processo ocorre se de forma positiva ou não. Sendo notório que a educação, embora apresente alguns avanços como, melhoria da estrutura da escola, dos professores serem da própria comunidade lecionando no ensino fundamental, ainda se percebe que precisa melhorar os altos índices de evasão, repetência e consumo de drogas que assolam o sistema educacional da Ilha do Capim, não se tratando só da escola, mas a comunidade como um todo.

A escola em lócus não tem o coordenador pedagógico, que possui um papel fundamental no processo educacional e pedagógico da escola, segundo Oliveira (2009) a função do coordenador pedagógico é mediar e articular a formação continuada do professor, considerando as novas exigências do âmbito educacional.

A pesquisa tem por objetivo discutir o trabalho da escola junto com a família do agricultor rural, para que essa parceria possa dar suporte ao desenvolvimento dos filhos desses agricultores no âmbito escolar buscando melhorias para os mesmos e a própria comunidade, que só tem a crescer com o avanço da educação trazendo melhorias e melhor qualidade de vida as famílias. .

Nas entrevistas feitas percebe-se que não basta à escola oferecer um professor qualificado se os pais são ausentes na vida escolar dos filhos, que não buscam se fazer presente nessa etapa que é extremamente importante na vida so-

cial dos seus filhos, no entanto com o apoio dos pais a escola tem um incentivo a mais, o que pouco se tem para buscar melhorias, desde o espaço estrutural, a professores qualificados, não somente de diploma, mas que tenha compromisso e busque conhecer e vivenciar a realidade dos alunos que são ribeirinhos e filhos de agricultores.

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois, a muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades. (PIAGET, 1972 Apud JARDIM, 2006, p.50).

Por meio dos relatos é possível perceber a importância que a família tem perante a escola, mas que muitas vezes acabam deixando a desejar não dando a devida importância, o que acaba enfraquecendo a influência da escola perante a comunidade fazendo com que a mesma enfraqueça deixando de exercer seu papel na busca de melhores condições tanto educacional quanto social e até mesmo economicamente, por isso a grande importância de se buscar esse diálogo entre as famílias e a escola para que todos possam ser beneficiados, mecanismos esses que ousaremos discutir no decorrer do texto.

2. Metodologia

Os dados aqui registrados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas na Ilha do Capim com o responsável da Escola Padre Pio, apesar de que a pesquisa era direcionada ao coordenador pedagógico, mas por falta do mesmo tivera que ser adequadas para o responsável da mesma, dando ênfase da importância do coordenador pedagógico e a sua ausência, e também duas famílias escolhidas por serem agricultores rurais e tendo filhos que estudam no local, sendo uma presente na vida escolar dos filhos e a outra ausente.

Com os questionários já respondidos pelos entrevistados, foram submetidas à análise do conteúdo, para evidências dos problemas que se têm na escola e na família que participa e na que se ausenta da escola. Os itens a seguir darão uma esplanada das evidências e questões mais relevantes para o entendimento da problemática abordada.

2.1. Relato da entrevista com um dos responsáveis da escola devido à falta do coordenador pedagógico.

O professor Lailson Azevedo, formado em matemática pela UEPA no município do Moju-PA morador da Ilha do Capim, que nesse ano assumiu a gestão da escola Padre Pio, que ao ser entrevistado ele relata como é prejudicial à falta do coordenador pedagógico na escola, os problemas em volta da educação se tornam cada vez maiores diante da escola por falta do mesmo.

O professor diz que por não se ter um coordenador pedagógico o PPP da escola é totalmente urbano, pois o mesmo é enviado pela escola sede Professor Bernardino Pereira de Barros situada no município de Abaetetuba, assim tudo que se é repassado pela escola sede os professores do anexo só reproduzem sem fazer nenhuma adaptação ou revisão do conteúdo.

Nesse processo, a atuação desse educador escolar, não mais “o especialista”, detentor de habilidades especiais de educação, que supervisiona e controla o fazer do professor, mas aquele que busca apoio e dinamizar as ações pedagógicas pensadas coletivamente, assim um papel de relevância do processor educacional atua, pois, como a coordenadoras atividades pedagógicas, tem a função de desencadear, articular e dinamizar o processo educacional escolar sem, contudo, ser o único responsável pelo caminhar de tal processo, uma vez que todas as responsabilidades são divididas, assumidas, integralmente, por todos os participantes (OLIVEIRA; 2009, p.36)

Pela falta desse profissional o entrevistado acredita que por isso a escola passa a ter um índice de vasão absurdo, repetência e em alguns meses atrás a entrada de drogas no âmbito escolar deixando muitos jovens e adolescentes a mercê da violência. Essa evidência pode ser observada a partir da fala do professor Lailson:

“se estivéssemos o coordenador pedagógico as coisas ficariam mais fáceis, tínhamos como se adequar com a realidade dos alunos e os planos de aula seriam eficazes, assim evitando todos esses problemas na escola, teria como cobrar a presença dos pais na escola, cuja ausência afeta totalmente os estudantes, pois se não tem o apoio dos pais e a escola não oferece um suporte tudo se torna mais difícil” (Professor Lailson).

Portanto a falta do coordenador pedagógico para o entrevistado é o que acarreta todas essas dificuldades, pois quando o professor local que trabalha pelo município tenta buscar solução, acaba não tendo um apoio tanto dos pais como dos funcionários da escola, muito menos dos docentes do Ensino Fundamental maior e médio que são funcionários do estado que trabalham por modulo, e acabam não tendo a troca de experiência, não se articulam com a escola, contudo tentar solucionar ou minimizar os problemas já citados.

2.1. Relato da entrevista com uma família presente na vida escolar dos filhos:

A família entrevista da comunidade da Ilha Capim foi do Senhor Antônio Soares Monteiro, 67 anos, não alfabetizado e da Senhora Orlanda dos Reis Monteiro 57 anos alfabetizada nas series iniciais, são agricultores (cultivam, açaí, mandioca, batata doce, cana, banana e coco) e pescadores, possuem cinco filhos em que três já concluíram o ensino médio

na Escola Padre Pio e dois ainda estão estudando através do SOME na escola em lócus.

Os entrevistados ao serem questionados a respeito da vida escolar dos filhos relatam que a escola contribui na melhora da informação, formação e conhecimento dos filhos porém os mesmos expõem que, o ensino esta precário tendo como consequência o aumento da violência uso de drogas, mas que é necessário manter as crianças na escola com a esperança de dias melhores para que possam ter uma boa formação.

Os mesmos ainda relatam que, um bom diálogo familiar poderia trazer uma melhor relação e qualificação para ambos, tanto no ensino como nas técnicas utilizadas na agricultura. Ao serem questionados sobre o futuro dos filhos, os mesmos dizem:

“Ter os filhos com uma boa formação para não depender só da pesca e agricultura”. (os pais Antônio e Orlanda).

2.2. Relato da entrevista com uma família que não se faz presente na vida escolar dos filhos:

Os entrevistados foi à família do senhor José Guilherme da Silva Santos de 43 anos não alfabetizado e da senhora Maria da Conceição Bailão Correa de 38 anos que possui o Ensino Fundamental menor, o casal tem três filhos ambos estudam na Escola Padre Pio no Sistema Modular de Ensino (SOME), e a principal atividade da família é cuidar da área (lote) e

trabalhar na agricultura por meio do plantio de mandioca e manga.

Avaliando a relação da família com a escola os entrevistados dizem, que educar é desenvolver o conhecimento nas família, proporcionando uma melhor qualidade de vida e muitas vezes ajuda a melhorar a forma que eles realizam suas atividades, até mesmo com relação ao trabalho que dá o sustento da família. Entretanto os entrevistados mesmo morando próximo a escola e sabendo da sua importância, admitem que não participam do dia a dia da escola devido os trabalhos de casa entre outras dificuldades apontadas, mas que conhecem os professores e apontam que o diálogo entre família e escola melhoraria o papel da escola na vida da família.

A família afirma que a comunidade vem sofrendo com o aumento da criminalidade em função do uso de droga, bebidas, assaltos que tem aumentado nos últimos tempos, a educação seria uma forma de combater esse problema social que só vem aumentando trazendo problemas para as famílias, no entanto falta estrutura na escola como uma biblioteca, sala de informática entre outros, que impossibilita a escola de realizar tudo que é necessário.

3. Considerações finais

Na pesquisa analisada observam-se na fala do responsável da escola o professor Lailson, que a falta do coordenador pedagógico dificulta o desempenho da mesma, acarretando inúmeros problemas como já citados no presente artigo, nas palavras de Franco (2008, p.128) pode-se observar

o que o professor coloca a respeito da falta do coordenador pedagógico.

Essa tarefa de coordenar o pedagógico não é uma tarefa fácil. É muito complexa porque envolve clareza de posicionamentos políticos, pedagógicos, pessoais e administrativos. Como toda ação pedagógica, está é uma ação política, ética e comprometida, que somente pode frutificar em um ambiente coletivamente engajado com os pressupostos pedagógicos assumidos. Franco (2008, p.128)

Os pais que não são presente no cotidiano escolar dos filhos, faz com que esse aluno tenha na maioria dos casos um baixo desempenho escolar, logo está desestimulando a capacidade desse aluno de olhar o mundo de forma crítica e reflexiva. Pode-se dizer que os pais são os pilares dos filhos, porém muitos não conseguem ter clareza da necessidade de participar da vida escolar dos filhos, alguns acabam por responsabilizar o professor pela educação dos filhos, o que não é verdade, pois a educação começa em casa, na família sendo os pais, pessoas ativas atuando diretamente na educação dos filhos.

Embora a educação seja uma das principais ferramentas de mudanças sociais é preciso apoio familiar para que se possa construir um ensino de qualidade, ou seja, quando a família se uni a escola o desempenho dos estudantes são bem superiores.

Na presente pesquisa também observamos pais comprometidos com a educação dos filhos o que contribui para o

bom desempenho dos filhos em função do diálogo que existe entre ambas as partes, daí a importância da influência da família na vida dos filhos, haja vista que se trata dos princípios da intelectualidade, da moral, da ética e do respeito de um indivíduo.

Quando a família está ligada diretamente com a educação dos filhos o sucesso é notório. Acredita-se que para que essa realidade escolar dos filhos dos agricultores da ilha do capim, seja mudada é preciso se ter uma parceria entre a escola e família, sendo que educar é uma tarefa difícil, haja vista que se precisam abarcar os aspectos físicos, intelectual, moral e emocional de cada educando. A escola precisa planejar um trabalho onde potencialize suas ações, na perspectiva de agrupar escola-família para que se possa desta forma acelerar o desenvolvimento de cada discente.

Referências

- FRANCO, Maria Amélia Santoro. Coordenação pedagógica: uma prática de sua identidade. **Revista Múltiplas leituras**, v. 1, n.1, p. 117-131, jan./jun.2008.
- FREIRE, Paulo. Verdades da Profissão de Professor.
- PIAGET, J. **Para onde vai a Educação**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1972-2000.
- OLIVEIRA, Luiza de Fátima Medeiros de. **Formação docente na escola inclusiva**: diálogo como fio tecedor. Porto Alegre: Mediação, 2009.

A RELAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA E AS TRANSFORMAÇÕES NA FORMA DE TRABALHO NA COMUNIDADE DO RAMAL DO MARANHÃO

Lorena Pinheiro da Cruz

Elliene Crisley Pires Carvalho

Jânio Guedes dos Santos Lobato

Ronaldo Lopes de Sousa

1. Introdução

O Brasil tem sido um dos países de estudo sobre o processo de transformação do espaço rural e o mesmo estar no foco de grandes discussões entre autores como Sergio Schneider (1998, p.202-206), Maria José Carneiro (2000, p.176-183), Chayanov(1974) e entre outros que analisam e estudam essas mudanças que o espaço rural vem vivenciando com forte intensidade, chamado de “nova ruralidade”, em que famílias de agricultores estão deixando de trabalhar em suas propriedades se tornando famílias pluriativas, trabalhando também na forma de tempo parcial ou exercendo outras funções como não-agrícola, tais modos tem sido desempenhadas pelas famílias de agricultores em várias comunidades rurais do Brasil como alternativas de melhoria substancial em suas condições socioeconômicas.

Nessa perspectiva, Abramovay (2009, p. 140), expõe que estão emergindo no ambiente rural novas funções econômicas que vêm repercutindo de maneira positiva sobre a produção agrícola, por meios de ações e estratégias que valorizam vários produtos locais e regionais. No entanto, as atividades não-agrícolas, como a industrial, tem tomado conta da função exercida no espaço rural e pode estar causando alguns malefícios, para tais locais como o aumento da violência através dos aglomerados urbanos.

Para melhor compreensão deste fenômeno que vem ocorrendo desde os anos 90 no espaço rural, e presenciado na comunidade ramal do maranhão, o presente artigo analisou as transformações ocorridas a partir da década de 90 em decorrência das modificações do modo de produção do trabalho agrícola e se há interação entre escola comunidade e como se dá a participação e acompanhamento das famílias no processo escolar dos alunos. Portanto, o estudo buscou fazer um breve histórico da comunidade em seguida, analisamos os meios de produções existentes e como se dá o processo de interação da escola com a comunidade a partir dos dados empíricos obtidos no estudo de campo.

2. Descrevendo o surgimento da comunidade e como se dava a obtenção de renda.

A comunidade do Ramal do Maranhão fica localizada na estrada de Beja, PA 409 a 12 km da cidade de Abaetetuba-PA.

Segundo o senhor Orivaldo da Rocha Pinheiro que relata, sobre o surgimento do ramal, que o mesmo descreve que

não existia ramal e nem caminho, só tinha uma casa na beira do rio, onde morava a família da Dona Ângela de Carvalho, sendo que o sítio dela se chamava Maranhão, o transporte para chegar até a cidade era feito através de montaria e com toda a dificuldade que a estrada de Beja já feita, era estrada de pisara, foi que o senhor Conceição (dono do balneário conceição) estava na beira do rio onde a dona Ângela morava, que ele pela zoadá de um foguete que foi solto na estrada de Beja, ele tirou rumo direto de onde foi solto o foguete e assim surgiu a ideia de abrir o ramal, ele se reuniu com a família de dona Ângela que eram moradores da beira do rio e foram até a cidade fazer o pedido para o prefeito Hildo de Carvalho fazer então a abertura do ramal.

Depois do acontecimento da abertura do ramal foi que surgiu os segundos moradores que são a família do Juliano filho de dona Ângela que se casou com Maria e as famílias de Deodata que casou com Antônio Pinheiro, a Dica que casou com o Lauro Xavier e a Brasília que casou com o Zefirindo todas filhas de dona Ângela, que já moravam e constituíram as suas famílias, e tiveram seus filhos e assim o pequeno vilarejo foi aumentando e logo virou comunidade.

Nesta época as famílias que moravam na comunidade trabalhavam na roça, faziam carvão plantavam açaí, era desse plantio que eles tiravam seus sustento, as crianças, os jovens acompanhavam seus pais na plantação da mandioca, onde nas roças eles capinavam, plantavam, faziam a farinha, cortavam as árvores para fazer o carvão, tinha aqueles que tapavam os igarapés para pegar os peixes e camarão

apanhavam o açaí, onde uma parte servia para alimentação e a outra parte eles se deslocavam até a cidade para vender, mas para chegar na cidade era muito dificultoso pois não tinha carro, o único transporte que tinha era a montaria.

As famílias não tinham renda fixa, elas trabalhavam e do que elas conseguiam com as vendas que faziam e assim sobrevivendo, eram muito carente, todos só tinham 3 pares de roupas, que um era de ir para a roça, um de dormi e o outro de ir para a escola ou ir até a cidade, as famílias eram constituídas por muitas pessoas, apesar de existir muitas mortes pelo fato das doenças que existiam na época como o sarampo, a malária e a catapora, essas mortes só acontecia por falta de recurso e também da distância que era muito grande por não ter transporte para levar até os consultórios médicos. Orivaldo da Rocha Pinheiro, (81 anos).

A dinâmica em que relação consumo-produção em uma unidade familiar seria aumentada deve considerar o número de trabalhadores da família, a expansão dos cultivos está pautada no número de consumidores e sua necessidade de consumo. Dessa forma, a renda baseada no lucro médio poderia ser renunciada pelos camponeses, que sobreviveriam para atender suas necessidades básicas de consumo e não para garantir renda compatível com a taxa de lucro médio. (CHAYANOV, 1974)

Nesse período para famílias de agricultores e camponeses a presença dos filhos principalmente os mais velhos,

no ambiente do trabalho agrícola, era um elemento fundamental no processo socializador de aprendizagem, pois a companhia dos mesmos com seus pais possibilitava o ensinamento, o fortalecimento e a valorização da identidade. Nesse sentido Brandão(1999), afirma que através do trabalho é que ocorre o processo socializador possibilitando o vínculo na construção da identidade, que inicia na infância e perpetua até a velhice, sendo que o trabalho agrícola é fruto da união familiar e da atividade no campo, mas que em alguns casos as crianças, os idosos ou os enfermos não executam nem uma função na atividade agrícola.

A comunidade é constituída de uma escola de ensino fundamental menor, uma igreja católica e duas igrejas evangélicas e aproximadamente 100 famílias.

3. Metodologia de investigação e Desenvolvimento do aspectos econômicos

Para o desenvolvimento da pesquisa de campo fizemos alguns procedimentos necessário para que pudéssemos chegar aos objetivos traçados, inicialmente fizemos uma visita à comunidade a fim de observá-la e diagnosticar a partir da realidade dos sujeitos os meios de produção e sobrevivência.

Um dos procedimentos empregado foi o uso do questionário contendo 26 perguntas acerca da agricultura familiar e sete questionamento concernente à escola, no qual possibilitou um contato mais preciso com a realidade dos entrevistados e oportunizou um diálogo que nos levasse a com-

preender as possíveis transformações e recomposição dos modos de vida da população residente na comunidade do Maranhão. Para a nossa pesquisa delimitamos trabalhar com um número de três famílias que apresentasse e estivessem dentro dos seguintes aspectos: fonte de renda fosse proveniente da produção da agrícola, não-agrícola(pluriatividade) e famílias que exercem tanto trabalhos endógenos (presta serviços para empresas), mas, que também trabalham na agricultura para subsistência.

A partir dos anos 90 muitas coisas se modificaram na comunidade, moradores que antes cultivavam suas terras com plantios de mandioca, açaí e entres outros, e assim conseguiam manter suas famílias, hoje em dia a produção agrícola já não é suficiente para o sustento, e como não tem na comunidade um projeto que faça com que os pais de família se mantenham na própria localidade, gerando renda, então vem a necessidade de procurar emprego em polos industriais como Albrás ou Alunorte ou em outros polos industriais espalhados pelo Brasil, passando meses longe da mesma com o objetivo de garantir a reprodução social da sua família, com uma qualidade de vida melhor no espaço rural, iludidos com propagandas que o trabalho assalariado vai permitir a satisfação financeira.

Os pais saem para trabalhar e suas famílias ficam na comunidade, são poucas as famílias que vivem do cultivo da mandioca e da pesca, essas famílias só tem esse plantio para o seu consumo e não para geração de renda, igualmente acontece na pesca. A maioria das famílias a sua renda é de

trabalho que exercem fora do meio agrícola, nas grandes indústrias e empresas.

(...) a situação do camponês frente ao processo capitalista, onde o camponês na economia mercantil fica inteiramente subordinado ao mercado, dependendo tanto para seu consumo próprio como também, para sua atividade agrícola. Essa transformação de desintegração do camponato cria um mercado para o capitalismo. (LÊNIN, 1985, p.06)

Observa-se que na atualidade cada vez o agricultor vai perdendo seus traços com a terra, infelizmente as famílias de trabalhadores rurais estão se tonando pluriativas deixando de lado a agricultura e saindo em busca do seu bem social, oprimidos pelo capitalismo que impulsionam esses agricultores. Neste contexto Sergio Schneider (2003) explicar que a pluriatividade é uma prática social de alternativa que complementa à agricultura. Esse fato pode trazer segurança e garantia à reprodução social das famílias de agricultores, de tal modo, que buscam tais alternativas para seu bem social.

4. Contexto e localização da Escola

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Sagrado Coração de Jesus, está situada na Comunidade do Ramal do Maranhão, no município de Abaetetuba-Pará. A Escola foi inaugurada no dia 15 de agosto do ano de

1980 pelo governador Alacid da Silva Nunes, na administração do prefeito municipal senhor Ronald Reis Ferreira.

A escola desenvolve atividades educativas nas modalidades de Ensino Infantil e Ensino Fundamental, Atendimento Educacional Especializado- AEE e Educação de Jovens e Adultos. Atualmente o corpo administrativo da escola é composto por Gestão Escolar, 5 professores, 3 auxiliares de apoio, 2 vigias, totalizando 11 funcionários. Tendo 84 alunos da educação infantil e fundamental e 20 alunos do EJA, o espaço físico da escola está distribuído em 1 secretaria, 3 salas de aula, sala de recursos multifuncionais, cozinha, pátio que funciona como refeitório, 3 banheiros e 3 depósitos.

5. O que dizem as famílias a respeito da importância da educação

Para as famílias da comunidade a escola tem um papel importante na formação dos indivíduos, pois a educação é o caminho que leva a um futuro promissor e cheio de realizações, de acordo com o relato do morador da comunidade, João da Silva Rodrigues, de 50 anos, trabalhador agrícola:

É muito importante o estudo para minha família porque eu não tive condição de estudar para aprender mais e eles sabem mais do que eu e até me ajudam, e hoje o que tá servindo é o estudo para dá um futuro melhor pra vida deles e porque sem o estudo a pessoa não se emprega.

Para a senhora Renilda Belo Pinheiro, de 33 anos, trabalhadora não-agrícola, enfatiza que o estudo levará suas filhas ao emprego:

É de grande importância a escola e o estudo para minha família porque as crianças se desenvolvem mas, elas conseguem aprender e isso vai poder dar um bom emprego e um futuro melhor pois nem eu e nem o pai delas querem que elas passem pelo que nós passamos.

Para a senhora Genivalda Baia, 42 anos, trabalhadora que exerce as duas funções:

Ao meu ver é de grande importância a escola porque as professoras educam os nossos filhos e o estudo para os meus filhos vai ser importante porque hoje em dia quem não tiver estudo não arruma trabalho.

Para as famílias entrevistadas a escola é vista como uma instituição fundamental que contribui no processo de afirmação social e de transformação dos indivíduos que dela fazem parte, por isso, as mesmas acreditam e incentivam os filhos a estudarem, pois somente através dos estudos conseguiram ingressar no mercado de trabalho. A educação levará os sujeitos a se tornarem críticos, reflexivos e com uma leitura de mundo diferente, do que é imposto e é neste contexto que a educação tornasse libertadora e contra hegemônica. Nesse sentido, Freire (1976) aponta que a Educação

sozinha não transforma o mundo, no entanto, ela muda as pessoas e pessoas transformam o mundo.

Nessa percepção do entendimento de Haddad,(2012, p. 217), elucida que:

A educação é um elemento fundamental para a realização dessas características. Não apenas a educação escolar, mas a educação no seu sentido amplo, a educação pensada como uma ação humana geral, o que implica a educação escolar, mas não se basta nela, porque o processo educativo começa com o nascimento e termina apenas no momento da morte. A educação pode ocorrer no âmbito familiar, na comunidade, no trabalho, junto com amigos, nas igrejas etc. Os processos educativos permeiam a vida das pessoas. Os sistemas escolares são parte desse processo e, neles, algumas aprendizagens básicas são desenvolvidas.

A educação na vida de um indivíduo é de fundamental importância, podendo ocorrer não apenas no ambiente familiar, mas em diversos espaços, pois os processos educativos desenvolvem aprendizados, que serão levados para vida toda.

6. Caracterização das Famílias e atividades desenvolvidas

Na comunidade existe três grupos de famílias: a que exerce a função agrícola, sendo sua família constituída de pai,

mãe e 4 filhos (3 homens e 1 mulher), a que exerce a função não-agrícola, sendo composta por pai, mãe e 3 filhas e a que executar as duas funções (agrícola e não-agrícola), formada de pai, mãe e 6 filhos (3 homens e 3 mulheres).

Para os entrevistados a agricultura é entendida de modo semelhante, pois aprenderam a trabalhar com os pais quando pequenos e tudo que sabem nunca ficou esquecido ao longo do tempo, apenas algumas técnicas de trabalhar na agricultura se modificou, através da tecnologia que ganhou espaço no meio rural, mudando a forma de trabalho dos agricultores. Como mostram as falas a seguir, há o entendimento sobre agricultura, ligado com as transformações no modo de trabalho que hoje é desenvolvido na agricultura:

A agricultura é pra mim o sustento da minha família e de lá que eu tiro a banana, a farinha e também tiro a renda para compra outras coisas para os meus filhos, com o tempo muita coisa melhorou por uma parte e piorou por outra porque desempregou muita gente por causa das maquinas como o trator que revira a terra, tirando o lugar de um trabalhador (João da Silva Rodrigues, de 50 anos, trabalhador agrícola).

Eu entendo que agricultura é trabalha na terra, cultiva as plantas, fazer a roça, o carvão, e que modificou porque no tempo da minha avó era descascado no tesaço a mandioca e a massa não era passada no catitu e sim socada com o pilão mas hoje está tudo moderno, tem ra-

lado com motor que facilita o trabalho (Renilda Belo Pinheiro, de 33 anos, trabalhadora não-agrícola).

Para a entrevistada que desde pequena começou a trabalhar na agricultura, o trabalho na roça é importante, garante a sobrevivência da família, no entanto por uma escolha o marido decidiu passa um tempo, trabalhando fora da propriedade, executando outra função no meio industrial, atualmente vive em uma situação de desemprego, em meio à crise que o país vivência, e para a mesma a roça é vista como uma alternativa para a família, garantindo o sustento familiar através do roçado, tendo em vista que este trabalho não se perde. Como mostra a fala de uma família que exerce a dupla função:

Agricultura é uma forma de trabalho, pois é dela que atualmente estamos tirando o nosso sustento, com a plantação da roca, desde de criança eu ia com a mamãe para a roça e foi assim que aprendi a trabalha na roça, vejo que pouco mudou este trabalho (Genivalda Baia, 42 anos, trabalhadora da dupla função).

Vale ressaltar que em meio a tantas dificuldades, observa-se que as famílias de agricultores tem enfrentado dificuldades no campo, para manter o trabalho na agricultura, com isso ocorre a necessidade de buscar vínculo com organizações, para continuar com a renda somente da produção agrícola, como relata a família de agricultor:

Eu participo da EMATE, que para mim é suficiente porque ensina como fazer o serviço que eles fazem lá, só tive conhecimento através do meu irmão que fazia parte e me apresentou, eu fiz o cadastro lá para receber as mudas de coco, de açaí, de pupunha, cupuaçu, graviola e abacaxi, para aumenta um pouco a produção (João da Silva Rodrigues, de 50 anos).

Assim como o agricultor decidiu continuar com o trabalho na agricultura, tem famílias que decide mudar a sua forma de trabalho, passando a exercer a função não-agrícola em polos industriais, como opção de largar o trabalho no campo, pois diz ser melhor, que não é pesado, sabe-se que a atividade agrícola é mais bruta, exige força e reque um pouco de tempo para obter a renda quantitativa:

Iniciei o trabalho na agricultura quando era pequena mas quando fiquei adolescente eu foi trabalha em casa de família em Belém e não quis mais trabalhar na roça, o meu esposo também ele morava aqui quando era pequeno e depois foi pra cidade estudar e se tornou vigilante para trabalhar nas empresas de Barcarena(Renilda Belo Pinheiro, 33 anos).

Percebe-se que nas falas dos entrevistados, todos iniciaram o trabalho na agricultura, quando eram pequenos, mas alguns decidiram larga e ir em busca do trabalho não-agrícola para complementar a renda familiar e também por crê que a

remuneração no trabalho assalariado é melhor do que no roçado, vendo que a mesma contribuirá no seu projeto pessoal, como podendo está ligado ao interesses coletivos da família.

A pluriatividade estaria alterando o conteúdo da unidade familiar, pois passa de uma situação na qual a propriedade era, ao mesmo tempo, lugar de residência e de produção para outra na qual é somente o local de moradia, uma vez que o trabalho e a produção dissociam-se geograficamente (SCHNEIDER, 2003, p. 101).

A pluriatividade para as famílias do campo tem sido uma estratégia de complementação de renda, e neste caso rompe com o modelo de família agrícola.

7. Interação família, escola no contexto de transformação na forma de trabalho

A família pode até modificar sua história com os anos, mas o papel da mesma no cotidiano escolar é de fundamental importância na contribuição para a humanização dos filhos, bem como na formação do caráter dos indivíduos, enfatizando que a educação começa na casa, com convívio e bem estar familiar, por outro lado se não ocorre uma relação harmônica entre pais e filhos, isso pode interferir na aprendizagem do aluno em sala de aula, acarretando um mal rendimento nas atividades escolares.

Na Comunidade do Maranhão, a percepção da importância da família no processo de ensino e aprendizagem de

seus filhos ainda precisa de incentivo por parte da escola, pois de acordo com os entrevistados poucos participam de reuniões e atividades que a escola oferece como podemos ver a seguir.

Não, às vezes quando dá pra ir eu vou, por que tenho muitos compromissos e não tem como eu ir (Renilda, 33 anos, trabalhadora não-agrícola).

Sim, às vezes quando tem reuniões eu vou, dou minhas opiniões procuro saber como meu filho está na escola e o procedimento dele (João, 50anos, trabalhar agrícola).

Sim, eu vou nas reuniões vou conversar com a professora e procurar saber do desenvolvimento de minha filha, todas as atividades que a escola desenvolver eu participo, dou minha contribuição na compra de bingo quando tem pois é para ajudar na escola. (Genivalda, 42 anos, trabalhadora da dupla função).

De acordo com uma das professoras isso acontece devido muitos desses pais, trabalharem na indústria como o marido de dona Renilda e outros na agricultura como o senhor João, e assim não tem tempo para participar da vida escolar de seus filhos.

A participação dos pais no espaço escolar pode ocorrer de forma direta (quando se fazem presente em todas a programações realizadas pela escola, para fortalece a união e vínculo en-

tre as mesmas) ou indiretamente (quando os pais investigam através dos filhos como foi o estudo, quais trabalhos escolares que tem pra fazer na casa e entre outros), pois a mesma tem um papel importante na vida do educando, contribuindo para a formação como cidadão, com valores éticos e morais que a escola também ensina. Esta parceria família e escola fortalecer o desempenho dos alunos nas atividades escolares, propiciando uma melhor qualidade na aprendizagem. Segundo Maimoni & Miranda, *apud*, Sousa (2017) acompanhar tarefas e trabalhos escolares, verificar se o filho fez as atividades solicitadas pelo professor, estabelecer horário de estudo, informar-se sobre matérias e provas, entre outras. Esses fatores contribuem para desenvolvimento social e escolar do aluno.

Um ponto que nos chamou bastante atenção foi que todos os pais entrevistados conhecem os professores de seus filhos, mas isso é devido esses, serem moradores da comunidade e estarem no mesmos ambiente social.

Quando perguntamos sobre os problemas e as vantagens da escola. As respostas dos entrevistados foram:

Os problemas é que ainda falta termina o muro que foi iniciado e colocar um portão e assim melhora a escola pra gente, as vantagens é que a escola tem muita coisa que outras escola não tem como uma sala de computador, o projeto do mais educação (musica, pandeiro, violão, matemática, português). (João da Silva Rodrigues, de 50 anos, trabalhador agrícola).

Eu não vejo problema porque a diretora que estava na gestão deixou tudo organizada a escola, com o muro, a geladeira, o fogão, loucas para fazer o lanche, bebedouro, um espaço para a reunião, o lanche e de boa qualidade e as carteiras novas. (Renilda Belo Pinheiro, de 33 anos, trabalhadora não-agrícola).

Não vejo nenhum problema, tem o projeto Mais Educação que e perto de casa e funciona bem. (Genivalda Baia, 42 anos, trabalhadora da dupla função).

Como se podem perceber o que se sobrepôs nas falas dos entrevistados foram as vantagens que foram inúmeras como acesso aos aparatos tecnológicos, os projetos do mais educação que inclui (musica, pandeiro, violão, matemática, português) e a merenda escolar de boa qualidade. Isso foi alcançado pela direção da escola segundo a dona Renilda, que é uma gestão comprometida com o processo de ensino e aprendizagem. Somente quem falou sobre os problemas da escola foi o seu João que foi direcionado a infraestrutura.

Segundo Fonseca (2013) a qualidade da educação e a qualidade do ensino na escola pública, relacionam a uma gestão democrática participativa e coerente tendo em vista que a escola é o local de formação do cidadão e construção da cidadania. “A participação e a articulação escola/família/comunidade faz com que haja maior comprometimento de todos os segmentos gerando assim um maior desempenho no fator aprendizagem” (p. 29).

A escola do campo é um direito que proporciona cidadania, que mesmo apresentando problemas, tem sido um espaço que promove a educação de uma forma positiva, sendo vista pela maioria dos pais como um local de integração, onde seus filhos tem a oportunidade de aprender não somente matérias curriculares, mas também outras atividades complementares que contribuem para a formação dos indivíduos.

Nessa percepção Haddad (2012, p. 217), ilustra que:

Conceber a educação como direito humano significa incluí-la entre os direitos necessários à realização da dignidade humana plena. Assim, dizer que algo é um direito humano é dizer que ele deve ser garantido a todos os seres humanos, independentemente de qualquer condição pessoal. Esse é o caso da educação, reconhecida como direito de todos após diversas lutas sociais, posto que por muito tempo foi tratada como privilégio de poucos. Por meio da educação, são acessados os bens culturais, assim como normas, comportamentos e habilidades construídos e consolidados ao longo da história da humanidade. Tal direito está ligado a características muito caras à espécie humana: a vocação de produzir conhecimentos, de pensar sobre sua própria prática, de utilizar os bens naturais para seus fins e de se organizar socialmente.

Todo cidadão tem direito a uma educação de qualidade que proporcione um grau de conhecimento, tornando cidadãos de caráter, com capacidade e condições de viver em sociedade.

8. Considerações Finais

A partir das falas dos colaboradores da pesquisa como o seu João da Silva Rodrigues, de 50 anos, trabalhador agrícola, a dona Genivalda Baia, 42 anos, trabalhadora da dupla função, Renilda Belo Pinheiro, de 33 anos, trabalhadora não agrícola é possível confirmar muitas questões pontuadas pelos autores escolhidos para subsidiar este artigo. Primeiramente, todas foram unânimes em destacar em suas respostas a importância dos estudos para suas famílias, alegando que a escola é uma instituição fundamental e contribui para oportunizar os seus filhos para uma formação humana afirmação social e de transformação e para o mercado de trabalho.

Em relação a definição de agricultura, segundo os colaboradores se resume ao sustento das família, uma prática que trabalha na terra, cultiva as plantas, fazer a roça, o carvão. Essa prática não é mais a principal fonte dos trabalhadores rurais na comunidade do ramal do Maranhão, pois segundo os entrevistados, muitos trabalhadores modificaram para o trabalho industrial.

Outro ponto, observado foi em relação a participação dos pais nas atividades oferecida pela escola que a partir das entrevistas pode-se perceber que poucos participam de reuniões e atividades que a escola oferece devido a alguns fatores como: o trabalho na indústria, o trabalho nas pequenas agriculturas de mandioca, milho, coco, açaí para o consumo, o tempo.

Em relação aos problemas e as vantagens da escola os colaboradores foram unânimes em afirmar que a escola é um espaço de possibilidade de transformação social.

Todos esses aspectos da pesquisa foram importante para pensar que a partir da década de 90, houve muitas transformações no modo de produção do trabalho agrícola e essas transformações refletiram na Comunidade Ramal do Maranhão, influenciando nos trabalhadores rurais a buscar pelo trabalho nas indústrias com isso, refletiu na relação família/escola como a falta de tempo, pois muitos desses trabalhadores saem de suas residências às 4:30 da manhã e retornam para suas casas no início da noite.

Referências

- FONSÊCA, Marli Rodrigues da. **A gestão escolar como sucesso para a aprendizagem**. Três Passos Rio Grande do Sul, 2013.
- HADDAD, S. **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- Sergio Schneider. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- BRANDÃO, Carlos R. **O trabalho de saber**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1999.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das Regiões Rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- Carneiro, Maria José. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 1998.
- SOUZA, Jacqueline Pereira de. **A Importância da Família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança**. Inesc – instituto de estudos superiores do Ceará pró-reitoria de

educação continuada. Disponível em: https://www.apeoc.org.br/extra/artigos_cientificos.pdf acesso em 14/09/2017.

CHAYANOV (1974). **Formas de reprodução familiar no espaço rural**: Campesinato, agricultura familiar e pluriatividade.

LÊNIN (1985, p.114). **Formas de reprodução familiar no espaço rural**: Campesinato, agricultura familiar e pluriatividade.

SCHNEIDER, S. “**Os colonos da indústria calçadista**: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul”. Dissertação apresentada à Unicamp, 1994.

A REALIDADE EDUCACIONAL DA COMUNIDADE LIVRAMENTO: ASPECTOS CULTURAIS ENTRE FAMÍLIA E A ESCOLA

Márcia da Silva Ferreira

Max José Costa e Costa

Marinete dos Passos Sena

Jadson Fernando Garcia Gonçalves

1. Introdução

Este trabalho foi realizado na Comunidade Nossa Senhora do Livramento Arienga, localizada na PA 151 km 23, município de Barcarena. O objetivo deste artigo é analisar as características e vivências na Escola Municipal de Ensino Fundamental do Arienga, compreender a organização do trabalho pedagógico na escola as relações com as famílias dos educandos, as técnicas da agricultura que estão inseridas no contexto das famílias é uma comparação, identificando as mudanças ocorridas nesse processo.

Atualmente vivem na comunidade cerca de 90 famílias a maioria vive do que produz com a agricultura, apenas 10% obtém renda de outra maneira. As famílias entrevistadas são de trabalhadores rurais tem filhos na escola da comunidade, foram entrevistadas duas famílias uma possui participação ativa na escola e a outra não é participativa.

A escola é multisseriada possui 29 alunos constitui apenas o primeiro nível do ensino fundamental Educação infantil ao 5º ano, tem um quadro funcional bem reduzido com uma professora 3 agentes serviços gerais, possui 2 salas de aula climatizadas a copa, um banheiro possui estrutura em boas condições a pouco tempo. Foi feita uma reforma na escola não há diretor a escola é totalmente responsabilidade da professora.

Nessa pesquisa em relação ao trabalho da professora, é possível perceber que apresenta certas fragilidades, por se tratar de que a mesma assume várias funções na escola, enfrenta desafios com seus alunos, ao dizer que necessita de apoio das autoridades para ter bom êxito nas atividades, sua metodologia é adequada a realidade de seus alunos, porém há uma dificuldade de aceitação por parte dos pais dos alunos, houveram críticas, sobre o currículo esta ressaltando o campo e deixar a cidade de lado.

De acordo com Laraia (2001,p.51) talvez seja mais fácil explicar a mudança raciocinando em termos de padrões ideais e padrões reais de comportamento. Nem sempre os padrões ideais, podem ser efetivados, neste caso, as pessoas agem diferentemente, mas consideram que seus procedimentos não são exatamente os mais desejados pela sociedade.

Por isso o objetivo deste trabalho é apresentar as características e vivências da escola e das relações com as famílias de agricultoras essas comparações da agricultura com a realidade dos educandos.

2. A escola e o Trabalho da coordenação pedagógica

Em entrevista com a professora Davina Melo Coutinho 51 anos, licenciada em Pedagogia pela UFPA, sobre seu trabalho como coordenadora e professora da escola ela nos disse que:

“Eu faço meu trabalho de acordo com a realidade do aluno, de maneira que sejam valorizados a cultura as tradições do campo. Pois é bom ver o município de Barcarena aderir a esse método de ensino da Educação do Campo um material didático diferenciado da escola urbana. Entretanto, ainda não é aplicado em algumas escolas rurais. Tem aluno por exemplo, que tem vergonha de falar que é do campo que vive no campo, eu tento mostrar para eles que devem ter orgulho em assumir essa identidade”.

Segundo Caldart, (2008,p.7) “é necessário trabalhar a concepção de conhecimento que ajude na compreensão sobre como se produzem os fenômenos da natureza e as relações sociais, como a realidade se movimenta e se transforma. Há muitos educadores que tem buscado maneiras de romper com a forma fragmentada de tratar o conhecimento, própria de desenhos curriculares de disciplinas isoladas e conteúdos desconectados, que afastam os estudantes de um pensar dialético”.

A necessidade da continuidade das tradições através da oralidade e símbolos, é defendida por Hall (2003, p.8) pois

a identidade está sempre descentrada isto é deslocada ou fragmentada. Diante do contexto é importante, afirmar que a identidade se forma a todo instante esse conhecimento constrói-se as forças do local e as tradições.

Sobre o contexto atual da escola o porte físico estrutura é um ponto positivo afirma a professora:

“A escola foi reformada esse ano as salas foram climatizadas, porem há outros problemas como a questão da falta de merenda escolar, a escola deveria ter internet disponível para os alunos temos computadores e não estão em uso, sabemos que isso prejudica bastante o aprendizado já fizemos relatórios que foram enviados a SEMED Secretaria Municipal de Educação do município, até agora nada foi resolvido são apenas feitas promessas”.

Os coletivos sociais e de educadores se põem em movimento como querendo empurrar o tempo, mostrando a urgência de alterar o presente essas circunstancias, essa materialidade e essas relações sociais para que se tornem educativas, formadoras e não deformadoras (ARROYO, 2012; p.79).

3. A Escola e as famílias dos Educandos

Quando entrevistei a primeira família a D. Iracema e seu Odair Melo em relação ao seu trabalho que é todo voltado para a agricultura a entrevistada disse que mora próximo

da escola e sua participação é ativa gosta tem interesse sobre os estudos dos filhos:

“A escola é uma forma de conseguir sucesso na vida. Eu não terminei os estudos casei e tive filho não deu tempo pra estudar. Mas eu falo pros meninos, estudem porque sem estudo hoje não se arruma emprego. É melhor estudar do que fica na roça eu vou pra reunião de pais quando tem”.

Mais a diante perguntei se trabalhavam na roça e quais as mudanças ocorridas desde seus avos ela disse,

“Não, meus filhos só estudam mesmo. Pois é já mudou muito, antes pra fazer uma roça levava dias e dias agora não. Tem as máquinas roçadeiras, aqui nós recebemos assistência técnica pelo PAFAM que vem fazer o preparo da aria com as maquinas pra fazer o plantio da gente”.

Depois falou das atividades de produção no seu lote, o seu esposo Odair dos Santos mostrou toda área e fez o desenho do croqui da propriedade onde é feito o plantio as roças, frutas e verduras.

“Tudo que produzimos é de maneira sustentável, para nosso próprio consumo e para comercialização em feiras na cidade e na própria comunidade nós fazemos tudo com uso de adubo orgânico.”

As fotos de algumas produções da família, incluindo as máquinas utilizadas no preparo da terra:

Prepação da terra para plantio



Fonte: Arquivo da pesquisa

A segunda etapa das entrevistas foi com a família da D. Rosalina Nascimento e o Sr. Antônio dos Santos, e não está participando ativamente na escola, segundo a entrevistada devido a sua residência ficar distante por ser de outra comunidade:

Afirma que;

“Não vou na reunião de pais faz tempo, porque não tenho transporte é longe daqui de casa a escola. Se tivesse como ir iria sim, mas meu marido trabalha na empresa Albrás e leva nossa moto meu único meio que tinha p ir. Realmente fica difícil eu tenho que cuidar da casa e dos meninos também.

A seguir sobre o trabalho da agricultura ela relatou que:

“Não trabalho, meu marido paga pras outras pessoas fazerem a nossa roça fazendo uma divisão de tudo que é plantado. Esse ano fizeram plantação de abacaxi, mamão e banana”.

Área de plantio



Fonte: Arquivo da pesquisa

Em relação a continuar o trabalho na agricultura a mãe ressaltou:

“Não quero isso para meus filhos. Um trabalho desse é muito puxado não gosto não”. Já morei muito tempo na cidade, por isso não sei trabalhar com a terra. Me preocupo sim com meus dois filhos, porque eles tem que arrumar um bom emprego não quero que eles fiquem sem fazer nada da vida.”

Assim, resumiu a sua opinião sobre a escola:

“Essa escola é muito fraca a professora não faz nada. Falta muito meus meninos vão pra lá e depois chegam dizendo não teve aula. Nem avisa nada pelo menos, eu quero colocar eles na cidade para o ano é melhor.”

Com isso, segue a questão da valorização do professor. É necessário que as pessoas entendam que como ser humano ele é passível de falhas, se trata de grandes e longas jornadas de trabalho e estudo, por que o docente necessita aperfeiçoar seus conhecimentos, participar de formações, resolver tantas coisas ao mesmo tempo, as críticas aparecem sobre o trabalho docente como se o culpado de algo que não deu certo é apenas da escola.

De acordo com Freire (2005), hoje nos dias atuais o “sistema educacional ainda segue disseminado a opressão, não por culpa de seus educadores e sim do sistema que lhe é imposto. Nós educadores devemos assumir uma postura revolucionária passando a conscientizar as pessoas da ideologia opressora, tendo como compromisso a libertação desta classe”.

4. Conclusão

Por meio desta pesquisa, chega-se a conclusão que a Escola da comunidade já evoluiu bastante, quanto a estrutura física, ao ensino, é importante a ressaltar a elaboração do projeto da Educação do Campo, esse método de ensino voltado a realidade dos educandos foi iniciado desde em 2013, através da organização comunitária da comunidade quando possibilitou a conquista á reforma da escola, a realização promoveu o empenho de algumas famílias a continuar lutar pelos seus direitos.

Algumas famílias ainda não perceberam o valor que a escola traz para seus filhos como sujeitos moradores do campo, entretanto, não se perderam esses costumes a escola identifica-se com a comunidade a realidade dos educandos, através de experiências vivenciadas no âmbito da escola é realizado um trabalho voltado para a comunidade.

Verificou-se que os pais não aceitam a ideia de que seus filhos ajudem na agricultura, esperam que seus filhos possam alcançar sucesso na cidade, na escola da cidade, existe a visão contrária de que o campo é lugar de atraso e da deficiência na educação.

Observou-se que alguns pais têm a impressão que a vida na agricultura é uma tarefa árdua e não é importante como outros trabalhos, só estão produzindo para manter o próprio sustento.

É importante ressaltar os valores da Escola, apesar de alguns desafios consegue alcançar seus objetivos. Através da ajuda da comunidade e o interesse de pessoas que credi-

tam na Educação do Campo. Por isso, é necessário maior participação da família na escola, pois é com a família que a criança desenvolve o conhecimento os primeiros a ensinar os filhos são os pais a inteligência vem em primeiro lugar no seio da família.

Referências

- ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Vozes, 2012.
- CALDART, Roseli. **A Educação do Campo**. INCRA/MDA, Brasília, 2008.
- LARAIA. **História cultural e Memória**. Vol. 02. Rio de Janeiro Campinas, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ESCOLA DO CAMPO E O UNIVERSO DE FAMÍLIAS RURAIS

Gracilene Ferreira Pantoja

Édesio da Silva Pinheiro

Lucinete Rodrigues dos Santos

Luís Mauro Santos Silva

1. Introdução

No contexto da Educação do Campo, quando se fala na atuação do coordenador pedagógico nas escolas campesinas, reporta-se aos desafios e dificuldades que permeiam durante o seu percurso, esses dizem respeito não somente as suas atribuições na escola, a qual envolve o ato de planejar, articular e mediar no cotidiano escolar, mas para, além disso, Oliveira; Santos e Peixoto (2016) consideram que o coordenador precisa estar atendo às diferenças do contexto local em que a escola campesina se encontra para incluí-las no planejamento e desenvolvimento de seu trabalho, bem como as especificidades dos sujeitos do campo. Estas envolvem as relações culturais, socioeconômicas e de trabalho, as quais incluem a agricultura familiar. Segundo Ploeg (2014, p.7):

“A agricultura familiar não se define somente pelo tamanho do estabelecimento, como quando falamos de agri-

cultura de pequena escala, mas sim pela forma com que as pessoas cultivam e vivem, a qual é considerada também uma *forma de vida*. (Grifos da autora)”

E essas formas/ maneiras que faz parte de um conhecimento construído ao longo dos anos pelos sujeitos, precisa ser valorizada na escola do campo. Esta tem que está estrategicamente ligada as atividades produtivas, sobretudo, aquelas que seguem os princípios da agroecologia.² Diante disso, a autora Caldart (2016) considera várias razões pelas quais a agroecologia pode ser abordada nas escolas do campo, uma delas parte da concepção de ir encontro à lógica das relações sociais capitalista no campo, as quais incluem o modelo de agricultura “moderna”, a exemplo da monocultura que apresenta baixa diversidade genética e causa graves desequilíbrios ecológicos.

Nesse contexto, reporta-se a comunidade ribeirinha Rio São Lourenço do município de Igarapé-Miri, PA a qual passou durante décadas por inúmeras transformações e transições na agricultura, a começar pela monocultura da borracha, da cana de açúcar, cacau que com essa lógica apenas subserviente ao capital não deram certo na localidade, ou seja, foram insustentáveis a longo prazo. No cenário atual,

2. (...) “é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas.” (ALTIERI, 2012, p. 15 *apud*. CALDART, 2016, p.2) Para além desse conceito, (CALDART, *Loc. cit.*) complementa que esta “fundamenta um modo de agricultura que seja ao mesmo tempo produtiva ecologicamente equilibrada, conservando a biodiversidade, que seja socialmente justa, economicamente viável e culturalmente adequada.”

existem sistemas de produção que predomina apenas o açaí, o que tem homogeneizado a paisagem da várzea, porém mesmo com essas inúmeras modificações na forma de cultivo ainda existe agricultor que possui um conjunto de práticas e trabalha na perspectiva agroecológica, obtendo sucesso na produtividade e qualidade de vida. Nesse contexto, até que ponto esse ambiente de “sucesso” no da agricultura familiar influencia na escola? Será que a escola promove cursos de formação e trocas de experiências para contribuir com as famílias no sentido de materializar uma concepção de conhecimento como a da sustentabilidade na agricultura familiar?

Sabe-se que se não houver um incentivo nem mesmo por parte das escolas do campo no sentido de preservar esses saberes e de integrá-los em seu projeto educativo, a medida que os modelos de agricultura “moderna” vão se expandindo nas áreas rurais, a sociedade, segundo Sevilla Guzmán (2006, p.8 *apud*.³) “vai perdendo seus conhecimentos tecnológicos”, e suas próprias instituições deixam de produzir ciência para produzir e legitimar ameaças que já não podem controlar.”

Os estudantes e as famílias campesinas precisam estar atentos a essas questões e/ou ameaças que permeiam em seu contexto e a escola assume um papel primordial no sentido de subsidiar atividades pedagógicas diante da complexa realidade desses sujeitos, levando-os a refletirem criticamente sobre suas realidades. Daí a importância em fazer a

3. (*Ibidem.*, p.3)

mediação entre agroecologia e Educação do Campo a partir de uma perspectiva revolucionária da qual Rossi (2015) considera. De acordo com Caldart (2016) mesmo que no entorno da escola campesina ou grande parte da comunidade esteja tomada por baixa *agrobiodiversidade*⁴, ainda há práticas sustentáveis, na qual a escola pode está levando os alunos a conhecer para compará-las, e até mesmo envolver os conteúdos disciplinares dando sentido ao ensino, sobretudo, as áreas de ciências da natureza.

Seria também fazer uma educação para além dos “muros da escola”, para que os estudantes compreendessem as dinâmicas a partir de seu próprio lugar, do que observam em seus cotidianos, uma educação que contemplasse, de fato, as singularidades do campo, envolvendo assim o trabalho, a cultura e identidade dos sujeitos. Arroyo (2007, p. 167) complementa que: “um projeto educativo, curricular, deslocado desses processos de produção de vida, da cultura e do conhecimento estará fora do lugar.” Nesse contexto, Borges (2012, p. 107) nos faz refletir que:

“(…) Não basta pensar que a Educação do Campo deve ser trabalhada de forma diferenciada, porque historicamente ela já foi tratada dessa forma como algo atrasado para o desenvolvimento do país. Precisamos pensar so-

4. “Trata-se do cultivo da terra que se faz preservando a biodiversidade, diversidade da vida, que é a existência de uma grande variedade de espécies de plantas e animais em determinada região.” (PINHEIRO; MACHADO, 2012, p. 46 *apud*, *ibidem*., p. 4)

bre educação como direito público com políticas públicas que atenda às diferenças, não mais, segundo Molina (2004), de forma autoritária e de submissão do campo; aos valores sociais, econômicos e políticos, pensados a partir da cidade, não incorporando a visão daqueles que vivem no campo e, muitas vezes, sem uma análise mais rigorosa da própria realidade do campo.”

Diante disso, surge a necessidade de estar apontando essas realidades do campo e o presente artigo pauta-se a partir das nuances reveladas por uma comunidade ribeirinha do município de Igarapé-Miri, o qual tem como principal objetivo comparar o universo de duas famílias agricultores que possuem filhos na escola do *lôcus* de pesquisa envolvendo a atuação da coordenação pedagógica nesse contexto.

2. Metodologia

Trata-se de pesquisas realizadas durante o período da disciplina Prática Pedagógica VII, ministrada por dupla docência: Mara Rita Duarte de Oliveira e Luís Mauro Santos Silva, na turma de Educação do Campo com ênfase em Ciências Naturais 2014 (extensivo) da Universidade Federal do Pará-Campus de Abaetetuba, na qual os referidos professores disponibilizaram inicialmente os aportes teóricos aos discentes, realizaram explanações orais em sala de aula e encaminhamento destes à pesquisa de campo. Posteriormente foi realizada a socialização da pesquisa pelos estudantes, na

qual foram conduzidos a algumas técnicas de redação científica e estruturação dos dados coletados.

O método escolhido para esta pesquisa foi o estudo de caso, Conforme Gil (2009, p. 54) “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Neste caso, trata-se de um estudo voltado para o contexto da vida real que segundo Prodanov e Freitas (2013) se concentra em fenômenos contemporâneos.

Para a coleta de dados a campo, o método adotado foi o etnográfico, o qual não pode restringir-se a aplicação de questionários como afirma Agier (2015), com perguntas previamente pensadas pelo pesquisador com o intuito de apenas verificá-las posteriormente sem uma investigação holística. Pelo contrário, a mesma “representa a experiência social sobre a qual o etnólogo se apoia para construir um saber original. Prático, esse saber pode se dizer um saber-viver.”⁵

No primeiro momento foram realizadas entrevistas com duas famílias rurais do Rio São Lourenço, (localidade ribeirinha) do município de Igarapé-Miri, PA, as quais são agricultoras e possuem filhos que estudam na escola da comunidade de pesquisa, sendo uma participativa na vida escolar e outra não.

Para isso, utilizou-se como auxílio nas entrevistas, um roteiro contendo 26 (vinte e seis) perguntas relacionadas aos aspectos gerais de seu perfil pessoal e de sua vivência na

5. (*Ibidem.*, p.11)

agricultura, 07 (sete) perguntas voltadas para a relação da família com a escola, além de um diário de campo como instrumento de registro durante a coleta de dados. A autora deste artigo é oriunda da localidade de pesquisa e possui familiares com experiências na agricultura, o que facilitou no momento da obtenção de informações.

Após as entrevistas foi aplicada outra técnica no momento da pesquisa que diz respeito à construção de um desenho (croqui) pelas famílias, referente às suas propriedades agrícolas, na qual foram disponibilizados materiais como: cartolinas (papel 40 kg), lápis de cor, lápis preto, borracha para a elaboração deste. No esboço construído, contém as principais atividades produtivas presente nos estabelecimentos familiares. Em segundo momento, foi realizada entrevista com a coordenadora pedagógica de uma escola do campo, a qual seguiu um roteiro contendo 05 (cinco) perguntas a respeito de sua atuação no contexto desta escola, no qual as famílias se inserem.

Para análise dos dados, o conteúdo das mensagens contido no diário de campo foi sistematizado e interpretado, sendo que para as duas famílias entrevistadas foi possível estabelecer um critério de comparação envolvendo a trajetória destas na agricultura e a relação com a escola. As interpretações de dados quantitativos foram feitos por meio de ferramentas como o gráfico. Já no croqui produzido pelas famílias foram identificadas as principais diferenças que distinguem seus sistemas de produção. No momento das análises, optou-se pela não identificação por nomes dos sujeitos entrevistados de forma a preservar suas identidades.

3. Resultados e Discussão

3.1. Caracterização e Universo das famílias agricultoras

As duas famílias entrevistadas residem no Rio São Lourenço, município de Igarapé-Miri, PA, as quais serão expostas aqui como família 01 e 02, sendo a primeira um agricultor com 66 anos de idade e sua esposa, 55 anos. Já a segunda trata-se de uma agricultora com 60 anos de idade. Ambos estudaram até a segunda série do ensino fundamental. Abaixo, elaborou-se um gráfico com o número de filhos dessas famílias, destacando: sexo, escolaridade, local de residência e número dos que exercem tarefas no estabelecimento familiar:

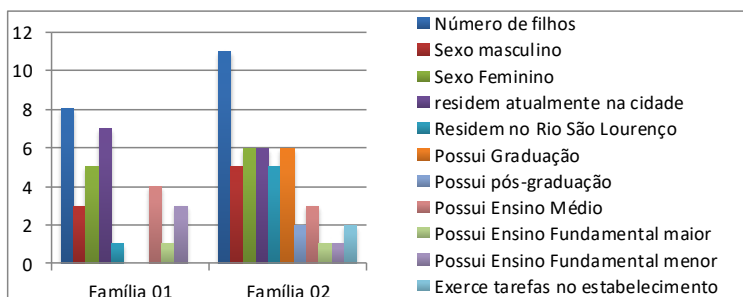


Fig. 1: gráfico com o número e perfil dos filhos das famílias 01 e 02

Percebe-se no gráfico que embora os pais de famílias não tenham alcançado uma “escolaridade” avançada, muitos dos filhos seguiram nos estudos, mas para isso, a maioria migrou para a cidade, pois até o ano de 2008 na localidade

não havia escolas que atendendessem o ensino fundamental maior. Com isso, observa-se pouca mão de obra para exercer tarefas no estabelecimento familiar.

Em relação ao histórico familiar e as práticas de cultivo desenvolvidas pelos antepassados afirma-se que o pai e avós do agricultor da família 01 residiam na própria localidade Rio São Lourenço, município de Igarapé-Miri, PA, porém sua mãe residia no Rio Juarembú. Sendo que estes trabalhavam com ucuúba, cacau, azeite (andiroba), borracha e lavoura da cana de açúcar. Já os pais e avós de sua esposa e da agricultura da família 02 residiam no Rio Cutininga, município de Abaetetuba, PA e trabalhavam em engenhos, olaria, cortavam seringa, teciam paneiro/panacarica, faziam cerâmicas e serviços de carpintaria. Atualmente seus pais residem no Rio São Lourenço.

A agricultora da família 02 iniciou os trabalhos na agricultura com o esposo, pois suas atividades anteriormente (quando solteira) se restringiam mais as citadas acima, sendo que o agricultor da família 01 iniciou com seus pais, porém, atualmente trabalha sozinho, pois a maioria dos filhos não reside mais na localidade e seus dois netos apenas estudam. O mesmo é sócio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri, PA, e a mais de 12 (doze) anos faz parte da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açú (CAMTA), o qual teve conhecimento desta por meio do Mutirão.⁶

6. “Mutirão lidera uma espécie de consórcio municipal, composto por cinco associações parceiras. Estas integram a Cooperativa do Desenvolvimento de Igarapé-Miri – CODEMI [...] Todas as associações trabalham no aprimoramento da

Segundo ele, ao ingressar nessa cooperativa precisou modificar suas técnicas de trabalho na agricultura para se adequar as normas da associação, como por exemplo, melhorar a higiene do açaí, utilizando plásticos e luva ao debulhá-lo, bem como paneiro com talas espaçosas para liberar toda e qualquer poeira, retirar resquícios de vassoura contidos no açaí e as sementes que se encontram esverdeadas, a qual o agricultor denomina de “mãe”⁷.

Em sua opinião a relação entre participar dessa organização e construir processos de desenvolvimento rural que não estão preocupados somente com ganhos econômicos está pautada no melhoramento e qualidade do produto (açaí) em contraposição a outros sujeitos que não têm tanto essa preocupação e prejudicam, até mesmo, a economia do município como aconteceu com a borracha, cacau, entre outros cultivos que será relatado mais adiante.

É interessante ressaltar que o cultivo das famílias 01 e 02 é feito de forma ecológica sem a utilização de produtos químicos, pois preocupam-se com a saúde da população que a consome, também não é necessário na localidade visto que em área de várzea as condições são mais propícias para o desenvolvimento do açaizeiro.

A produção da família 01 é comercializada somente pela cooperativa a qual faz parte, sendo que de aproximadamen-

produção do açaí, que já conquistou até diploma de certificação orgânica. Para conseguir este selo, os sócios fazem um curso com conteúdo intenso, ministrado na sede do Mutirão, que funciona como Centro de Formação [...]” (CUNHA, 2006, p.16)

7. “Semente de açaí de cor verde e preta.” (agricultor 01)

te 1000 (mil) rasas de açaí, 200 (duzentos) é destinada para o consumo em família e para atender a demandas dessa organização precisa complementar com produtos advindos de outros 40 agricultores de localidades próximas, os quais comercializam o açaí duas vezes na semana por um bom valor. Já a família 02 comercializa para o atravessador⁸, sendo aproximadamente 10% de sua produção total destinada para o consumo. Esta, embora seja sócia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri, não recebe assistência técnica e nem participa de trocas de experiências que vise contribuir com seus conhecimentos na agricultura, até mesmo porque não há incentivo por parte dessa associação.

No entanto, o agricultor da família 01 recebe assistência dos técnicos da CAMTA e participa de trocas de experiência por meio da mesma que ensina inúmeras maneiras de se fazer o cultivo, a qual tem contribuído significativamente para melhorar sua produção. Uma das experiências que aprendeu, colocou em prática e deu certo foi a de, por exemplo, plantar uma árvore e medir 4 (quatro) metros de distância de outra inserindo uma árvore de cacau entre elas, esta segundo ele, impede uma maior incidência dos raios solares, produz e não resseca a terra.

Durante as entrevistas e o conhecimento sobre o referido agricultor, percebe-se que este dispõe de boas e inúmeras experiências com a agricultura que foi adquirida não somente por meio da associação mencionada, mas também

8. Comprador que vai buscar o produto em suas residências, também conhecido como marreteiro.

por seu envolvimento direto com a terra, realizando plantios e manejos de açaí durante anos, tanto na sua propriedade quanto por contrato de outros moradores da localidade que sempre valorizaram o seu conhecimento.

Esse saber é bem exposto por ele quando indagado sobre o seu entendimento em relação ao conceito de agricultura, o qual afirma: “agricultura é saber plantar, todas as plantas consigo plantar, tem que verificar a posição se é próprio para plantar senão a produção não vai avante.” Já a agricultora da família 02 entende que: “agricultura é plantar, criar cerimbabo⁹, colher e cuidar da plantação.”

Percebe-se que em suas palavras o que designa a agricultura, diz respeito, principalmente as tarefas que realizam no estabelecimento familiar, enquanto o agricultor é bastante envolvido com o ofício de plantar, dando bastante ênfase para essa atividade, a agricultora trás outros elementos que envolvem certa tarefa da comunidade, condicionada, sobretudo, ao gênero feminino, como por exemplo, criar cerimbado, em que as mulheres mesmo não podendo ir realizar outras atividades da agricultura exercem o papel de contribuir, dando alimentação aos animais e cuidando das plantações.

Porém, quando se indaga sobre as perspectivas futuras que ambas as famílias possuem em relação ao trabalho na agricultura, as mesmas afirmam que é o investimento na produção do açaí, principalmente, pois este além de fazer

9. Inclui os animais que são criados no estabelecimento familiar, como galinha, porco e pato.

parte do consumo diário, trás rentabilidade. Sendo que a família 02 pretende investir na piscicultura para a criação de peixes em poços escavados, pois na localidade Rio São Lourenço não se encontra mais o pescado com facilidade. Embora, possua poços naturais de peixes como o mapará (*Hypophthalmus edentatus*), observa-se uma escassez drástica desse recurso que era bem comumente na comunidade e fazia parte da alimentação das famílias que alí residem, sobretudo, quando eram realizados os bloqueios para a captura em que a população local percebia a fartura, chegando a abastecer até aproximadamente 45 (quarenta e cinco) basquetas¹⁰ desse pescado, e com a falta as famílias sentem a necessidade de procurar outras maneiras para obtenção de seus sustentos, como exposto pela família 02.

No entanto, percebe-se que os sistemas de produção desta, apresenta-se com grande interferência, sobretudo, no que diz respeito à paisagem, com certa tendência à homogeneização, enquanto que o da família 01 é bastante diversificado e segue os princípios da agroecologia como a *agrobiodiversidade*, bem perceptível nos croquis abaixo, elaborado pelas famílias:

10. Espécie de caixa plástica vazada utilizada para armazenamento e transporte com tamanho aproximado: 60 x 33,5 x 27,5 cm (larg x comp x alt)



Fig. 2: Croqui do sistema de produção da família 01



Fig. 3: Croqui do sistema de produção da família 02

Também, observa-se que estes estabelecimentos familiares não é só um lugar de produção como bem destacado nos croquis acima pelas mesmas, as quais desenharam não somente suas atividades produtivas, mas suas residências e vizinhanças, além do rio e igarapé por onde circulam. Por este motivo, Ploeg (2014, p.8) considera que o estabelecimento familiar “é também o lar da família agricultora. É o local a que pertencem as pessoas, além de ser o lugar que lhe proporciona abrigo. Em suma, é onde a família vive e onde as crianças crescem.”

E por essa notável consideração que o agricultor da família 01 consegue fazer até mesmo certa contextualização histórica a respeito das transições e/ou modificações nas formas de trabalho na agricultura ao longo dos anos, a qual fez parte de sua vivência desde o tempo de seus avós até o de seus netos, sobretudo, no que diz respeito as práticas de cultivo que eram realizadas anteriormente, pois nas propriedades predominava a borracha, o cacau, a cana de açúcar, as quais atualmente inexistem na localidade. O entrevistado destaca ainda o motivo pelo qual esses cultivos foram extintos na localidade, o qual vivenciou todos os entraves que perpassaram pela agricultura, como as ameaças internas e externas a esta, das quais Ploeg (2014) considera.

As ameaças internas e externas os quais passaram diz respeito a certos monocultivos que eram desenvolvidos na época de seus pais e avós, como o cacau, a cana de açúcar, entre outros, os quais seguiam a lógica do capital, onde os agricultores reservavam grandes extensões de terra para o cultivo intenso de certos tipos de espécies vegetativas em larga escala com grande interferência na paisagem, sendo que esta foi insustentável a longo prazo, pois sabe-se que uma baixa diversidade genética os torna vulnerável.

O que não foi diferente com o cultivo do cacau que o agricultor menciona durante a entrevista, o qual era abundante na localidade Rio São Lourenço e tinha um bom mercado, porém, com o advento da “vassoura de bruxa”¹¹ sobre esse

11. O termo **vassoura-de-bruxa** é aplicado a um tipo de doença ou sintoma de doença de plantas em que ocorre um desenvolvimento anormal do tecido me-

tipo de cultivo, foi o suficiente para que o mercado deixasse de adquirir este produto na comunidade e regiões próximas. Desse modo, os agricultores tiveram que modificar o tipo de cultivo e muitas famílias sentiram-se prejudicadas e até hoje sentem as marcas destes efeitos.

Ainda com relação às mudanças das formas de trabalho na agricultura, a agricultora da família 02, percebe que houve substituições de algumas ferramentas que eram utilizadas para o trabalho na propriedade, como o terçado e machado, porém atualmente já se tem o motosserra, a roçadeira e instrumento de apanhar o açai.

Percebe-se, com isso, que ambas famílias possuem visões diferentes das dinâmicas ocorridas ao longo do tempo, sendo estas essenciais para se compreender as diferentes transformações históricas e atuais, as quais vislumbram tanto no meio físico, biológico, social e econômico do lugar, em especial da agricultura, podendo até mesmo ser um critério de debates na escola do campo, partindo dessas memórias, repensando e incorporando elementos como o tempo, espaço e natureza da qual Waldaman (2006) considera.

3.2. Caracterização da escola e relação com as famílias

A escola em que os filhos e netos das famílias agricultoras frequentam está localizada no meandro do Rio São Lourenço, na comunidade do Botelho, próximo ao rio Maiaua-

ristemático ou superbrotamento. (Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Vassoura-de-bruxa>> Acesso em: 27/08/2017)

tá, município de Igarapé-Miri-PA. A mesma foi inaugurada em 2009 e funciona pelo Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), na qual são ministradas três disciplinas a cada dois ou três meses, tendo um corpo docente que são de várias cidades (Igarapé-Miri, Abaetetuba, Belém). Funciona desde o ensino fundamental menor até o ensino médio e contempla estudantes tanto do Rio São Lourenço, quanto de outras localidades próximas, como por exemplo: Rio Juarembú, Cotijuba, Iateua, Ana Igarapé, Rio das flores e Maiauatá.

Em entrevistas com duas famílias agricultoras do rio São Lourenço sobre as vantagens e desvantagens da referida escola, as mesmas relataram inúmeras situações que se apontam como negativas, na qual seus filhos sentem a ausência de material didático na escola, pois os livros que chegam à instituição anexa não são encaminhados à escola ou a gestão não vai até à cidade fazer uma verificação para trazê-los; a maioria dos ventiladores não funciona; as cadeiras encontram-se danificadas e com número insuficiente para a demanda de alunos; superlotação, pois a escola tem capacidade para 400 alunos, porém matriculam aproximadamente 600 alunos, mesmo tendo escola de ensino fundamental nas localidades próximas os pais preferem mandar seus filhos para esta instituição.

Com isso, até mesmo o Programa Mais Educação¹², encontra-se com problema em seu funcionamento, pois os pro-

12. “Criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para in-

fessores deste atuam no mesmo espaço com o professor de classe, devido não ter sala de aula suficiente para atender os alunos em seus departamentos e por conta do transporte escolar não comportar as turmas dos outros horários, sobretudo, o da localidade rio Juarembú que vem enfrentando problemas com o assoreamento do rio, e o transporte não pode ser muito grande, pois não passaria por determinados locais em maré baixa.

Em virtude disso, a família 01 que têm acompanhado seus netos na escola, em nas reuniões de pais, relata que esses problemas têm interferido no desenvolvimento de um deles, pois há um acúmulo de conteúdo e informações repassados no mesmo turno e as crianças não estão conseguindo acompanhar e se adaptar a essa dinâmica, ao contrário do ano de 2015 que funcionou muito bem.

A referida família relata também problemas no aprendizado de seu neto que está com 13 anos de idade, porém ainda não aprendeu a ler, na qual associam o seu mal desempenho à conduta de uma docente da educação infantil que possui caráter autoritário em sala de aula e tem deixado inúmeras crianças traumatizadas, embora sua família seja

dução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.” (Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes/195-se-cretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/16689-saiba-mais-programa-mais-educacao>> Acesso em: 28/08/2017)

participativa na escola, sente-se impossibilitada de ajudá-lo, visto que não possuem uma escolaridade avançada que lhe permita conduzir ao aprendizado da leitura. Esta mesma família afirma que poderia melhorar o papel da escola na vida das famílias, sobretudo, os professores que nem sempre são comprometidos com a educação.

Nesse sentido, a agricultora da família 02, complementa que poderia melhorar com os docentes dando mais atenção para os pais, embora esta não participe com frequência nas reuniões, esse é um indicativo de que pode estar havendo uma ausência de diálogo entre os professores e pais dos alunos, e talvez estes não estejam encontrando mais sentido em participar do dia a dia da escola, além de suas ocupações nas atividades diárias, as quais coincide, muitas vezes, com o horário de reunião, impossibilitando-o de se fazer presente, sobretudo, no turno da manhã, muitos que tem o trabalho na agricultura, por exemplo, como a tarefa de apanhar o açaí, a qual precisa ser realizada pela manhã enquanto há menor incidência dos raios solares e a temperatura da palmeira não encontra-se muito elevada. Com isso, deixam de comparecer às reuniões, visto que precisam garantir o sustento de suas famílias.

Diante disso, entende-se que a escola precisa atentar e se adequar a essas dinâmicas do contexto local, sobretudo, as que estão ligadas ao trabalho na agricultura, para que haja compatibilidade de horários entre escola e família, contribuindo assim para uma aproximação maior de ambos. Nesse sentido, Cruz (2013, p.107) afirma que: “ a escola precisa

assumir a tarefa de fomentar a participação dos sujeitos sociais tanto no seu interior, como na busca de alternativas para a realidade mais ampla em que se encontram.” Contudo, percebe-se que ainda há entraves nesse quesito, o que dificulta o diálogo.

Durante as narrativas das famílias entrevistadas foram colocados outros problemas que a escola enfrenta relacionados à água que os alunos consomem, pois embora a escola seja contemplada com rede de energia elétrica, freezer e bebedouro, os alunos ainda não puderam fazer uso, visto que o poço artesiano construído para esta finalidade não deu certo por conta da má qualidade da água e a escola sugeriu que a comunidade contribuísse para a construção de outro, porém nem todos os pais dos alunos têm condições financeiras suficientes para custear, além de se sentirem receosos de não dar certo outro poço novamente, visto que se trata de área de várzea, a qual nem sempre apresenta condições geológicas propícias para implantação deste.

Com isso, evidencia-se a carência da escola no que diz respeito às questões básicas, a qual não tem recebido a devida atenção do poder público municipal e estadual, relevando ausências de recursos essenciais necessários para a manutenção dos estudantes campesinos.

É importante ressaltar que mesmo a escola passando por inúmeras situações como as destacadas aqui, os pais reafirmam que esta tem um papel essencial para o ensino e aprendizagem de seus filhos, os quais mesmo não podendo acompanhá-los em todos os momentos da escola, vêm a

importância dos estudos para a família como o simples ato de aprender a ler e escrever.

3.3. Coordenação pedagógica

Quando se fala na atuação do coordenador pedagógico na escola do campo, remete-se a complexidade que engloba todo o seu trabalho, pois sabe-se que esta não envolve o simples ato de “fiscalizar” os professores como afirma Oliveria, Santos e Peixoto (2016) e auxiliá-los no processo de ensino-aprendizagem apenas com foco nos conteúdos disciplinares, visto que a escola do campo abarca outros saberes como os informais, porém, muitos não conseguem ver o contexto do aluno do campo, as atividades produtivas de suas famílias, as transformações socioambientais de suas comunidades, entre outros aspectos que se fazem presente no âmbito de suas vivências e que é de suma importância serem discutidos na escola.

Por isso, o coordenador pedagógico da escola campesina precisa ir para além de somente conhecer o funcionamento da instituição e ficar atento à realidade dos estudantes para direcionar os professores, sempre que possível, nas atividades pedagógicas para que sejam integradas ao cotidiano do educando. Podendo realizar, até mesmo, formação continuada com estes, sobretudo, aos docentes que não conhecem a dinâmica da comunidade a qual atuam.

Porém, em entrevista realizada com a coordenação pedagógica da referida escola do campo, sobre como a mesma desenvolve o seu trabalho, percebe-se, de imediato que

a mesma não tem uma compreensão do que realmente envolve suas reais funções na escola, seu relato pauta-se a dificuldades financeiras da escola, resumindo suas atribuições somente a reuniões com os professores, em suas falas há carência em relação ao seu entendimento a respeito de sua real atuação no contexto escolar. A mesma não consegue expor sobre outras atividades na escola para além das reuniões de planejamento que realiza com os professores, as quais se restringem somente a dificuldades dos alunos nos conteúdos disciplinares.

De acordo com exposto em seu relato, estas reuniões envolvem os professores de educação infantil separadamente, e cada módulo três reuniões com os professores do SOME, os quais observam as dificuldades dos alunos durante as aulas e comunicam à coordenação ao final nestas reuniões. Em sua narrativa, a coordenadora expõe ainda que :

“(...) a estrutura da escola é carente de coordenador pedagógico, uma escola que atende desde a educação infantil até o ensino médio, funciona o Programa Mais Educação e só tem um coordenador pra fazer muita coisa, eu estou a pouco tempo aqui (06 meses), não sei se você sabe, mas estou aqui por indicação política, (...) queria que você considerasse qualquer coisa que eu falar aqui, porque não tenho muita experiência com coordenação pedagógica, eu sou um pouco tímida também, sei pouca coisa ainda, mas assim ninguém chega aqui sabendo tudo né, é com a experiência que a gente vai adquirindo.

Antes de eu assumir esse cargo não imaginava que fosse tão trabalhoso (...) Além do trabalho aqui na escola tenho que está me ausentando pra resolver outras situações. Hoje como eu não pude sair, porque estou com 40 dias de operada (...) os diretores que tiveram de se ausentar, porque ficamos sabendo que a escola perdeu 4.000 (quatro mil) em recursos. E com essa crise agora a educação tem perdido muito (...).”

Este é um fator muito preocupante, pois além da escola nucleada não dispor de mais profissionais para atuar na coordenação pedagógica, a única coordenadora atuante revela problemas como a sobrecarga de trabalho, bem como a falta de qualificação adequada diante de uma função tão essencial. Segundo Oliveira e Guimarães (2013.p. 95): “O trabalho do coordenador numa instituição de ensino é bastante amplo e complexo, muitas vezes, ele nem se dá conta disto, talvez por uma formação inicial ineficiente ou pela falta de formação continuada.”

Nesse sentido, considera-se que mesmo a profissional não tendo certa experiência na coordenação como exposto em sua narrativa, mas ao assumir essa função precisa ter consciência dos desafios a serem enfrentados durante sua atuação, como afirma Paiva (2001, p. 06 *apud* OLIVEIRA, SANTOS e PEIXOTO, 2016, p.3). Segundo ele, “o mesmo deve ser dinâmico e estratégico estar atento às mudanças que ocorrem na sociedade e acima de tudo atuar com o objetivo de cumprir a proposta pedagógica”.

No entanto, a escola ainda não dispõe nem mesmo de Projeto Político Pedagógico (PPP), segundo a coordenadora, o mesmo ainda está em construção e dentre as dificuldades enfrentadas para a implementação das ações propostas neste, a mesma afirma que algumas funções de planos não são desenvolvidas por falta de recursos, pois o financeiro da escola não supre todas as necessidades, relata também a situação atual do município de Igarapé-Miri, PA que não tem contribuído para atender nem sequer as necessidades básicas da escola, até mesmo a caixa d'água que a instituição precisa, dentre outros recursos. Afirmou também que a escola está se articulando para a realização de sorteios com o intuito de conseguir recursos para tal, pois vê a necessidade de sempre procurar outras maneiras de consegui-los para a escola, devido o descaso do governo.

Percebeu-se que a maior preocupação da coordenadora está em procurar estratégias para sanar as dificuldades relacionadas às questões financeiras e estruturais da escola (o que é plausível), porém, ao se ater mais a essa questão que diz respeito aos órgãos públicos, desvia de suas outras atribuições que são essenciais para o sucesso no ensino e aprendizagem dos educandos. Até mesmo, a criação do ambiente participativo e democrático da escola estreita-se mais aos professores, não há uma articulação com os diversos atores escolares, como o conselho de classe¹³, por exem-

13. “É o espaço ideal para uma avaliação diagnóstica da ação pedagógica, feito por professores, alunos pais, gestores de mais membros da comunidade escolar.” (MERCADO, 2010?, p.8)

plo, que é essencial para poder estar discutindo as demandas da escola.

Em indagação sobre como a escola vem trabalhando a articulação do currículo escolar com a realidade dos alunos a mesma apresentou dificuldades em responder, visto que não se tinha uma compreensão do que consistia o currículo. Porém, a partir de uma explicação mais detalhada sobre a respeito, a mesma afirma que não há, sobretudo, no SOME, porém acredita que deveria ter, mas segundo o que tem percebido, não há uma estabilidade ampla para os professores do SOME trabalhar, visto que os mesmos precisam passar o conteúdo de forma muito corrida para as turmas. Ressalta ainda, que este é um fator preocupante, pois a escola ultimamente tem enfrentando outro fator negativo que é a reprovação de inúmeros alunos, sobretudo, os do 9º ano (ensino fundamental) e ensino médio, especialmente nas disciplinas de física, biologia, matemática e língua portuguesa, na qual muitos não conseguem acompanhar essa dinâmica, com isso, a coordenadora tem percebido também evasão escolar, a mesma relata:

“Quando esses alunos ficam reprovados, eles ficam muito tristes, eles chegam comigo e falam: eu estudei, prestei atenção na explicação do professor, mas não sei porque não consegui, a culpa não foi minha. E eu fico assim, com uma dó de ver eles falando, porque eu sei como é difícil, eu tenho uma filha, aí eu vou converso com os professores sobre essas situações. Da última vez mesmo a profes-

sora passou a prova de recuperação eles não conseguiram alcançar a nota, aí ela resolveu dá mais uma chance pra eles, deixou uma prova pra eles aqui, se caso tivesse quem passasse era pra passar pra eles e depois ela via essa questão de nota, mas mesmo assim alguns não conseguiram, e infelizmente ficaram reprovados 06 alunos do 9º ano.”

Diante disso, entende-se que o ensino no campo precisa ser repensado, não podendo ficar restrito somente a critérios avaliativos e entre quatro paredes, com pincel, quadro e material didático estruturado a partir da lógica hegemônica de produção do conhecimento, pois é assim que tem sido trabalhada a “educação”, totalmente distanciada dos processos de produção da vida, da cultura da população que vive no campo, limitando o desenvolvimento dos sujeitos e impondo-os uma educação escolarizada visando à subordinação ao capital.

Dentre outros desafios, a coordenadora afirma ainda que não há acompanhamento das famílias, estas não são participativas na escola, segundo ela o grande problema é que os pais destas localidades que a escola atende não possuem uma escolaridade mais avançada e esse fator implica também, visto que muitos nem sequer verificam o caderno que seus filhos estudam, pois não podem ajudá-los nas atividades, a única fonte que os alunos encontram para sanar suas dúvidas é somente pela escola, pois nas localidades há poucas pessoas com qualificação até mesmo para ajudar os alu-

nos com aulas de reforço. Segundo ela, os do ensino fundamental menor ainda conseguem, porém os do fundamental maior, muitos já não conseguem acompanhar as aulas.

Entende-se, com isso, que a educação estritamente escolarizada, impede a até mesmo, o diálogo da família com a escola, pois os pais podem não se vê como parte da construção do conhecimento de seus filhos e a única fonte de saída que os filhos encontram para aprender é na lógica que um dia irá lhes “arrancar” de seus espaços, tendo que deixar toda sua vivência para sobreviver em lugares que muitas vezes não correspondem aos seus anseios.

Dentre os desafios enfrentados em seu papel de coordenadora pedagógica, a mesma afirma que são inúmeros, como os já relatados, porém não se atenta apenas em escrever projetos e engavetá-los, a mesma prefere acompanhar diariamente os alunos para fazer acontecer a aprendizagem. Porém, entende-se com isso que a escola acaba funcionando somente por improviso, “ficando as atividades conduzidas por ações espontaneístas, emergenciais, superficiais, baseadas no bom senso” da qual apontam Oliveira e Guimarães (2013, p. 96).

Nem mesmo, exemplos de experiências de articulação de saberes para a produção de um trabalho coletivo na escola não foram apresentadas pela instituição, com isso, aponta-se o total descompromisso com a comunidade, seus saberes, seu trabalho, sua cultura, talvez esse seja outro fator da evasão escolar, além das reprovações, pois os educandos podem não estar encontrando mais sentido em ir para escola,

muitos se deslocam de suas localidades bem cedo com dificuldades e muitas vezes não conseguem alcançar seus objetivos, podendo estar sentindo-se desestimulados.

Em indagações ao gestor escolar sobre essa situação, o mesmo associa a evasão dos alunos às atividades na agricultura, pois no período de safra do açaí os mesmos deixam de estudar, segundo ele, a maior ocorrência deu-se nos últimos anos em que houve certa mudança no tempo (dinâmicas climáticas) e o período de safra se estendeu até Janeiro, Fevereiro. Com isso, alguns dos alunos tiveram que se ausentar, não concluindo o ano letivo. A gestora complementa que muitos desses estudantes preferem trabalhar, pois são jovens e necessitam adquirir suas fontes de renda.

Diante dessas colocações pensa-se que uma das alternativas para que estes estudantes continuem na escola seria a implementação da pedagogia da alternância, a qual “é entendida como uma metodologia que combina períodos integrados de formação na escola e formação na família/comunidade, possibilitando a flexibilização da organização do trabalho pedagógico em alternâncias e adequando-o à realidade dos sujeitos educativos. De acordo com o parecer CEB n. 01/ 2006 do Conselho Nacional de Educação, a metodologia recomendada a ser adotada nas escolas do campo é a pedagogia da alternância.” (SOUZA; MENDES, 2012, p. 258)

Portanto, entende-se que a educação do campo ainda precisa avançar nesse quesito, a mesma precisa proporcionar aos educandos espaços socioeducativos integrados com suas realidades, no caso desses jovens poderiam ser consi-

derados os conhecimentos que já trazem a respeito da agricultura e promover cursos e trocas de experiências que sejam aplicáveis de forma sustentável nas propriedades em que trabalham como as que seguem os princípios da agroecologia já mencionados ao longo deste artigo por uma das famílias entrevistadas. Agregar esses conhecimentos envolvendo também a comunidade no processo de ensino-aprendizagem, por mais que muitos pais não possam ajudar os seus filhos com os conhecimentos formais, como bem colocado pela coordenadora em seu relato, mas seus conhecimentos empíricos são de extrema relevância no ambiente educativo.

4. Considerações Finais

Ao longo desta investigação depreendeu-se que embora uma das famílias possua boas experiências agroecológicas, esse ambiente de “sucesso” no da agricultura não tem influenciado na escola, visto que a mesma ainda trabalha com a educação no estilo urbanocêntrico e considerando apenas os conhecimentos formais.

Talvez pela falta de uma formação continuada dos atores do processo educativo, e um conhecimento mais aprofundado sobre as famílias e seus contextos, ou por certo comodismo, pois mesmo a coordenação residindo em localidade próxima da escola ainda vê a educação distanciada da realidade dos estudantes e de suas famílias.

Diante disso, entende-se que ainda precisa-se avançar em uma concepção do que se entende por educação nas es-

colas campesinas, percebe-se que a lógica hegemônica nesses espaços de produção do conhecimento ainda é um entrave para que a educação do campo realmente se efetive, os sujeitos do processo educativo precisam entender o real sentido da educação para a população do campo, a qual não pode está distanciada de seus processos de produção da vida.

Referências

- AGIER, Michel. **Encontros etnográficos: interação, contexto, comparação.** São Paulo: editora Unesp; Alagoas: Edufal, 2015. 100 p.; 21 cm.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de formação de educadores(as) do campo.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72,, maio/ago. 2007.
- BORGES, Eloisa da Silva. Educação do Campo como processo de luta por uma sociedade justa. In: GHEDIN, Evandro. (Org.) **Educação do Campo: epistemologia e práticas.** São Paulo: Cortez, 2012.
- CALDART, Roseli Salete. **Escolas do Campo e Agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida.** Fevereiro de 2016.
- CUNHA, Elaide Martins da. **Mutirão e trabalhadoras de Igarapé-Miri: açaí como alternativa econômica no contexto de gênero.** Papers do NAEA nº 206. Belém, Dezembro de 2006.
- CRUZ, Renilton. **A formação para o trabalho no âmbito da família camponesa e da Escola de Ensino Médio Rural.** Rev. Fac. Educ. (Univ. do Estado de Mato Grosso), vol. 19, ano 11, n.1, jan./jun. 2013.

- IL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MERCADO, Elisângela. **O papel do coordenador pedagógico como articulador no processo ensino aprendizagem: reflexões sobre o conselho de classe**. In: V ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL). Alagoas, Agosto, 2010?
- WALDMAN, Maurício. **Meio ambiente e Antropologia**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.
- OLIVEIRA, Joelma Miriam de; SANTOS, Amanda Fernanda dos; PEIXOTO, Niziany Sales. **Atuação do coordenador pedagógico nas escolas campesinas: limites e possibilidades**. In: III CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU). Ed. Realize, Natal/ RN, 2016.
- OLIVEIRA, Juscilene da Silva; GUIMARÃES, Márcia Campos Moraes. **O papel do coordenador pedagógico no cotidiano escolar**. Revista científica do centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues. Janeiro de 2013.
- PLOEG, Jan Douwe Van Der. **As dez qualidades da agricultura familiar**. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia. Editora: AS-PTA. Fevereiro de 2014.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**– 2ª Ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: <www.feevale.br/editora> Inclui bibliografia.
- ROSSI, Rafael. **Educação do Campo e agroecologia: da perspectiva reformista à necessária práxis revolucionária**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 171-174, Jan./Jun. 2015.

SOUZA, Adria Simone Duarte de; MENDES, Geancarla Coelho. O trabalho docente do educador do campo e a pedagogia da Alternância: elementos para reflexão e discussão. In: GHEDIN, Evandro. (org.) **Educação do Campo: epistemologia e práticas**. São Paulo: Cortez, 2012.

ESCOLA DO CAMPO E O FAZER PEDAGÓGICO: UMA DISCUSSÃO NA ESCOLA SÃO MIGUEL II – ABAETEZINHO

Simone do Socorro Abreu dos Santos

Mayara Helenice Brito Ribeiro

Suzete Perera Fonseca

Geovanna de Lourdes Alves Ramos

1. Introdução

O presente artigo apresentará um pouco do perfil da Escola do campo fazendo uma discussão sobre o papel da agroecologia em relação às famílias campestres e o papel do coordenador pedagógico nas escolas do campo.

Discutir as escolas do campo como um espaço para a agroecologia é adotar políticas de inclusão no meio rural e prático quando falamos em educação para todos a relação das escolas do campo com a agroecologia é hoje necessária e possível em todas as escolas em suas circunstâncias, porém a realidade rural ainda necessita de mudanças e práticas facilitadora que possam viabilizar cada vez mais acesso às famílias no contexto de busca educacional.

O coordenador pedagógico é um sujeito indispensável em desenvolver práticas facilitadoras na educação do campo, pois diante de uma larga escala de demandas, seu pa-

pel não é apenas de um mero espectador, mas de suma importância no espaço escolar rural e de tudo o que gera no seu fazer pedagogicamente de acordo com as alternâncias da vida rural.

2. Escola do Campo e Agroecologia

A Educação do Campo é uma política voltada para os espaços rurais, que por séculos foram segregados do contexto sócio histórico geral no Brasil, gerando diversos problemas as populações camponesas, que compõem os indígenas, quilombolas, ribeirinhos e lavradores em geral. Assim, adotar políticas de inclusão no meio rural, nem sempre é uma tarefa fácil para os entes que compõem as organizações que lutam pelo campo, porém, é necessário que haja um olhar mais real e prático quando falamos em educação para todos e educação ao longo da vida, previstos na perspectiva do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), criados me meados da década de 90. Este programa veio para tentar amenizar o atraso educacional presente em meio a população camponesa, como distorção idade/série, falta de formação profissional, dentre outras atividades.

Nesse ínterim, importa que façamos uma relação entre escolas rurais e agroecologia, objetivando uma maior afirmação das políticas voltadas para as escolas rurais, sendo a agroecologia umas das alternativas para que as práticas de produção no campo, sejam efetivadas, expostas e valorizadas tais como são, e assim, gerando maior valor e custo benefício para essas populações. Para Caldart (2016, p. 01):

“A relação das escolas do campo com a agroecologia é hoje necessária e possível, e em todas as escolas, cada qual em suas circunstâncias”. Tal relação vem sendo construída com base nos coletivos camponeses e institucionais que se instalam nas discussões no meio desse povo, que por hora, ainda sofre com preconceito e exploração.

Diante disso, surge uma preocupação que visa valorizar o meio rural, através da agroecologia, pois, “Aproximar a agroecologia das escolas do campo integra este movimento de transformação social mais amplo e nos exige ‘nadar contra a maré’”. (Caldart, 2016, p. 01). Este ‘nadar contra a maré’ de fato é algo necessário, pois em se tratando das populações rurais, o descaso tanto de políticas quanto de serviços públicos é descomunal, perceptível em muitos lugares e por muitas entidades relacionadas. Ou seja, impera que a agroecologia venha contribuir fortemente nessa demanda de ascensão sócio educacional.

De forma mais específica, Agroecologia é uma ciência que busca fomentar as práticas de agricultura e conscientização no meio das populações rurais, bem como desenvolver técnicas de incentivo equilibrado de produção, gerando uma cultura de economia familiar bem sólida.

É essencial entender a diferença de lógicas: as práticas da agroecologia não supõem apenas a substituição de agrotóxicos e outros insumos sintéticos por insumos de base biológica, deixando intacta a estrutura da monocultura. (Caldart, 2016, p. 03).

A agroecologia visa criar alternativas para o manejo de recursos naturais, que são fundamentais na produção das atividades agrícolas, para a sustentabilidade. E, outra forma de garantir essa demanda agroecológica é por meio da produção em larga escala, visto que os empresários já notaram que as populações rurais possuem grandes possibilidades de crescimento. Nessa perspectiva, a agroecologia também surge para garantir a valorização da natureza, pois muitas vezes os próprios povos camponeses não o fazem, e com isso ainda existem os grandes latifúndios que exploram bastante este espaço, pois:

(...) a biodiversidade é desprezada como fator de produção e se entende que a fertilidade do solo, que diminuiu drasticamente pela simplificação operada no ambiente, pode ir sendo reposta por insumos artificiais, desconsiderando-se a dificuldade de reverter a deterioração causada pela produção forçada de ciclos e processos próprios da natureza. (Caldart, 2016, p. 03).

Por fim, importa ressaltar a importância da agroecologia relacionada aos espaços educativos, a fim de que haja crescimento intelectual entre os atores existentes nesses meios, para que enfim, as populações rurais possam utilizar-se do seu espaço como um todo.

4. Família camponesa e a Escola Rural

Dentre as várias instituições sociais, a família se destaca por ser um ambiente privilegiado para a prática educati-

va, uma vez que além de ser o primeiro grupo de contato social dos mais jovens, ela é uma das instâncias mediadoras entre o indivíduo e a sociedade”. (Cruz, s.d. p. 130)

A família é um dos primeiros espaços de convívio social, sendo, possivelmente, a instituição mais importante na vida de um indivíduo. E, sendo esses ambientes os dotados pela educação informal, se torna um espaço de grandes conquistas e discussões que têm o poder de transformar a vida dos sujeitos que dela fazem parte e com ela se relacionam.

E, nesse sentido, pode-se caracterizar as estratégias educativas familiares como um conjunto de elementos culturais condicionados historicamente, transmitidos nas relações cotidianas vivenciadas no seio da família, especialmente, mas não exclusivamente, pelos mais velhos aos mais jovens. (Cruz, s.d. p. 130)

Importante ressaltar neste viés de discussão, que as famílias acabam sendo um reflexo do ato educativo escolar e vice-versa, sendo a escola o corpo que vai dar estrutura social para o sujeito do campo, sendo que muitas vezes, o mesmo não consegue ter ascensão apenas por meio da hereditariedade familiar, dependendo de questões externas, como o processo de escolarização para que se ocupe novos espaços e novas atribuições sociais.

Para Cruz (s.d., p. 131):

Nas últimas décadas do século XX, diante da grave crise vivida pelo capital, o neoliberalismo e o toyotismo surgem como respostas aos problemas enfrentados pela acumulação capitalista no contexto da globalização. Novamente a educação passa a ser vista como fator de desenvolvimento e crescimento econômico e expressões como ‘sociedade da aprendizagem’, ‘sociedade da informação’, ‘sociedade da aprendizagem’, ‘aprendizagem ao longo da vida’ ganham cada vez mais espaço nos discursos econômicos, políticos e educacionais.

Esse processo de ascensão social que os indivíduos tanto almejam pode ser oriundo de boas relações existentes entre escola e família, tão primordiais para os sujeitos do campo, pela falta de oportunidades existentes para os mesmos, a não ser pelas políticas de educação como a Pedagogia da Alternância, os cursos superiores em Educação do Campo e os cursos técnicos voltados para a Educação de Jovens e Adultos, como o Projeto Neputira, por exemplo, desenvolvido no meio rural da cidade de Moju (distante 25 quilômetros de Abaetetuba) que ofertava não só formação escolar, mas também curso técnico sobre a área de atuação do discente.

Enfim, a realidade rural ainda necessita de mudanças, porém, gradativamente elas vêm ocorrendo por meio de muitos atores sociais que se destacam por meio de pesquisas de campo e pesquisa ação, em que se colocam no lugar no outro e conhecem mais de perto a realidade educacional e familiar desses espaços rurais.

5. O papel do coordenador pedagógico na Escola Rural

Durante toda a trajetória da orientação educacional, configurou-se a concepção de aconselhamento, mas no contexto atual assume um caráter mediador junto aos educadores, atuando com todos os profissionais da escola em prol de uma educação de qualidade para todos. (Oliveira e Guimarães, 2013, p. 95)

No ambiente escolar, vários atores se destacam como parte de suma importância no processo de ensino e aprendizagem dos educandos, e nesse aspecto, surge o papel substancial do Coordenador Pedagógico. O profissional responsável em desenvolver práticas facilitadoras de aprendizagem, que faça a constante relação entre teoria e prática no seio educacional, com os pares, como professores e família.

O trabalho do coordenador pedagógico numa instituição de ensino é bastante amplo e complexo, muitas vezes, ele nem se dá conta disso, talvez por uma formação inicial ineficiente ou pela falta de uma formação continuada. (Oliveira e Guimarães, 2013, p. 95)

Diante de uma larga escala de demandas importantes no espaço escolar, o trabalho do Coordenador Pedagógico ganha proporção à medida em que este profissional encarna a realidade vigente e não se torna mero espectador do seu meio, e de tudo que gira em torno do que fazer pedagogicamente falando. Assim, o fazer pedagógico de uma escola do

campo, perpassa pela realidade da alternância, da vida rural, da questão da sustentabilidade, da acessibilidade em ter pessoas diversas e com histórias diferenciadas no meio educacional. O pedagogo de uma escola do campo deve estar atento a toda essa diversa realidade e assim, deve ter aspectos inerentes a quem atua nesse meio rural.

Para Oliveira e Guimarães (2013, p. 95): “O coordenador pedagógico, em suma, tem a responsabilidade de coordenar todas as atividades escolares, incluindo os educandos e o corpo docente”. Ele é a força motriz das atividades pedagógicas. Deve ser um constante pesquisador, motivador e líder atuante. Caso contrário, não haverá rendimentos na escola, e nem razão para os atores existentes se sintam capazes de mudar a realidade vigente.

Outro ponto forte do trabalho do Coordenador Pedagógico é a capacidade de se renovar, de se auto avaliar, de se envolver no fazer pedagógico, de estar em constante formação, se reciclando, a fim de que possa levar novidades aos atores e sujeitos existentes na escola rural, assim: “A ação efetiva do coordenador pedagógico com sua equipe escolar é de extrema importância para o bom trabalho, para a melhoria do fazer pedagógico da sala de aula”. (Oliveira e Guimarães, p. 98)

Por não existir fórmulas prontas a serem reproduzidas, é que o coordenador pedagógico e demais profissionais da educação devem buscar, sistematicamente, uma formação continuada para tentarem solucionar de forma

adequada os problemas que surgem no contexto escolar.
(Oliveira e Guimarães, p. 99)

Dessa forma, espera-se que o pedagogo escolar do ambiente rural possa estar sempre em atualização e constante atenção quanto ao conhecimento das políticas voltadas para a Educação do Campo, No Campo e Para o Campo.

6. Pesquisa de Campo na Comunidade Abaetezinho: conhecendo as famílias e a realidade escolar

A pesquisa de campo realizada neste trabalho foi direcionada por meio de questionários abertos, à Coordenadora da Escola São Miguel II e duas famílias residentes na comunidade rural Abaetezinho, as quais foi possível ter um vislumbre da realidade local, e de como esses sujeitos conseguem ver a Educação envolvida nesse meio.

A comunidade do Abaetezinho está localizada à Área Rural do Município de Abaetetuba – Pará. A comunidade possui em média 100 (cem) famílias residentes e tem uma forte característica ligada a religiosidade, pois possui 01 (uma) igreja Católica, por sinal a que agrega maior número de membros, tendo como padroeira Nossa Senhora de Nazaré; possui 01 (uma) igreja evangélica Assembléia de Deus, com uns 20 (vinte) membros e 01 (um) pequeno grupo de Adventistas do Sétimo Dia, composto por 07 (sete) pessoas. Além desse forte traço de fé, o que marca também esta comunidade são as atividades rurais de roça, as atividades esportivas de domingo e o espaço escolar que agrega um

pouco mais de 50 (cinquenta) crianças carentes da comunidade local.

Ao direcionar a pesquisa a Coordenadora da Escola, que possui as iniciais E. L. (por questão de ética não será revelado seu nome), a mesma respondeu a questões relacionadas aos desafios e perspectivas da relação pedagógica existente no espaço escolar, e das intervenções a serem realizadas por meio da pesquisa. As perguntas e respostas serão consideradas a seguir:

1 – Como você desenvolve seu trabalho de coordenação pedagógico na escola do campo?

A coordenadora E. L., diz que antes de tudo, inicia uma discussão com o corpo docente, para depois iniciar o planejamento propriamente dito. Apesar de serem poucos funcionários conseguem ter um bom planejamento para o semestre.

2 – Quais as dificuldades enfrentadas para implementação das ações propostas no Projeto Pedagógico da escola?

Relatou que em boa parte do tempo, também precisou atuar como professora de Educação Infantil, o que dificultou um pouco sua atuação enquanto coordenadora, mas que com apoio de todos, as coisas acontecem.

3 – Como a escola vem trabalhando a articulação do currículo escolar com a realidade dos alunos?

Há alguns projetos na escola, tais como: Tabuada e Leitura. Tais projetos têm causado impacto no aprendizado dos alunos.

4 – Quais os grandes desafios enfrentados no papel de coordenador pedagógico?

Relata a falta de apoio de pessoas e órgãos públicos. Porém, ela sempre busca se atualizar por meio de cursos de interesse pessoal.

5 – Você poderia dar um exemplo de uma experiência de articulação de saberes para a produção de um trabalho coletivo na escola?

Houve a realização de uma Feira Literária, onde as crianças realizaram exposições, leituras de textos, gincanas, atividades diversas como coleta de lixo na comunidade e visitação as famílias dos alunos, sobre a conscientização da dengue.

Diante desses questionamentos foi possível ter um vislumbre das questões situacionais existentes na escola do Abaetezinho, bem como do trabalho realizado pela coordenação pedagógica nesse ambiente rural pesquisado.

Com essa pesquisa, ressaltamos um pensamento de Oliveira e Guimarães (2013, p. 97):

A formação requisitada para o exercício da função de coordenador pedagógico não pode se resumir em um acúmulo de títulos, precisa ser um processo reflexivo e crítico sobre a prática pedagógica. Os cursos de pedagogia precisam investir na formação do coordenador, pois se trata de uma função essencial e complexa no campo educativo e que não dá para aprender somente com a

prática, é preciso desenvolver capacidades e habilidades múltiplas em consonância com a educação atual.

Seguindo no viés da pesquisa, também houve a entrevista com duas famílias rurais, com uma forte relação com a comunidade pesquisada. O primeiro grupo de pesquisados é composto por 07 (sete) pessoas, quatro adultos e três crianças. Os quais responderam 33 (trinta e três) perguntas relacionadas a vivência enquanto morador da comunidade, lavrador e pai de aluno.

Em relação ao histórico familiar, os pesquisados relataram que são oriundos de família simples, de numerosos componentes, usufruem da agricultura familiar, com o cultivo de mandioca, arroz, cupuaçu, açaí, pupunha, coco e milho. Sendo parte desta colheita para venda externa (20%), e o restante para consumo familiar.

Sobre os aspectos sociais, disseram que não fazem parte de nenhuma entidade organizacional, como Associação, Cooperativa ou algo referente, por não haver na comunidade. Os idosos da família são aposentados e os demais membros, além de atuarem no trabalho de roça, também recebem ajuda social do governo como do Programa Bolsa Família, que constitui parte significativa na renda mensal da família.

Sobre a relação família e escola, os entrevistados que possuem filhos em idade escolar ressaltam a importância do espaço educativo para o progresso de vida de suas crianças, valorizando a escola e seus atores, como de suma im-

portância para o crescimento do indivíduo enquanto cidadão, porém, ressaltam que a escola precisa da criação de um Conselho Escolar para que a escola seja autônoma e possa adquirir seus recursos e bens, sem precisar esperar do governo.

Ressaltaram que a escola desenvolve atividades lúdicas como gincanas, festa das mães, festa junina, e que isso tem causado um despertar nas crianças, e que o desempenho das mesmas vem melhorando dia a dia. Acreditam que apesar da escola possuir classes multisseriadas, ela tem cumprido seu papel dentro do que é possível, mas que o ideal ainda se encontra distante do esperado.

A maioria dos estudos sobre a família camponesa realizados no Brasil até a década de 1960 centra-se no seu aspecto econômico, no qual se destacam as investigações que a toma como unidade produtiva e que objetiva perceber as estratégias organizadas em torno da produção. (Cruz, s.d., p. 136)

O segundo grupo de familiares pesquisados é composto por 08 (oito) pessoas, sendo 06 (seis) adultos e 02 (duas) crianças. Eles também foram questionados em relação ao quadro de perguntas da pesquisa e responderam de acordo com a vivência que possuem na localidade do Abaetezinho.

Relataram que atuam na lavoura desde a tenra idade e que produzem carvão, farinha, cupuaçu, pupunha e plantios em geral. Para esta produção, consomem adubo ecoló-

gico, pois segundo eles agride menos o meio ambiente. Possuem uma preocupação muito grande com a lavoura, já que dela sai 50% do sustento de toda família.

Alguns membros recebem benefício do Bolsa Família, uma componente é servente escolar e os demais não possuem emprego fixo, sendo assim, a lavoura tem forte significado para o sustento do dia a dia. Ainda segundo os relatos, é necessário um grande conhecimento em plantio, enxerto e adubagem, a fim de que haja uma produção rentável e duradoura.

Sobre a relação desta família com a escola é percebido que se dá o valor necessário a este espaço escolar. Pois eles vêm a escola como um espaço acolhedor que serve para receber as crianças, para dar não só educação, mas outros serviços, como merenda escolar, lazer, e uma forma de ocupar positivamente o tempo das crianças, evitando que as mesmas fiquem pelas ruas, que no caso são caminhos e ramais.

O que se percebe em toda essa abordagem metodológica é que todos os atores envolvidos percebem na escola um espaço de discussões que pode ser capaz de transformar a vida dos indivíduos que por ela acabam passando, porém, demonstram que a escola por si só não consegue agregar todo o valor necessário a vida dos educandos, mas sim que a família é de suma importância nesse processo.

A família camponesa configura-se como um agente de formação não só em nível dos valores, mas também no nível profissional, uma vez que a unidade produtiva fa-

miliar é responsável, em primeira instância, pela formação de sua própria força de trabalho. A forma e o conteúdo da educação familiar camponesa são materializados a partir da articulação de variáveis diversas que dizem respeito à sua estrutura e às relações sociais estabelecidas, à relação com a terra e ao trabalho agrícola, bem como às condições econômicas, etc. (Cruz, s.d., p. 137)

Por fim, importa-nos ressaltar a grande importância da família dentro do processo de emancipação do sujeito rural, e da forma como as perspectivas de implementação das políticas voltadas para o campo, devem ser pautadas também na abordagem familiar, já que dela parte toda uma história de vida, repleta de memórias que fazem com que o aluno do campo se sinta partícipe e dono de sua identidade, como ser rural, sendo assim, a escola tem papel fundamental no fomento dessa valorização e descobrimento da identidade do campo, como algo de grande valor nesse processo.

7. Considerações Finais

Analisando o processo referente a educação do campo, baseado nas leituras teóricas e a pesquisa de campo realizada na comunidade Abaetezinho percebeu-se que a educação formal e as práticas advindas da realidade campesina, como também a agroecologia são de suma importância na vida das famílias rurais. A educação, porque é o instrumento principal que dá acesso aos conhecimentos dos direitos e deveres. E a agroecologia porque é um suporte importan-

te para que o campesino possa desenvolver e melhorar suas condições de renda.

Também é importante concluir a tarefa do coordenador pedagógico, pelo papel fundamental que ele tem na vivência da escola do campo, dando suporte às práticas do conhecimento do homem do campo. Para isso ele precisa estar em constante aprimoramento do conhecimento por meio das pesquisas para atuar diante das diversidades que estão postas na realidade do campo. Muito importante também é concluir sobre as entrevistas feitas com algumas famílias rural da localidade Abaetezinho, onde elas argumentaram seus anseios e seus sonhos por mais apoio na educação como na valorização da rica cultura que o campo proporciona e que na maioria das vezes não é reconhecida. Por tanto espera-se que o presente artigo tenha sido um pequeno esclarecimento que ajude na compreensão do processo educativo e da agroecologia mencionadas pelos embasamentos teóricos, as pesquisas e entrevistas feitas no decorrer do seu desenvolvimento.

Referências

- CALDART, Roseli. **Escolas do Campo e Agroecologia**: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida. Porto Alegre, 2016 (apostila).
- CRUZ, Renilton. **A Formação Para O Trabalho No Âmbito Da Família Camponesa E Da Escola De Ensino Médio Rural**. In: Revista da FAED – Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso. [s/d] (apostila)

OLIVEIRA, Jucilene da Silva. GUIMARAES, Márcia Campos Moraes.

O Papel Do Coordenador Pedagógico No Cotidiano Escolar.

In: Revista Científica do Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues. Ano I. Ed 1. Jan, 2013 (apostila).

EXPRESSÕES, EDUCAÇÃO E TRABALHO: CURSOS EM MOVIMENTOS, UM ESTUDO DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA

Rafael de Jesus Correa Quaresma

Dielle Santos Cezário

Eldaíze Mesquiza Cardoso

Mara Rita Duarte de Oliveira

1. Introdução

A vida no campo está diretamente relacionada com o trabalho, desde muito cedo os filhos já possuem contato com as atividades desenvolvidas pelas famílias, nem que seja apenas como observador, ali vão aprendendo, e aos poucos se inserindo no trabalho, desde cedo se aprende que a participação nas atividades das famílias é importante. Na verdade, todos se ajudam, é o que eu chamo de reciprocidade familiar.

E para quem é ribeirinho as dinâmicas são as mesmas o que muda apenas é o espaço de produção, isto é, cada família possui seu espaço e suas atividades, mas os rios são utilizados em comum, o qual não se restringe somente a navegação e a subsistência, pois a vida ribeirinha amazônica se faz nos cursos e movimentos das águas, nas idas e vindas da maré, o rio tem seu significado e ninguém é me-

lhor para desvendar estes do que aqueles que o habitam, os quais fazem e refazem suas interações como o mesmo todos os dias. O rio para estes sujeitos representa antes de tudo, vida.

Como nos sugere Victoria (2012).

O rio apresenta-se como o condutor do cotidiano, o senhor do tempo que emerge das pulsações da vida, das lágrimas que geram caminhos incertos no encontro com a humanidade presente às suas margens. A partir desse elemento, a água, é que nascem as comunidades ribeirinhas da Amazônia, com sua heterogeneidade, multiplicidade e particularidade. (VICTORIA 2012 p. 4)

Nesse mesmo sentido Tocantins (1988), enfatiza;

(...) o homem e o rio são os dois mais ativos agentes da geografia humana na Amazônia. O rio enchendo a vida do homem de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos na vida regional. (TOCANTINS, 1988, p. 233)

Ferreira (2012), abordando as dinâmicas socioespaciais e os modos de vida dos ribeirinhos na região amazônica, nos propõem que as interações desse grupo estão ligadas intensamente com o meio em que vivem mantendo múltiplas e complexas relações que garante a sua permanência e reprodução social. Quando diz;

O modo de vida, os costumes, as crenças, os hábitos, as peculiaridades linguísticas etc., refletem traços socio-culturais singulares e, por conseguinte, formas peculiares de reprodução socioespacial. São pessoas que vivem e convivem, existem e resistem, neste universo dinâmico e plural cheio de contradições que é o espaço amazônico. Suas histórias, diversidade social, cultural, econômica, étnica, entre outros, refletem o jeito próprio de ser e de viver destes ribeirinhos constituindo especificidades múltiplas tipicamente amazônidas e variavelmente complexas em suas múltiplas manifestações cotidianas. (FERREIRA, 2012 p. 91)

Contudo, Canto (2007), define ainda o sujeito ribeirinho como:

Aquele que vê na diversificação da produção, em que ocorre a combinação da agricultura, criação, extrativismo, pesca e a cultura de alto consumo e alto – sobrevivência. Esta concepção pode ser utilizada para caracterizar o **ribeirinho** que mora isolado, isto é, distantes dos núcleos de povoamento e vilas nas margens dos rios, tanto na várzeas como na terra – firme. (CANTO, 2007, p. 18)

A palavra *campo* muito nos remete a vida na roça, nas lavouras, as atividades agrícolas, ao trabalho na terra firme, mas existe um *campo* que é pouco conhecido onde se (re) produz formas de viver, de cultura, de educar, de continuar

plantando, pescando e confiantes que sempre poderão contar com a natureza. Viver nas ilhas, ser ribeirinho, caboclo, varzeiro ou quaisquer outras denominações que os represente, significa antes sujeitos que a cada dia lutam dignamente por sua subsistência atrelado aos seus modos únicos de viver e habitar a natureza.

Fazendo um apanhado geral sobre as características que distingue os ribeirinhos de outros grupos sociais, entre os urbanos e outras comunidades rurais, Diegues (1996), aponta algumas proposições tais como:

a) pela dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais com os quais se constroem o modo de vida; b) pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se refletem na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais...; c) pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente (DIEGUES, 1996, p. 87-88 *apud* FERREIRA, 2012 p. 87).

Contudo, há uma forte visão modernista que constrói estereótipos para quem vive as margens dos rios, e que considera os saberes tradicionais destes povos inválidos, estáticos quando comparados aos valores proveniente de uma “civilização moderna” que repudia o que é diferente e autêntico.

Nesse sentido, Santos, Salgado & Pimentel (2010), nos dizem que;

Na Amazônia é possível encontrar ao longo dos rios tais populações, as quais são vistos como ainda vivendo em um modo de vida “primitivo”, principalmente pelas populações citadinas, pelo fato de sobreviverem a partir da pesca, extrativismo vegetal e pequenas plantações de subsistência, onde a vida e dinâmicas são regidas pelo tempo da natureza, o rio. (SANTOS, SALGADO & PIMENTEL, 2010 p.1)

Victoria (2012), ao questionar essa ótica construída em relação ao homem ribeirinho nos coloca;

Caracterizadas geograficamente, como este espaço, onde grupos de famílias se reúnem em torno de atividades e interesses pautados nas relações cotidianas, as comunidades ribeirinhas da Amazônia expressam a singularidade dos modos de relação do homem com a natureza, muitas das vezes vistas através das lentes do exótico e que sem dúvidas fazem parte desse universo, mas não explicam as relações ali vividas, que apresentam outras vivências que caracterizam a cultura de uma comunidade ribeirinha na Amazônia. (VICTORIA, 2012 p.4)

Por isso é tão necessário que saibamos o que estes grupos de sujeitos fazem e são tão importantes quanto qualquer outro grupo social. Pois, entende – se que:

Povos e Comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que

possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (DECRETO Nº 6.040 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007).

E é a partir desse reconhecimento como sujeitos e comunidades ribeirinhas que intensificam e fortalecem sua identidade, pois, como defende Hall (2003), “a identidade está sempre descentrada, isto é, deslocada ou fragmentada” (Hall, 2003 p.8). Nesse propósito o autor refere-se a uma identidade que se forma a todo instante e constrói-se conforme as forças do local e as interferências das tradições que vão sendo “reconstruídas” dentro das próprias comunidades.

O cotidiano dos ribeirinhos de Abaetetuba, especificamente do Rio Tucumanduba-Baixo (local de pesquisa) se relaciona intrinsecamente com as atividades ali desenvolvidas, a pesca e o extrativismo do açaí são os principais meios de renda e subsistência das famílias, porém, esta última atividade de forma periódica, o que chamamos de “safra”¹⁴. Portanto, a pesca (de peixes e camarões) assume um caráter de maior representatividade na vida ribeirinha.

Outras atividades são desenvolvidas, com menor frequência e por pequenos grupos familiares como: o comércio, o trabalho oleiro, o artesanato, os roçados de cana-de-açúcar, extração de madeiras, plantações de outras culturas

14. Expressão utilizada para designar períodos de produção na comunidade.

(maxixe, melancia, cupuaçu), criação de animais (suínos e aves,) etc. Os ribeirinhos pesquisados em termo de profissão se caracterizam como pescadores artesanais, mesmo desenvolvendo outras atividades paralelas, como produção e extrativismo do açaí e outras citadas. É o que Furtado (1993), caracteriza como “pescador polivalente” sujeito que desempenha outras atividades além da pesca.

Este texto inicialmente apresenta considerações sobre o sujeito ribeirinho no contexto amazônico, e em seguida uma breve caracterização do espaço onde realizou-se a pesquisa, com isso buscou-se entender o contexto social dos ribeirinhos moradores da comunidade do Baixo Tucumanduba e de que forma a escola vem trabalhando a relação de ensino e aprendizagem no contexto do aluno das *ilhas*¹⁵, e se estão trabalhando nessa perspectiva de ensino voltado para os sujeitos que compõem o chão da escola, partindo de temáticas locais para entender outras realidades. Porém, considera-se primeiramente importante entender a sua própria realidade depois do outro.

Como metodologia para este trabalho de pesquisa foram considerados três passos iniciais, o primeiro constituído de leituras e revisões bibliográficas acerca do tema estudado, em seguida foram realizadas investigação de campo *in locus* com duas famílias da comunidade do Baixo Tucumanduba, considerando uma família próxima a escola Dom Ân-

15. Prefiro utilizar a expressão *ilhas* ao invés da palavra *campo*, como já me referi no início deste texto, pois entendo como contextos diferentes, apesar de ambas expressões remeterem ao meio rural.

gelo Frosi e uma distante da escola, e analisar de que forma essa distância ou aproximação influencia no contato com a escola.

Além de conversa informal com um servidor da escola que preferiu não ser identificado nesta pesquisa, como instrumento de coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevista com perguntas semiestruturadas. Contou também com a utilização de outros dados contido no caderno de realidade¹⁶ que foram necessários para caracterizar o espaço de pesquisa. E por última análise dos dados e elaboração textual.

2. Caracterização do espaço da pesquisa

O município de Abaetetuba localizado no nordeste Paraense, possui em sua extensão territorial um arquipélago contendo 72 ilhas, Conforme (SILVA *et al*, p.255 2015)¹⁷, dentre as quais se situa a ilha Palmar, onde está localizado o Rio Tucumanduba¹⁸, este mesmo possui alguns Igarapés como: Capitão, Rêgo, Ipiramanha, Acapú, Coelho, além baía do Ma-

16. Consiste em uma série de produção acadêmica que são realizadas durante pesquisas referente ao tempo comunidade do curso de Educação do Campo.

17. SILVA, L.R.P; SILVA, J.R; SILVA, L.L; SOUZA, M.P. **Agricultura Familiar Amazônica: Sistema de Produção – Ilha Campompema – Abaetetuba –Pará.** Fragmentos de cultura. Goiânia, V.25, 2015.

18. O nome Tucumanduba vem do Tupi e significa (fruto de planta espinhosa em abundância) fazendo jus a um fruto de uma palmeira que no início de seu povoamento existia em grande quantidade na região. O Tucumanzeiro (*Astrocaryon vulgare*), árvore típica da região amazônica que nesta localidade foi perdendo espaço para o açaí e outras culturas rentáveis. Tucumanzeiro (*Astrocaryon vulgare*) disponível em < www.portalamazoniadeaz.com.br> acesso em 25/08/2017

rapatá, todos localizados na comunidade do Baixo Tucumanduba onde inúmeras famílias habitam, a única forma de acesso é através dos rios, cuja distância até a sede municipal varia entre uma hora e meia à duas de viagem à barco.

Sendo no passado um importante polo comercial de Abaetetuba, este rio abrigava uma estimativa de 8 (oito) engenhos para produção de cachaça e mel. O engenho São José (1922), localizado as margens direita da comunidade do Baixo Tucumanduba foi um dos mais importantes produtores de cachaça do século XX, que deste restou apenas os resquícios das máquinas e caldeiras no local, sinalizando uma época de prosperidade, seu proprietário foi o Coronel Hygino Maués, dono de grandes áreas de terras e uma das pessoas bem-sucedidas da região no período de glória dos engenhos, em suas terras (hoje pertencente a uma sucessiva geração da família) possui um cemitério onde sepultou muitas pessoas que trabalhavam nos engenhos, crianças e moradores locais e de outras localidades próximas, atualmente fechado.

O Rio Tucumanduba se divide em Baixo e Médio Tucumanduba, devido as comunidades Católicas que foram se organizando, considerado como um rio bastante politizado devido esta separação, sendo na devida ordem a Comunidade Nossa Senhora de Lourdes e Nossa Senhora do Guadalupe. A festividade de Nossa Senhora do Guadalupe é realizada regularmente no terceiro final de semana do mês de outubro, iniciando na sexta e finalizando no domingo, já a festividade de Nossa Senhora de Lourdes acontece no segundo final de se-

mana do mês de novembro. Esta última tem por característica um festividade que inicia com as peripetivas nas casas dos moradores católicos do local, e o apice da festividade perdura por uma semana, reunindo os moradores locais, ex-moradores e comunidades de outros setores que anualmente são convidadas para realizarem as celebrações.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Capitão João Reis, foi uma das primeiras escolas implantada na localidade do Rio Tucumanduba, suprimindo assim a necessidade de escola na comunidade, inaugurada no dia 24 de abril de 1996, passando por reformas nos decorrer dos anos, explorou a educação infantil e fundamental em regime multisseriado, contendo apenas duas salas de aula, esta escola deixou de existir devido problemas na estrutura do prédio, e suas atividades escolares passaram para outro colégio denominado de Dom Ângelo Frosi também na comunidade do Baixo Tucumanduba.

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Dom Ângelo Frosi está localizada no Baixo Tucumanduba, próxima a capela de Nossa Senhora de Lourdes padroeira da comunidade, recebe alunos da Pré-escola ao Ensino Fundamental (anos iniciais) sob responsabilidade do município de Abaetetuba. Possui um prédio em alvenaria contendo 4 salas de aula, um público entorno de 142 alunos, e um número de 16 (dezesseis) funcionários, entre efetivos e contratados.

Também na área educacional a Escola Municipal de Educação e Ensino Fundamental Nossa Senhora do Guadalu-

pe com prédio na comunidade do Médio Tucumanduba, é responsável pela continuidade dos estudos dos jovens que deixam o ensino fundamental (I ciclo), tanto os da própria comunidade como os alunos da comunidade do Baixo Tucumanduba, devido funcionar pelo Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), abrangendo do 6º (sexto) ano do ensino fundamental (II Ciclo) ao 3º (terceiro) ano do ensino médio, auxiliando quem quer terminar os estudos na própria comunidade.

No setor econômico predominam a atividade pesqueira e o extrativismo, a pesca principalmente do mapará (*Hypophthalmus marginatus*)¹⁹ e camarão (*Macrobrachium amazonicum*)²⁰ se tornam os principais meios de sobrevivência da população, o processo de captura do mapará é denominado de “borqueio”²¹.

3. Expressões de um cotidiano banhado pelo rio

Inferir-se no cotidiano ribeirinho significa mergulhar nas múltiplas relações que este sujeito possui com a natureza, o contato com rio, as rotinas diárias, as lendas e culturas, os saberes tradicionais, os trabalhos e as produções, a pesca, as

19. HAINFELLNER, P. **Ciclo reprodutivo e indução hormonal de fêmeas de mapará (*Hypophthalmus marginatus*) no baixo Rio Tocantins, à jusante da barragem de Tucuruí.** Jaboticabal, p. 14-15, 2015.

20. COLLART, O. O. **Aspectos ecológicos do Camarão *Macrobrachium amazonicum* (Heller, 1862) no Baixo Tocantins PA-Brasil.** 1988.

21. Atividade pesqueira desenvolvida na comunidade com um total de 4 “tor-mas” (nome dado ao grupo) de pescadores para a captura do mapará, peixe típico nos rios do Baixo Tocantins, o processo para a captura deste pescado dura em torno de 1 hora e 20 minutos dependendo do estado da maré.

plantações, e a autossustentabilidade, os modos de viver e de se expressar, a forma de entender a natureza e os cursos desta, os ritmos sossegados, uma vida simples e calma, longe da euforia da modernidade tão necessária a vida citadina.

Inferir-se no cotidiano ribeirinho é como mergulhar em rio profundo de águas turvas, que em cada nível se revela o frescor que nos espera, nos fazendo ir mais fundo ainda. Aqui, só quem banhou-se em um rio amazônico em maré alta entenderá minha referência. (Grifo do autor)

Durante a pesquisa de campo foram entrevistadas duas famílias da comunidade, ambas com filhos na escola, levando em consideração a disposição das habitações das famílias, selecionando uma família próxima a escola e outra mais distante em critérios de localização. Nos dois casos os entrevistados foram mulheres, mãe de família que participaram devido os esposos estarem trabalhando. Ambas famílias entrevistadas desenvolvem atividades ligadas ao extrativismo do açaí (*Euterpe oleracea*)²² e a pesca, também são associados a colônia dos pescadores Z-14 de Abaetetuba, com representação na comunidade por meio de uma secretaria.

As famílias foram identificadas com o sobrenome das mães participante deste trabalho, sendo assim, a primeira

22. Açaí (*Euterpe oleracea*), Disponível em <www.brasilecola.uol.com.br> acesso em 25/08/2017

família descrita será a família Lobato, seguido da família Ribeiro, as narrativas aqui apresentadas nos mostram a diferença e também as convergências existentes entre estas famílias tradicionais ribeirinhas, e irá intercalar fala de ambas famílias, quando apresentam seu contexto, suas formas de morar na comunidade, suas atividades de renda e sustentabilidade pessoal, suas impressões sobre a agricultura, além de sua participação na vida escolar e suas perspectivas para o futuro.

A família Lobato é composta por 8 (oito) pessoas, sendo 6 (seis) filhos, mais a figura paterna e materna, nessa família, dos 6 (seis) filhos três são do sexo feminino e os outros do sexo oposto, apenas 3 (três) estudam na comunidade, 2 (dois) no 5º (quinto) ano e 1(um) no 3º (terceiro) ano do ensino fundamental, a filha de maior idade casou-se não chegando a concluir os estudos, o segundo filho de maior idade igualmente não concluiu os estudos em função do trabalho a mãe justifica dizendo “*ele preferiu trabalhar para ganhar o dele*”, e a terceira filha na escala de idade atualmente mora com a tia na cidade de Abaetetuba, cursando o 7º (sétimo) ano. Suas atividades e fontes de renda estão ligadas a pesca e ou beneficiamento do pescado, o trabalho com o extrativismo do açaí, além de serem beneficiários de programa social.

A família Ribeiro, possui um total de 4 (quatro) pessoas integrantes do núcleo familiar, bem diferente da primeira família que possui um número maior de pessoas, sendo extremamente dependentes suas duas filhas, até o dado mo-

mento apenas uma estuda, no 2º (segundo) ano do ensino fundamental (I ciclo) na comunidade, a família trabalha com a pesca e ou beneficiamento do pescado além de contarem como a renda proveniente da produção do açaí, e igualmente beneficiários de programa social.

Mesmo que todos os moradores compartilhem da mesma comunidade, nem todos possuem um espaço para plantar ou cultivar uma cultura, este é um caso que não se restringe somente a família Lobato, mais a um total de 5 (cinco) famílias que moram na margem esquerda do Baixo Tucumanduba, que predominantemente possui uma vegetação de manguezal inundada pelas águas todos os dias formando a lama que é uma mistura pastosa entre terra, argila e água, como observado *in locus*.

Em relação ao espaço de produção as famílias comentam:

“Bem, é assim aqui nós não tem terra, esse lugar aqui é terra da marinha que falam né, e como tu pode ver é uma ilha, aqui não dá pra plantar nada, porque a água mete todo dia (...), o que ainda fazemos aqui é pescar ”. (Entrevista família Lobato)

“(…), aqui nós trabalhamos em conjunto, nós tem um terreno que fica dentro de um garapé, (...), o que nós fazemos é o trabalho com o açaí e a pesca de camarão, a gente descasca esse camarão pra salgar pra vender na cidade que o preço é melhor, mas dá muito trabalho também né. Quando é o tempo de açaí nós vendemos mui-

to pro marreteiro²³ aqui no porto, o meu esposo pesca de malhadeira mas é pra consumo até isso não tá dando mais. (Entrevista família Ribeiro)

Diante das narrativas percebe-se o quanto o cenário de produção muda de um núcleo familiar para o outro, na família Lobato quando fala de seu trabalho coloca como atividade principal a pesca de camarão, devido a especificidade do lugar em que mora, no entanto, define-se que a relação com o rio é bem mais intensa para esta família, mas ao contrário disso, a família Ribeiro caracteriza seu espaço de imediato e cita como primeira atividade o trabalho com a produção de açaí para comercialização, deixando em segundo plano a pesca, logo se considera que a primeira atividade citada possui maior representatividade. Logo, para esta família o contato com a terra é maior.

Referindo-se a essas interações entre o homem ribeiriño e a natureza, Ferreira (2012), destaca essa dependência e acrescenta que esta relação faz parte de sua forma de viver e habitar as margens dos rios e igarapés da região amazônica. No que segue.

As peculiaridades na relação entre homem e meio mostram que as práticas de uso dos recursos naturais apreendidas por estes agentes são, ao mesmo tempo, práticas socioespaciais de reprodução do próprio modo de vida. Dessa forma, dependendo do rio e da floresta

23. Pessoa que faz o processo de comercialização na comunidade.

para quase tudo, o ribeirinho usufrui dos recursos naturais ao mesmo tempo em que preside múltiplas dimensões de seu *modus vivendi*. (FERREIRA, 2012, p.93)

A família Lobato assim como as demais que morram neste local (margem esquerda) dependem muito do rio, devido não possuírem espaço para plantarem, o principal meio de renda para esse núcleo familiar é a pesca, seguido de auxílio do Bolsa família, além de realizarem retiradas de açaí no período de safra no terreno de quem produz na comunidade, o valor recebido varia entre R\$ 4.00 a 12.00, muito em função do valor que é pago pelos atravessadores na rasa²⁴ do produto *in natura*.

Sobre o trabalho na comunidade e a importância de programas sociais para as famílias.

“(…), eu pesco de matapi²⁵, pegando camarão quando dá, tem maré que dá, mas tem maré que não dá nadinha. Meu trabalho é com matapi, as vezes eu vendo aqui mesmo pro marreteiro, quando tá ruim de preso eu descasco e salgo pra vender na cidade. [...], O Bolsa Família é uma ajuda muito grande porque quando é safra todo mundo tem, mas quando não é, nós sobrevive praticamente disso. Tudo aqui é safra, na safra do açaí nós trabalhamos

24. Espécie de artesanato confeccionado na comunidade, usado para o armazenamento de produtos, especificamente o açaí no processo doméstico ou de comercialização.

25. Instrumento muito comum utilizado pelos ribeirinhos da Amazônia paraense na captura de camarão.

muito no terreno do outro, apanhando açaí, todos vão, todo mundo ajuda né, principalmente quando os meninos estão sem aula”. (Entrevista família Lobato)

“Nosso trabalho é com a venda do açaí e esse camarão que nós sempre tamo pescando. Desses somente o bolsa família (...), é um dinheiro muito importante, é um complemento, a gente compra as coisas que ta faltando para as meninas, material, roupa fralda essas coisas. (Entrevista família Ribeiro)

Fazendo correlações com a narrativas dos entrevistados Cruz (2013), aponta que “o trabalho deve ocupar apenas uma parte do dia, sendo a outra reservada para a frequência à escola” (Cruz, 2013, p. 140), nessa mesma concepção as famílias estabelecem essa relação de dependência trabalho-escola, e caracterizam o trabalho como segundo plano em relação aos estudos dos filhos, isso muito bem descrito na fala da família Lobato.

Vitale (2006), nos demonstra que a família se constitui como mantenedora das relações vividas pelos grupos e introduz o conceito de independência e valores imbricados ao trabalho familiar.

Dentre as várias instituições sociais, a família se destaca por ser um ambiente privilegiado para a prática educativa, uma vez que além de ser o primeiro grupo de contato social dos mais jovens, ela é uma das instâncias me-

diadoras entre o indivíduo e a sociedade, pois ela “não só interioriza aspectos ideológicos dominantes na sociedade, como projeta, ainda, em outros grupos os modelos de relação criados e recriados dentro do próprio grupo. (VITALE, 2006, p. 90)

O trabalho na várzea é extremamente fundamental, algumas famílias dependem diretamente da pesca e dos rios, outras da terra e do que vem dela, contudo, a produção do açaí é uma atividade periódica, por outro lado, o pescado sempre tem, mesmo que seja pouco, como descrito pela família Lobato. E é na ausência destes produtos que o Programa do Governo Federal Bolsa Família assume seu verdadeiro caráter assistencial, representado em ambas falas.

Como me referir no primeiro parágrafo deste texto volto a dizer, o trabalho no campo, na terra firme, nas ilhas, ou mesmo nas ilhas de transição (várzea-terra firme), inicia muito cedo os filhos vão aprendendo as atividades desenvolvidas pelas famílias, estas incentivam garantido a reprodução ou melhor dizendo um preparo para o futuro.

“Iniciei muito cedo desde criança já trabalhava com minha mãe, pescava de matapi e tecia paneiro²⁶. Ajudava em casa, eu venho de uma criação em que todos tinham

26. Categoria de artesanato produzido na comunidade por alguns moradores para a comercialização, tendo por característica um espaçamento maior entre as talas, por isso utilizado para guardar produtos maiores proporcionalmente, exemplo: mangas e aves (galinhas, patos) miriti etc.

que participar, sabe, as vezes eu me perguntava porque tenho que trabalhar, depois que eu me entendi, que arranjei família que eu fui entender melhor, porque nem todos as coisas são fácil a gente tem que correr atrás. Pra quem trabalha com a pesca é uma incerteza, porque nós nunca sabe se vai pegar ou não, porque é assim eu pesco e tiro da boia quando não tem, e o resto eu vendo pra comprar outras coisas que falta”. (Entrevista família Lobato)

“Eu sempre ajudei em casa, lá em casa todos ajudavam de alguma forma. Desde criança eu já ia com a mamãe colocar matapi na beira. (Entrevista família Ribeiro)

Sobre as modificações do trabalho na comunidade ao longo dos anos, tanto a família Lobato quanto a família Ribeiro, respondem com bastante desânimo, e apontam que as atividades permanecem as mesmas, algumas transformações ocorrem na inserção de máquinas roçadeiras, que facilita e ajuda o trabalho, além dos instrumentos de pesca (matapis) que atualmente são bem mais resistentes, pois, são confeccionados com fibra plástica antes por cipó, que apodrecia bem mais rápido devido o contato com a água, mas o que muda é bem pior que essas modificações levando em consideração suas falas, contudo, percebe-se que estas famílias continuam acreditando nestas atividades, quando colocam suas expectativas em relação a agricultura.

Nas falas:

“O que mudou muito foi o peixe e o camarão, porque pra nós que sempre trabalhamos com isso sofremos agora com a falta. Antes tinha muito peixe e camarão aqui, todo mundo pescava e todos pegavam, agora não, quando a gente carrega o matapi de manhã da até uma tristeza, não tem nada. Mas enquanto eu tiver forças eu quero continuar pescando, porque é o que nós sabemos fazer. E o que fazemos aqui é agricultura, porque trabalhamos nisso a anos, criamos nossos filhos com isso”. (Entrevista família Lobato)

“O que mudou é que cada vez mais tá difícil, o peixe não tem, camarão ta pegando pouco também, acho que é porque a população do rio que aumentou muito, todo mundo precisa né, então vai até acabar. Nossa perspectiva é continuar a trabalhando da forma que a gente sabe, tirando açaí na época, colhendo o que nós tem aqui, (...), todo mundo espera se manter aqui desse trabalho que nós faz. Tudo isso que nós fazemos aqui é agricultura, nós sobrevive basicamente disso, tanto a pesca como o trabalho com o açaí, tudo que nós faz aqui”. (Entrevista família Ribeiro)

4. A escola ribeirinha e a articulação dos saberes com a realidade

O contexto educacional também faz parte de quem mora nas ilhas.

E como ribeirinho aprendi também desde cedo e com apoio familiar que deveria investir e acreditar nos estu-

dos, e se hoje vos escrevo é porque tive uma base, um pai e uma mãe que “investiram todo seu suor” pois, primeiramente acreditaram em meu potencial. E nas narrativas dos entrevistados vi meu passado, vivi meu presente enquanto aluno na comunidade e meu futuro com o acesso à universidade. Por isso sei o quão é importante a família presente na vida escolar, os sonhos retratados se equivalem aos meus. Seria quase impossível escrever este texto sem colocar minhas impressões, e não é por exaltação e sim por fazer parte deste contexto. (Grifo do autor)

Nas narrativas dos entrevistados ficou muito marcado a importância que a escola possui para as famílias e comunidade, esta que assume um papel de referência, percebe-se que, ainda se acredita na potencialidade da escola campestre, em caráter de transformação social. Por isso as famílias intensificam e enraízam nos estudantes a importância de mantê-los na escola.

Em consideração as vantagens, problemas e o que a escola representa para as famílias, estas comentam que:

“A escola aqui é tudo pra nós, faço de tudo para os meus filhos estudarem, de primeiro a escola era bem aqui de frente, mas essa daqui fechou, agora meus filhos estudam lá no furo. A vantagem é que fica aqui mesmo no rio, tem rabeteiro²⁷ e os professores daqui mesmo, os

27. Pessoa responsável pelo transporte dos alunos até a escola, e da escola até suas casas.

problemas que eu posso falar é que as vezes falta merenda. (...), eu sonho num futuro pros meus filhos, toda mãe quer o melhor para os nossos filhos. E eu tenho muita esperança que meus filhos possam se formar e garantir uma vida tranquila. Nós fazemos de tudo pra eles estudarem”. (Entrevista família Lobato)

“[...], a escola é muito importante né, tudo tá fácil só não estuda hoje quem não quer. O maior problema é que as vezes falta rabeteiro, pra mim nem tanto que eu moro aqui perto, mas se não vem o rabeteiro não tem aula pra ninguém. As vantagens é que agora todos os professores são daqui a gente sente segurança em mandar nossos filhos pra escola, antes tinham umas professoras que vinham da cidade ficavam aqui uns dias depois iam embora, era difícil uma semana que tinha aula direito, [...], eu espero que minhas filhas sigam nos estudos, se formem e tenham um trabalho”. (Entrevista família Ribeiro)

Percebe-se que a escola na comunidade é vista como um meio para se garantir um futuro, uma esperança de se formar e ter um trabalho, uma vida tranquila. No entanto, a escola continua exercendo sua principal função, que é mudar vidas e é esse acreditar no papel da escola que faz toda a diferença. E a relação família-escola é coerente para um trabalho exitoso. Os problemas apresentados influenciam diretamente no trabalho da escola, porém o fato dos professores serem moradores da comunidade ressalta a importância da

educação do campo e de um trabalho conectado a realidade de todos, já que ambos sujeitos partilham do mesmo contexto social, educacional e cultural e ambiental e geográfico.

Sobre o nível de participação das famílias na vida escolar:

“Eu dificilmente vou na escola só quando tem reunião ou quando me chamam, meus filhos me falam o que tá acontecendo na escola, também o trabalho as vezes impede, esses dias eu fui, que foi a festa junina de encerramento das aulas”. (Entrevista família Lobato)

“Com os rabeteiros eu percebo que diminuiu muito a participação dos pais na escola, antes os pais ainda vinham na escola agora não, eu sempre vou lá saber como ela tá indo na escola, acho que é nossa obrigação enquanto mãe, as vezes fica tudo pro professor né, tem que ter essa participação nossa também”. (Entrevista família Ribeiro)

Fazendo uma comparação entre as famílias e o nível de participação na escola a família Ribeiro possui um contato maior com a escola em relação a família Lobato, devido morar próxima a mesma, juntamente acrescenta elementos que justificam a ausência de quem mora em distanciamento da escola. Nas ilhas deve se levar em consideração o trabalho, como revela a expressão, “o dia começa mais cedo” explicito na fala da família lobato. Contudo, ambas famílias possuem as mesmas expectativas para os estudos dos filhos.

De acordo com as informações dada pelo Servidor, a escola vem trabalhando na perspectiva de seus sujeitos, como proposta de um ensino na base do contexto social em que ambos estão submetidos, e acrescenta que o trabalho coletivo garante o êxito das atividades escolares.

“Aqui o trabalho é desenvolvido em conjunto, a escola é um anexo, por isso ela não tem (PPP) próprio da escola, nós nem nos baseamos pelo (PPP) da escola polo porque a realidade é diferente. Assim nós vamos nos planejando, nos organizando e trabalhando. Nós assumimos essa responsabilidade porque não dá para trabalhar na perspectiva da cidade”. (Entrevista com um Servidor)

Nesse mesmo sentido Cruz (2013), ressalta a importância de um ensino ligado ao meio social que tanto a escola quanto os alunos fazem parte.

A escola que de fato contribuirá para a construção de outro modelo de desenvolvimento no campo não será a escola urbanocentrada, precária e desconectada do seu meio em envolvente, tão bem representada pela “escola rural” que, tem marcado a história do campo brasileiro. A escola que verdadeiramente importa nesse processo precisa ser (re) construída a partir de um projeto político pedagógico que atenda as demandas dos sujeitos sociais e de seus movimentos, sem que isso signifique negar o universal. (CRUZ, 2013 p.133)

Sendo um anexo a escola não possui um Projeto Político Pedagógico (PPP) próprio, e o que chega a escola não está em conformidade com a realidade da comunidade, mas sim, a uma proposta urbana de ensino que não leva em consideração o alunado ribeirinho e o entorno que envolve a escola. Uma grande verdade, é que grande parte das escolas localizadas no campo (tanto de terra firme ou de várzea) ainda seguem esse modelo de ensino, porque ainda não conseguiram superar a dicotomia de um ensino imposto e que vem sendo reproduzido ao longo dos anos, e que tende a valorizar somente o que está na cidade. Deste modo (SANTOS, SALGADO & PIMENTEL 2010 p.10), ponderam que “as populações que habitavam e habitam as margens do rio, precisam ter a sua identidade preservada e reconhecida”.

O currículo voltado a realidade dos alunos do campo se configura como forma de resistência e reafirmação de identidade, e entender a necessidade de um ensino em que considere os alunos, a comunidade, a cultura, o espaço, o trabalho e os modos de viver se torna fundamental nesse processo de ensino no campo e nas ilhas.

“Da para articular muita coisa, por exemplo: o rio, as plantas, a diversidade, a cultura o e espaço em si, a maior dificuldade disso é o pensar e o pesquisar. É muito difícil trabalhar a realidade se o professor não for criativo”.
(Entrevista com um Servidor)

Por isso comenta que todas as escolas da rede municipal localizadas nas ilhas deveriam trabalhar suas realidades, o que se tornaria uma teia de experiências das escolas, em que poderiam compartilhar material e didáticas adequadas a contextualização do ensino para os estudantes, por isso a conversação é um instrumento necessário para romper a reprodução urbana e estimular a produção de novas experiências educacionais.

“Nós temos essa consciência, mas é muito difícil quando trabalhamos de forma isolada, se todo corpo municipal já viesse trabalhando nessa perspectiva do campo seria muito mais fácil, acredito pra todos as escolas ribeirinhas”. (Entrevista com um Servidor)

Por isso compreender o dia-a-dia do aluno do campo é uma experiência que favorece trocas, como acrescenta Freire (1996), no livro *Pedagogia da Autonomia*, “não existe docência sem discência” (Freire, 1996, p.12) e com isso, é necessário antes mesmo de ser um educador ser aluno e está disposto ao diálogo, a curiosidade e no que se aprende nas trocas experienciais.

É importante ressaltar que a escola não se omite a realidade dos alunos, e entende suas participações nas atividades da família, pois compreende-se que o trabalho faz parte do cotidiano dos alunos, e os trabalhos desenvolvidos na escola levam em consideração a contextualização dos conteúdos a partir da realidade da comunidade. Um estudo a base

da realidade dos alunos não significa o fechamento para compreensão de outras realidades e conteúdos, mas ao contrário disso, significa o estabelecer do diálogo entre os saberes produzidos pela e na comunidade com os saberes escolares.

“Sabemos que muitos estudantes ajudam em casa nas atividades, nós percebemos muito isso na safra do açaí, em que os alunos faltam muito, dessa forma nós somos mais flexíveis com os alunos, não temos um material próprio, mas atentamos para a questão da contextualização dos assuntos com a realidade daqui”. (Entrevista com um Servidor)

5. Considerações Finais

O homem ribeirinho no contexto amazônico representa muito mais que as interpretações deturpadas de sua imagem, representa formas e vidas que merecem respeito, uma autenticidade que merece evidência e não negação. Por isso a vida ribeirinha nas ilhas de Abaetetuba representa movimentos que se conectam com o cotidiano, seja na enchente ou mesmo na vazante das marés.

No processo de educação no campo é importante as escolas entenderem que os alunos que chegam até elas não chegam vazios, estes carregam consigo muitas experiências do seu dia-a-dia, do seu cotidiano, experiências estas que necessitam ser lapidadas pela escola, e é imprescindível a omissão do contexto que os cerca. Diariamente assumimos

várias identidades como acrescenta Hall (2003)²⁸, por isso a escola do campo deve sair de sua parcialidade, reconhecer e fomentar discussões e práticas educativas que coloque o aluno campesino como protagonistas e não como coadjuvantes.

Entender a importância de um currículo voltado para a realidade do aluno como sujeito de direito requer “a aceitação do novo que não pode ser negado” como propõem (Freire, 1996, p.20) é entender que o aluno é parte integrante e envolvê-los nas atividades estimula a sua própria comunicação com o espaço em que habita.

Vale destacar que os conhecimentos das comunidades rurais merecem evidência através de um trabalho das escolas, que realmente exalte sua potencialidade e supere a ótica depreciativa do sujeito que habita o campo fortalecidas pela concepção moderna proveniente do urbano, reconhecendo-os como pessoas igualmente de direitos, e que a vida ribeirinha seja pauta e não uma realidade a ser superada pelo progresso urbano. Pois, “ [...] a escola do campo tem que ser um lugar onde especialmente as crianças e os jovens possam sentir orgulho desta origem e deste destino; não porque enganados sobre os problemas que existem no campo, mas porque dispostos e preparados para enfrentá-los, coletivamente”. (CALDART, 2002, p. 35 *apud* CRUZ, 2013, p. 143)

Nesse propósito Santos, Salgado & Pimentel (2010), nos colocam que;

28. Ver citação na página 4.

As populações ribeirinhas são vistos como a expressão do passado, ou seja, um estágio que é necessário ser superado. Essa é a visão mais preconceituosa, pois nega os conhecimentos empíricos de tais pessoas, como se a vivência nessas localidades fossem apenas um estágio evolutivo, que muitos ainda não superaram, ou seja, não evoluíram. (SANTOS, SALGADO & PIMENTEL, 2010 p. 4)

A escola em questão já apresenta um trabalho na perspectiva dos alunos, pois compreende que o ensino urbano proposto pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola polo não trabalha nos mesmos caminhos, e é necessário que as caminhadas da escola do campo deixem pegadas, marcas que acrescente novas formas de entender os conteúdos a partir de uma realidade que é sua. Contudo, acredita-se que deveria ser um trabalho entre toda rede municipal de ensino, o trabalho isolado retém o contato com outras didáticas e métodos de ensino das escolas do campo.

As famílias possuem muitos sonhos em relação a escola, mesmo que o nível de participação na vida escolar mude de uma família para a outra, há algo que estas possuem em comum e que faz brotar muitas expectativas em relação aos estudos dos filhos, é a esperança, um acreditar que através dos estudos poderão ter uma vida mais tranquila e segura. A escola na comunidade ainda possui seu valor e é uma ponte para novas oportunidades. A escola na comunidade ainda possui seu valor mesmo em uma sociedade hegemônica e de inversão de valores. A escola na comunidade ainda pos-

sui seu valor e reconhece o contexto social em que está inserida. A escola ainda possui seu valor.

Referências

- DECRETO Nº 6.040 DE 7 FEVEREIRO DE 2007. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm acesso em 23/09/2015.
- CANTO, O. **Várzeas e Varzeiros da Amazônia**. Belém: MPEG, 2007.
- SANTOS, C.R.G; SALGADO, M.S; PIMENTEL, M.A.S. **Ribeirinhos da Amazônia: modo de vida e relação com a natureza**. 2010.
- DIEGUES, A. C. S. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: Hucitec, 1996. In: FERREIRA, R. S. **Modo de vida e uso dos recursos naturais em uma comunidade ribeirinha das ilhas de Abaetetuba/PA**. Revista Terceira Margem Amazônia. Vol.1, 2012.
- FERREIRA, R. S. **Modo de vida e uso dos recursos naturais em uma comunidade ribeirinha das ilhas de Abaetetuba/pa**. Revista Terceira Margem Amazônia. Vol.1.2012.
- FURTADO, L. LEITÃO, W.; MELLO, A, F.; (org.) **Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, Coleção Eduardo Galvão, 1993.
- CRUZ, R. **A formação para o trabalho no âmbito da família camponesa e da escola de ensino médio rural**. Mato Grosso do sul. Revista da FAED. Vol. 19, 2013.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Ed. EGA. 1996.
- TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. Rio de Janeiro: Record, 1988.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

- CALDART, R. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: CRUZ, R. **A formação para o trabalho no âmbito da família camponesa e da escola de ensino médio rural**. Mato Grosso do sul. REVISTA da FAED, V. 19, 2013.
- VITALE, M. A. **Socialização e família**: uma análise intergeracional. 2006.
- VICTORIA, C. G. **Mergulhando nos rios do cotidiano**: escola e cultura na vida dos jovens de uma comunidade ribeirinha no amazonas. 2012.

O CONTEXTO EDUCACIONAL DAS FAMÍLIAS RURAIS DA COMUNIDADE DE VILA DE BEJA

Claudia Margalho Rodrigues

Rozelma Marinho

Rosilda do Socorro Ferreira Vaz

Sebastião Martins Siqueira Cordeiro

1. Histórico da Comunidade de Vila de Beja

A Vila de Beja está situada no município de Abaetetuba, Estado do Pará, na região Norte do Brasil, com aproximadamente 8 mil habitantes residindo dentro da vila. Para Machado (1986), Vila de Beja (território de Abaetetuba), indubitavelmente foi o berço de toda história para região do Baixo Tocantins. Antes da chegada dos primeiros aventureiros, toda região em torno de Beja já havia sido visitada pelos missionários Jesuítas, em trabalho de catequese. Porém, só com a chegada dos comerciantes e dos interesses econômicos é que os povoados ditos “civilizados” começaram a surgir.

Beja situada na zona fisiográfica Guajarina, à margem direita do rio Pará, afluente do Tocantins, teve suas origens somente por volta de 1635, devido à penetração portuguesa na Amazônia, esta última o sabemos, somente tornou-se viável a partir do momento em que foi levada em efeito a na-

vegação pelos seus rios. Aliada a navegação, a presença de sacerdotes católicos, com o objetivo de combater a reforma protestante contribuiu para que as distâncias fossem vencidas e a cultura europeia se firmasse.

No entanto, tudo começou quando padres capuchinhos conseguiram aldear em uma pequena tribo nômade denominada “MORTIGUAR”, que era de origem marajoara por sua própria natureza migratória e seguindo o curso da praia vieram mais além até a sesmaria do senhor Benjamim onde foram aldeados por padres capuchos formando um aglomerado denominado “SAMAÚMA”, pela quantidade de sumau-meiras existentes no local. Segundo Lobato (1993), o nome Beja surgiu em homenagem ao senhor Benjamim, fato não comprovado, o que se sabe historicamente, é que os colonizadores portugueses em homenagem aos seus lugares de origem denominaram as regiões conquistadas com nomes de regiões portuguesas. Assim como ocorreu com as cidades paraenses de Santarém, Óbitos, Ourem e tantas outras.

Portanto, Beja é o nome de uma cidade portuguesa. Por conta disso, “Beja indubitavelmente é berço para todo devir histórico em terras de Abaetetuba”.

Os padres capuchinhos ficaram no aglomerado até o ano de 1653, quando foram substituídos pelo padre alemão Aluízio Conrado Pfeil, que teve bom desempenho e conseguiu fazer um bom trabalho junto com os índios. Dedicavam-se à agricultura e ao extrativismo, plantavam principalmente mandioca e milho, construíram também uma camboa de pedras, às margens do rio Arapiranga de Beja de onde reti-

ravam pescados e mariscos durante o baixo mar para sua subsistência.

Posteriormente, o padre Aluízio retornou para sua terra de origem e foi substituído pelo padre português Antônio Ekel, que iniciou a construção de um templo para os habitantes do lugar o qual era utilizado para cultos e orações, porém, não conseguiu terminar a construção. Seu templo só foi concluído no ano de 1888, pelo padre Francisco Manoel Pimentel. Hoje o referido templo está consagrado ao culto do Arcanjo São Miguel.

Beja alcançou certa autonomia e poder administrativo com a criação de um senado da câmara em 1804. O referido senado era constituído por um juiz ordinário que administrava a vila e os oficiais do senado que fiscalizavam as atividades do juiz.

Em 1833 quando a província do Pará foi dividida em termos e comarcas foram extinto o senado da câmara de Beja, através da lei estadual nº 34 de 30 de dezembro de 1839. Como passar dos anos e o progresso de Abaetetuba, Beja passou a ser apenas um distrito, porém rica em seu quadro paisagístico, com sua linda praia localizada a 22 km da sede do município.

Vila de Beja é um local de exuberante beleza, porém, vem sofrendo um intenso processo de transformação advinda da atividade turística que denota o surgimento de novas formas de relação entre o ser humano e a natureza. Segundo Rodrigues (1997) ao apropriar-se do espaço, a atividade turística recria condições para exploração, produção e re-

produção do espaço geográfica, é nesse sentido que compreendemos as complexas modificações ocorridas na praia de Beja.

A praia de Beja que por volta da década de 60 apresentava-se inabitada, passando por um processo de ocupação e transformação em decorrência da construção da PA- 403 que integra a Vila de Beja ao município de Abaetetuba.

No entanto, a praia de Beja continua sendo muito visitada pelos turistas no mês de Julho e nos feriados que buscam um lugar aconchegante e propício para seu lazer e diversão.

Podemos também destacar um lugar muito frequentado pelos turistas, o famoso Castelo, nome dado pelo formato criado pela tabatinga endurecida pela ação dos séculos que apresentava na ribanceira amarelada, desenhada e decorado pelo musgo esverdeado coletado pela ação do tempo.

2. As Famílias Rurais da comunidade de Vila de Beja

A agricultura familiar é um desses fenômenos que as sociedades ocidentais têm cada vez mais dificuldades de compreender. Isso se deve a muitas razões. Entre elas, está o fato de que a agricultura familiar se contrapõe à concepção burocrática, aos protocolos formalizados e à lógica industrial que domina cada vez mais a nossa sociedade(...). A agricultura familiar carrega a promessa de criar práticas agrícolas altamente produtivas, sustentáveis, simples, flexíveis, inovadoras e dinâmicas. Tendo em conta todas essas características, a agricultura familiar pode contribuir significativamente

te para a soberania e segurança alimentar e nutricional (PLOG, 2014, pag. 7).

O campo é o lugar em que as pessoas vivem em pequenas construções, mas com muito espaço para plantação e criação de animais, onde as pessoas moram em grandes áreas verdes. Quem mora no campo possui maior qualidade de vida, embora em alguns lugares não se tenha tantos avanços tecnológicos.

A maioria das pessoas que vive no campo trabalha na agricultura, sendo que muitos que muitos trabalham somente para sua sobrevivência e outros comercializam seus produtos para ajudar na renda familiar, pois em muitas famílias nem todos os integrantes trabalham na própria terra, tem que buscarem alternativas de trabalho, principalmente nas empresas do projeto Albrás-Alunorte instalada no município de Barcarena.

Nesse sentido, para que possamos compreender melhor a vivência e a realidade de quem mora no campo e trabalha na agricultura, fizemos uma pesquisa de campo, onde entrevistamos duas famílias para coletar dados e informações pertinentes aos atuais momentos em que se encontra a educação das famílias da comunidade de Vila de Beja.

A agricultura e a pesca são as principais atividades econômicas da comunidade, na qual merece destaque a o cultivo de mandioca. Além da renda proveniente da agricultura, as pessoas da comunidade vivem também com renda do funcionalismo público municipal e estadual, trabalham em

indústrias no complexo Barcarena, aposentados e pensionistas compõe a economia local.

Nos últimos anos segundo Rocha (2004), muitos camponeses abandonaram a atividade agrícola ou se desfizeram de suas terras e passaram a trabalhar como funcionários mensalistas das indústrias que vem explorar a mão-de-obra local e barata, com o propósito de tirarem benefícios financeiros dos recursos oferecidos pelas comunidades próximas ao empreendimento.

A comunidade de Vila de Beja é carente na área de emprego, saúde, educação, saneamento básico e incentivo agrícola, assim as pessoas procuram novas formas de subsistência para assim poderem viver melhor.

Durante o trabalho de pesquisa foi entrevistado a família de dona Maria José (73 anos) e seu esposo Florisvaldo (82 anos) que residem na comunidade de Vila de Beja desde que nasceram e sempre trabalharam na agricultura, sendo que no momento estão aposentados, mas continuam ajudando na medida do possível seus filhos durante o processo de produção agrícola, por conta de sua grande experiência construída ao longo do tempo em seu lote de terra.

“A terra é mãe, e se somos filhos e filhas da terra, nós também somos terra. Por isto precisamos aprender a sabedoria de trabalhar a terra, cuidar da vida: nossa grande mãe; nossa vida. A terra é ao mesmo tempo o lugar de morar, de trabalhar, de produzir, de viver, de morrer e cultuar os mortos, especialmente os que rega-

ram com o seu sangue para que ela retornasse aos que nela se reconhecem... ela do valor fundamental do trabalho que gera produção do que é necessário para garantir a qualidade de vida social. (BENJAMIN, CALDART, 2000, pag. 350)".

Dona Maria José, destacou que tem um grande apreço por sua área de terra, herdada de seus familiares, diz que quando ia realizar suas atividades na roça tinha prazer e se sentia muito feliz e realizada em fazer algo que gostava. De seus 12 filhos, 10 moram na própria comunidade e começaram a trabalhar desde criança na roça, deixando muita das vezes de ir frequentar a escola para estarem ajudando na produção da família, pois neste tempo não tinha com quem deixar os filhos para poderem trabalhar.

Os agricultores familiares não utilizam esses recursos para obter lucros, mas para ganhar a vida, ou seja, para obter níveis de renda que lhes proporcionem uma vida digna e, se possível, permitam que façam investimentos para o contínuo desenvolvimento do estabelecimento. Além disso, o estabelecimento agrícola é onde a família investe a maior parte de sua força de trabalho, o que torna um lugar de auto emprego e de progresso da família. É por meio da dedicação, da paixão e do trabalho duro da família que o estabelecimento se desenvolve e a qualidade de vida é aprimorada (PLOEG, 2014, p. 8).

Atualmente, apenas 4 filhos vivem junto com dona Maria José, mas, no entanto, todos tem uma parte no lote da família que foi dividido para que cada um possa cultivar e preservar, pois destaca que todos os membros da família têm um grande cuidado em trabalhar na terra sem causar grandes prejuízos, devido nossa área conter uma grande variedade de animais e vegetais como as madeiras de lei que existe há muito tempo no local. Além disso, os filhos não podem vender seus lotes para outras pessoas, a não ser da própria família, sendo que isso é regra acordada entre os membros familiar.

“Na Amazônia, uma preservação pura e simples de grandes áreas é inviável ou no mínimo perigosa. Jogaria a população local contra a preservação e desrespeitaria os conhecimentos tradicionais dos povos da floresta... Deve haver uma consolidação entre os objetivos da área de preservação com as atividades econômicas da população... A promoção da produção familiar é a peça chave para o desenvolvimento sustentável... Desenvolvimento sustentável é aquele capaz de atender às necessidades da geração atual sem comprometer o potencial de suprir as necessidades das gerações futuras. (XIMENES, AZEVEDO, RIBEIRO, 2002, p. 24)”.

No entanto, os filhos de dona Maria José também desenvolvem outras atividades para aumentar a renda familiar, como trabalhar em empresas no complexo industrial de

Barcarena (Albrás-Alunorte). Mas, no momento estão apenas sobrevivendo do cultivo em suas terras e da pesca do camarão e do peixe.

Destaca ainda que antes o trabalho na agricultura era muito árduo e pesado, onde seus filhos eram pequenos e os recursos não eram favoráveis, pois não tinham transporte como uma bicicleta, tinham apenas um carrinho de madeira e aturá para carregar a mandioca, lenha e outros produtos da roça para a “casa de forno”, dificultando assim o acesso e acabava atrasando o trabalho. As ferramentas utilizadas na produção de sua família eram todas manuais, diferentes como é hoje, pois com o avanço da tecnologia fica mais fácil trabalhar hoje na terra.

Apesar de todas essas mudanças que vem acontecendo no campo que vem facilitando o cultivo da agricultura familiar, sua família nunca recebeu nenhuma ajuda dos programas do governo, pois existe muita burocracia para os agricultores de pequenas áreas de terra conseguir algum tipo de investimento que facilitaria a uma produção em maior quantidade. Porém, sua família só produz para sua própria subsistência, sendo que também realizam sempre que necessário trocas de alguns produtos com famílias de agricultores vizinhas.

Assim pretendem continuar trabalhando de forma ecológica na preservação da área, não fazendo uso de produtos tóxicos, pois o solo acaba ficando muito pobre, não sendo viável para quem pretende continuar vivendo do cultivo da terra. Destaca ainda que os seus netos possam ter um

bom pedaço de área no futuro. Pois reconheço a agricultura como meio de vida e a única forma de subsistência para muitas famílias do campo. É importante destacar que as heranças deixadas pelos antepassados devem ser valorizadas como forma de preservar a identidade cultural de nossas famílias e de nossa comunidade.

A agroecologia estuda a vida e fundamenta a opção por uma agricultura a favor da vida. As práticas agrícolas de base agroecológica são uma realidade cada vez mais respeitada em todo o mundo e nos dão pistas importantes sobre como pode ser o futuro da humanidade no plano da produção de alimentos. Os alimentos são à base de sustentação da vida humana, toda ela em qualquer tempo (CALDART, 2016, p 6).

A família de dona Maria das Graças (50 anos) e seu esposo Gabriel Carvalho (51 anos), agricultores e pescadores residem na comunidade desde que nasceram iniciaram seus trabalhos na agricultura ajudando seus avós, percebem que vem acontecendo muitas modificações nas formas de trabalhos com a agricultura.

As dificuldades com o trabalho no campo são muitas, o que acaba levando os próprios filhos dos agricultores a abandonarem suas tradições culturais e indo integrar outras frentes de trabalhos, como é o caso dos 4 filhos de dona Maria das Graças: Gerson (30 anos), Rodrigo (27 anos), que trabalham no polo industrial de Barcarena (ALBRÁS), ape-

nas em alguns momentos de folga ajudam os pais na agricultura; Daniel (18 anos) e Daniela (15 anos) que fazem curso técnico e estudam com o propósito de conseguirem no futuro um bom emprego fora da agricultura.

O trabalho no campo é bem cansativo, pois as pessoas acordam bem cedo para iniciarem sua jornada de trabalho, em que a maioria do trabalho acontece de forma manual, passam por muitas dificuldades com a falta de incentivo, clima, as pragas que acabam prejudicando e até mesmo destruindo as plantações.

O cultivo é sempre feito de maneira ecológica, onde a família sempre trabalha de maneira sustentável na agricultura, nunca permitindo a utilização de produtos químicos. Até porque a base da produção agrícola é o solo, que por sua vez, é um recurso indispensável para que as plantas possam se desenvolver saudáveis.

A maneira correta de proteger as plantas dos insetos e microrganismos é prevenir o ataque desses agentes da natureza, dando a essas plantas através do solo, uma alimentação saudável e equilibrada. (Cartilha Educativa que aborda o Princípio da Agroecologia).

A família não está vinculada a nenhum programa do governo de incentivo e desenvolvimento da agricultura, recebe apenas ajuda do programa Bolsa Família, o que ajuda na compra dos materiais escolares para os filhos. Essa falta de incentivo na produção faz com que a família não produza

em larga escala. Cerca de 50% da produção agrícola é utilizada no consumo da família e os 50% da produção é comercializada na comunidade.

Para as famílias rurais a escola é de suma importância para os filhos, é lá que eles completam sua cidadania e se preparam para a vida em sociedade.

No entanto, a escola e a família vêm passando por profundas transformações ao longo dos anos. Essas mudanças acabam por interferir na estrutura familiar e na dinâmica escolar, de forma que à família devido às circunstâncias se ausentam das responsabilidades, pelo fato do pai ou mãe terem de trabalhar para ajudar no sustento da casa, e acabam transferindo para a escola as responsabilidades educativas que deveriam ser suas.

No interior de nossa própria cultura, sem sair da nossa própria localidade. Um belo dia, observamos nosso ambiente e nos damos conta de que tudo mudou, tanto que mal somos capazes de saber como as coisas funcionam. Sentimo-nos, então, desorientados como se tivéssemos viajando para a sociedade estranha e distante, mais sem esperança de voltar a recuperar aquele ambiente conhecido na qual sabíamos nos arranjar sem problemas. (ESTEVES, 2004, p.24)

Segundo dona Maria das Graças, seus filhos vão bem na escola, sendo que ela participa frequentemente da vida escolar dos filhos, assim acaba conhecendo os principais pro-

blemas e as fragilidades que a Escola São Miguel onde seus filhos estudam vem enfrentando, e que vem prejudicando a vida de muitos estudantes.

Vale ressaltar que a família e a escola precisam se unir na busca de soluções para os problemas e dificuldades que hoje a escola vem enfrentando. Segundo ARROIO (2000, p.166), os aprendizes se ajudam uns aos outros a aprender, trocando saberes, vivências, significados, culturas, trocando questionamentos, seu tempo cultural, trocando incertezas, perguntas, mais do que respostas, conhecimentos.

O dever da família com processo de ensino-aprendizagem e a importância de sua presença no contexto escolar também é enfatizado na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) no art. 1º destaca o seguinte: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. (Lei nº 9.394/1996).

3. A Educação na Comunidade de Vila de Beja.

No que se refere á educação podemos contar com três unidades escolares, sendo uma Escola de Educação Infantil Rosa Maués Carvalho, a Escola de Ensino Fundamental Maria do Carmo Araújo dos Santos e a Escola de Ensino Fundamental e Médio São Miguel. Sendo que essas escolas recebem alunos de outras comunidades, como: Itacupé, Maúba, Arienga Centro, Cujari, etc. onde o ensino não é oferecido

em sua localidade, e pelo fato de que Vila de Beja está localizada mais próxima de suas residências de que a cidade de Abaetetuba.

No entanto, iremos abordar as atuais condições em que se encontra a Escola São Miguel, que ao longo dos anos vem proporcionando conhecimentos e valores fundamentais, que tem contribuído para o sucesso pessoal e profissional de muitos moradores da comunidade e que ultimamente vem sendo alvo de inúmeras discussões pelos moradores da comunidade e autoridades no que concerne a questão da construção de um novo prédio por conta de interdição devido às precárias condições físicas em que se encontra a mesma.

Sendo que foram apresentando os principais pontos positivos e a importância da mesma para a comunidade, bem como as dificuldades encontradas pelos professores e alunos no desenvolvimento de suas atividades educativas e que vem interferindo na árdua tarefa de educar.

4. Histórico da Escola São Miguel

A Escola São Miguel construída em 6 de junho de 1948, já obteve os seguintes nomes: Escola Independente; Escola Rural da Vila de Beja; Escola Rural Mista da Vila de Beja; Escola Estadual de 1º Grau São Miguel de Beja; e atualmente Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio São Miguel. .

A Escola São Miguel recebeu a primeira reforma no ano de 1958. No ano de 1980 houve a ampliação da escola com a construção de 3 novas salas de aula. Já no ano de 1990 hou-

ve a implantação do ensino Supletivo de 1ª a 4ª etapa, e posteriormente só no ano de 1997 ocorreu à implantação gratuita do Ensino Médio na escola devido a grande demanda de alunos que passaram a frequentá-la. Destas 3 salas que foram construídas, duas salas foram divididas no meio formando hoje um total de 6 salas de aula, bastantes pequenas.

Atualmente, a Escola São Miguel está funcionando nos três turnos manhã, tarde e noite, oferecendo ensino escolar gratuito nos níveis Fundamental Maior 6º ao 9º ano, EJA 3ª e 4ª etapa e Ensino Médio, com 17 turmas funcionando diariamente, sendo 6 turmas no turno da manhã, 6 no turno da tarde e 5 a noite, atendendo a um total de 480 alunos da comunidade de Vila de Beja, como também, recebe alunos de 10 comunidades vizinhas.

A escola está estruturada fisicamente contendo em seu prédio construído em alvenaria que hoje se encontra em condições precárias e com algumas rachaduras: 6 salas de aula, 1 sala de informática, 1 sala de professores, 1 sala da equipe gestora, 1 secretaria, 1 cozinha, 1 banheiro, e 1 salão para os alunos. No entanto, a escola não possui em sua estrutura uma quadra poliesportiva para as atividades de educação física sendo que a escola utilizada à quadra esportiva municipal da comunidade, não possui também auditório para exposição de trabalhos e reuniões, não apresenta biblioteca para pesquisa de trabalhos.

Com relação ao quadro de funcionários a Escola São Miguel possui 21 funcionários distribuídos da seguinte forma: 1 diretor, 1 vice-diretora, 1 técnicas em educação, 1 se-

cretária, 1 agente administrativo, 12 professores, 3 vigias, 2 servente para atender uma demanda de 480 alunos distribuídos nos turnos manhã, tarde e noite. Sendo que a maior parte destes funcionários não reside na Vila de Beja, moram na cidade de Abaetetuba, e tem que se deslocarem todos os dias de sua respectiva cidade para trabalharem na escola.

Neste sentido, procuramos também analisar como funciona utilização do PCN de ciências naturais na escola São Miguel, buscando compreender o planejamento das atividades que irão ser desenvolvidas no decorrer do ano letivo, seleção de conteúdos, e as práticas de ensino adotadas pelos professores, visando ter um maior entendimento sobre aplicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de ciências no cotidiano da escolar, e se o currículo escolar tem alguma relação com a realidade local e quais as medidas tomadas para adaptar o currículo a realidade local dos alunos.

5. A Realidade da Escola São Miguel

A Escola São Miguel vem apresentando vários problemas ao longo dos anos, durante muito tempo seu prédio está comprometido pelas rachaduras em sua estrutura física, outro fator que contribui para o atraso no processo de ensino e aprendizagem dos alunos diz respeito à falta de professores que é muito evidente na escola, e mesmo quando tem o funcionário da área estes faltam bastante, deixando os alunos sem estudar, motivado principalmente por eles não residirem na própria comunidade, e também terem vínculos em

outras instituições de ensino na cidade de Abaetetuba, prejudicando assim os educandos que precisam de uma educação de qualidade, para que no futuro se tornem bons cidadãos na sociedade.

A educação apesar de todos os avanços dos últimos anos, ainda está em crise, os altos índices de evasão e repetência ainda assolam o contexto educacional brasileiro. Acreditamos que, essa realidade se transforme, é necessário um trabalho conjunto entre escola e a família, porque a tarefa de educar é árdua, visto que deve abarcar os aspectos físico, intelectual, moral, e emocional do educando (OLIVEIRA, GUIMARÃES, 2013, p. 95).

Com todos esses problemas apresentados no prédio, no dia 02 de março de 2017, os bombeiros vieram até a escola fazer uma vistoria para saber se os alunos poderiam continuar estudando na escola. Mas segundo a perícia realizada o prédio não tinha mais condições para continuar funcionando, a partir desse momento começaram outros transtornos para os alunos e seus familiares que passaram a não estudar mais na escola devido o cancelamento das aulas, até o momento em que a SEDUC conseguisse colocar esses alunos.

Os alunos ficaram 3 meses sem estudar e sem perspectivas quando iriam retornar as aulas. Assim, os pais, alunos, e associação da comunidade iniciaram uma mobilização através de protesto, como o bloqueamento da PA 409 que liga Abaetetuba à Barcarena, para chamar a atenção das autori-

dades com o propósito de darem uma satisfação para a comunidade que vive ali esquecida pelo poder público. Vários encontros na 3ª URE foram realizados, manifestação na própria escola, mas infelizmente não surtiu efeito desejado, enquanto isso os alunos ficavam sem aula prejudicando assim a qualidade de ensino.

Somente no final do mês de junho é que a SEDUC conseguiu o espaço do instituto Maria soares para colocar os alunos e dar continuidade às aulas, no entanto, o prédio teve uma pequena obra de readaptação que não propiciou um espaço agradável para o desenvolvimento do ensino, onde as salas de aulas ficaram pequenas e sem ventilação, falta de ventiladores, segundo professores e alunos o calor é insuportável em que os alunos e professores ficam a todo o momento “pingando” de suor e principalmente os professores que falam toda hora prejudicando a sua garganta, água não é tratada vem de um poço artesiano que fica próximo às fossas sanitárias, o que fez professores e alunos terem tivessem infecções intestinais.

Outro fator que merece destaque, diz respeito ao funcionamento da escola á noite que é bastante preocupante devido à falta de iluminação pública nas ruas próximas da escola, atraindo usuários e vendedores de drogas, fazendo com que a violência se aproxime da escola colocando em risco a vida de alunos e funcionários que ficam amedrontados e em estado de medo de serem assaltados e sofrerem com algum tipo de violência.

É complicado à falta de respeito das autoridades com a nossa educação, principalmente em nosso estado do Pará,

onde a maioria das escolas estão sucateadas pela falta de competência do estado que poderia olhar com maior atenção e dedicação a educação em nosso estado para que no futuro essas crianças e jovens possam ter uma boa formação intelectual e pessoal para que sejam capazes de serem agentes transformador em nossa sociedade.

“A escola é mais um dos lugares onde nos educamos. Os processos educativos acontecem fundamentalmente no movimento social, nas lutas, no trabalho, na produção, na família, na convivência cotidiana. E a escola, que tem a fazer? Interpretar esses processos educativos que acontecem fora, fazer uma síntese, organizar esses processos educativos em um projeto pedagógico, organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumentos científico-técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade. A escola, os saberes escolares são um direito do homem e da mulher do campo, porém esses saberes escolares têm que estar e sintonia com os saberes, os valores, a cultura, a formação que acontece fora da escola”. (ARROYO, 1999, p. 14.)

Contudo, as famílias não desistiram de lutar por uma escola de qualidade para seus filhos e, estão sempre indo atrás de resposta na SEDUC, onde esta não faz uso de suas palavras, pois a mesma prometeu a abertura de uma licitação para a construção da nova escola que iria sair no mês de agosto, mas infelizmente isso não aconteceu.

Vale destacar que no dia 28 de agosto aconteceu uma audiência pública em nossa comunidade, onde foi tratado o processo de municipalização da educação que vai acontecer no município e os principais problemas que vem sendo enfrentados pelas escolas. Muitas autoridades estavam presentes como: alunos e seus pais, diretores e coordenadores das escolas de Beja, estradas e ramais; diretora da 3ª URE, diretora do Conselho Municipal de Educação, representante do SINTEP, Conselho Tutelar, e o promotor do Ministério Público de Abaetetuba.

A audiência foi muito importante para a comunidade, pois foi bastante discutido sobre a atual condição da escola São Miguel, sendo a escola que mais se falou dentre os representantes presentes, motivada principalmente sobre a falta de compromisso das autoridades com a educação na Vila de Beja, onde professores, pais de alunos cobraram do promotor do ministério público e da diretora da 3ª URE respostas referentes à construção de uma nova escola antes prometida e que até então não havia nem indícios para iniciar a obra.

As reivindicações dos pais foram muito boas, pois colocaram que estão cansados de tantas promessas falsas, onde certa mãe colocava que se sentia lesada pelo estado por não ter uma escola na comunidade que possa contribuir na qualidade da educação, dizendo que não queria tirar seu filho da escola comunidade para estudar na cidade de Abaetetuba, por que se ela fizesse isso, estaria resolvendo apenas o problema do filho dela e os outros alunos que iriam ficar

sem aula na escola. Relatou também, que gostaria que seu filho estudasse na comunidade, e que vai levantar a bandeira de uma educação para a comunidade do campo onde os alunos não tenham de sair de sua comunidade para estudarem na cidade, onde as escolas possam ter condição de educar as crianças de acordo com sua realidade e com as experiências da cultura local.

(...) a escola no meio rural esteve sempre sujeita a interesse políticos e econômicos, sem considerar as reais necessidades da população ou dos professores. Isso fez com que o camponês recebesse uma escola de segunda mão (BELTRAME, 2000, p.24).

Outra colocação muito importante foi enfatizada pela diretora do conselho municipal de educação Diselma, que enfatizou a questão que as escolas deveriam ter seus gestores e coordenadores de sua própria comunidade, pois conhecem a realidade cultural dos educandos, assim eles poderiam contribuir de forma substancial na educação da comunidade.

“Queremos uma escola que se deixe ocupar pelas questões de nosso tempo, que ajude no fortalecimento das lutas sociais e na solução dos problemas concretos de cada comunidade e país.... defendemos uma pedagogia que se preocupe com todas as dimensões do ser humano e que crie um ambiente educativo baseado na ação e na par-

participação democrática, na dimensão educativa do trabalho, da cultura, e da história de nosso povo....acreditamos numa escola que desperte os sonhos de nossa juventude, que cultive a solidariedade, a esperança, o desejo de aprender e ensinar sempre e de transformar o mundo”. (Caldart, 2000, p. 59)

6. Gestão e Coordenação da Escola São Miguel.

O diretor Josias que trabalha à cerca de 3 anos na escola São Miguel, destacou que apesar da escola não possuir uma boa estrutura física e um quadro de funcionários adequados para a demanda de alunos, em comparação as escolas que trabalha na cidade de Abaetetuba, a escola ainda assim oferece um ambiente bom para ele desenvolver suas atividades pedagógicas junto aos professores e alunos, sendo que a comunidade local sempre tratou a gestão escolar com respeito.

No entanto, em alguns momentos existe a cobrança de pais e alunos por melhores condições de ensino, que vai desde a construção de um novo prédio, com salas climatizadas, biblioteca, sala de informática apropriada para se fazer pesquisa, quadra esportiva, banheiro, como também, a resolução de problemas relacionados à falta de professores, pois não estão suportando estudar em um espaço que não oferecem o mínimo de condição para desenvolverem suas atividades educativas.

A falta de professores, segundo a direção é um dos maiores problemas que hoje a escola enfrenta, pois constan-

temente ele faz pedidos ao órgão responsável não somente pela contratação de professores, mas também de outros funcionários que a escola precisa, no entanto, a escola São Miguel poucas vezes é atendida, o que acaba deixando na maioria das vezes turmas sem professores durante um bom período no decorrer do ano letivo.

Quanto à organização do calendário escolar, a direção, coordenação, professores e funcionários organizam com base na realidade local dos alunos, nunca deixando de lado os aspectos culturais da comunidade, principalmente em datas comemorativas e alguns eventos realizados pela escola.

No entanto, a técnica pedagógica Madalena, que trabalha a cerca de 6 anos na escola, destacou que a cultura local da comunidade só é trabalhada pelos professores na escola quando tem a Feira Cultural, ou em algumas datas comemorativas, a escola quase que não valoriza o conhecimento local dos alunos e da comunidade durante o desenvolvimento diário de suas atividades educativas. Apesar de a escola São Miguel possuir seu Projeto Político e Pedagógico que foi construído contando com a participação da comunidade local nas várias reuniões que houve o mesmo não é colocado em prática, pois a valorização cultural que é parte integrante do projeto não é valorizada no cotidiano escolar.

Para Libâneo (2001), o coordenador pedagógico é aquele que responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico, ou seja, é aquele que coloca em prática as ações que devem acontecer no cotidiano escolar, es-

tando diretamente relacionado com os professores, alunos e pais. Junto ao corpo docente o coordenador tem como principal atribuição à assistência didática pedagógica, refletindo sobre as práticas de ensino, auxiliando e construindo novas situações de aprendizagem, capazes de auxiliar os alunos ao longo de sua formação.

Segundo a técnica pedagógica o currículo da escola, infelizmente na maioria das vezes não é adaptado à realidade local dos alunos, a maioria dos professores trabalham por conta própria de acordo com suas experiências ou seguindo aquele currículo que vem pronto e acabado e não tem nada a ver com nossa realidade, e assim não seguem as competências e as habilidades pertencentes à valorização e adaptação do currículo a realidade local.

O objetivo do coordenador pedagógico é oferecer subsídios para ajudar seus professores a entender melhor sua prática e dificuldades encontradas no dia a dia escolar, além de ser um forte articulador na educação continuada dos mesmos. Ao possibilitar a articulação dos conhecimentos, o coordenador pedagógico abrirá oportunidades para que seus professores façam uma reflexão das suas ações, além de conduzi-los a terem um olhar mais profundo sobre o contexto escolar onde atuam (OLIVEIRA, 2009).

Nesse sentido, percebe-se que às dificuldades enfrentadas pelos alunos em sua aprendizagem são muitas, dizem respeito

às precárias condições de infraestruturas que a escola dispõe, como também, a falta de espaço e ambientes de aprendizagem, como uma sala de leitura para estimular o desenvolvimento dos alunos que apresentam grandes dificuldades em ler e interpretar textos, uma biblioteca e uma sala de informática para atividade de pesquisa, e principalmente a postura de alguns professores com relação a sua prática pedagógica que na grande maioria é totalmente defasada sem o mínimo de compromisso com a aprendizagem do educando, tais práticas de muitos professores é somente transmissora de conteúdos.

No entanto, o diretor destacou ainda que na escola não funciona nenhum projeto e programa do governo voltado para melhorar a aprendizagem dos alunos, o único projeto que funcionava na escola era o Mais Educação, que foi cortado no ano de 2015 pelo governo, por conta da direção passada não ter prestado conta de seus respectivos gastos.

Apesar dos fatos a coordenação da escola e os professores não se mobilizam com o propósito de elaborarem a construção de algum projeto que venha beneficiar a aprendizagem dos alunos, principalmente aqueles que apresentam dificuldades em ler, escrever e interpretar textos e situações problemas, pois a escola até esse momento não possui nenhum projeto de sala de leitura, apesar da direção de já ter realizado reuniões com a coordenação e com os professores para esse objetivo na escola.

Nesta perspectiva deve haver uma mudança de uma nova proposta de coordenação pedagógica, nota-se que

as decisões não cabem apenas ao coordenador, mas a equipe escolar em geral, buscar de forma coletiva, entre todos os segmentos profissionais no ambiente escolar a resolução dos problemas os desafios diários, visando assim, à participação e aperfeiçoamento permanente de todos os educadores (OLIVEIRA, 2009).

Nesse sentido, mesmo com as dificuldades segundo a técnica pedagógica Madalena, o relacionamento com a comunidade é boa na escola, pois a mesma participa de reuniões e eventos juntamente com os funcionários visando sempre à valorização da educação dos alunos.

Assim, a partir do que foi explanado, podemos observar que a escola tem uma grande importância para a comunidade, e necessita de um maior interesse da equipe gestora em buscar alternativas para solucionar os problemas dos alunos, principalmente os relacionados à falta de professores e suas práticas pedagógicas que na maioria dos casos são apenas transmissores de um currículo que é bem distante da realidade de nossa comunidade.

Contudo, a educação tem um papel determinante na criação de um ambiente propício à produção cultural, tomando como ponto de partida resgate dos valores pertencentes aquela comunidade ao qual o educando está inserido. O aprender é um processo criativo, ativo e inovador que auto se organiza, e se integram em tempos e distintos modos de conhecimentos, de saberes, adquiridos e vivenciados em diversos momentos de nossa vida.

7. Considerações Finais

A partir de tudo que foi explanado na pesquisa, nos relatos sobre os aspectos históricos, no modo de vida das famílias rurais, na organização atual da educação na Vila de Beja, podemos compreender as transformações, econômicas, sociais, culturais, e educacionais, que vem ocorrendo em nossa comunidade, para a construção de sua atual identidade. Porém, muita dessas mudanças provocou além de conquistas e avanços, inúmeros prejuízos para a comunidade, principalmente, no âmbito cultural em que houve perdas de valores e conhecimentos culturais importantes que antes faziam parte da identidade de nossa comunidade e hoje se perdeu com o tempo da memória da comunidade.

Assim, podemos observar, as transformações pelo qual as comunidades do campo vem passando, que leva muitos jovens e até mesmo seus pais a abandonarem essa meio de vida, no entanto, a agricultura continua tendo um grande valor para as famílias do campo que veem este meio de produção como meio de sua subsistência ou como complementação de renda. A escola tem uma grande importância para a comunidade apesar das sérias dificuldades que ela vem enfrentando, sendo necessário que seu espaço fosse transformado em um espaço mais agradável possível para uma melhor aprendizagem, como também, um maior interesse da gestão escolar em buscar alternativas para solucionar os problemas dos alunos, principalmente os relacionados à falta de professores e suas práticas pedagógicas que não tem nenhuma relação com a realidade das famílias do campo.

E a partir do conhecimento sobre esse processo de transformação pelo qual passa à comunidade acreditamos que somente com uma educação de qualidade comprometida com a valorização do conhecimento cultural da realidade de cada comunidade, podemos resgatar e manter vivo um o que restou da memória de um povo, e ao mesmo tempo evidenciar cultura, economia, religião, educação para que esses saberes possam ser mantidos e transmitidos às novas gerações.

Referências

- ARROYO, Miguel Gonzalez. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**, Brasília, DF: 1999.
- BENJAMIN, César e CALDART, Roseli Sales. **Projeto Popular e Escolas do Campo. Coleção por uma Educação Básica do Campo**. Brasília, 2000.
- CARLDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo. III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)**, GO, 2007.
- CARLDART, Roseli Salete. **Escola do Campo em Movimento**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 2000.
- CARLDART, Roseli Salete. **Escolas do Campo e agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida e pela a vida!** Artigo científico. Porto Alegre. 2016.
- CAZES, George. **Turismo e subdesenvolvimento: Tendências recentes**, In RODRIGUES, Adir Balasteri. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. (Org.) Rodrigues, Adyr A. B. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, (1999).

- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.
- LOBATO, Maria de Nazaré Carvalho. **Ecos da Terra- SECULT** (Secretaria de Estado da Cultura)- Belém: Gráfica Santo Antônio, 1993.
- MACHADO, Jorge. **Terras de Abaetetuba**. Belém: CEJUP, 1986.
- OLIVEIRA, Juscilene da Silva; GUIMARÃES, Márcia Campos Moraes. **O papel do coordenador pedagógico no cotidiano escolar**. Revista Científica. 2013.
- OLIVEIRA, Luiza de Fátima Medeiros de. **Formação docente na escola inclusiva: diálogo como fio tecedor**. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- PLOEG, Jan Douwe Van der. **Dez qualidades da agricultura familiar**. Cadernos de debate. 2014.
- REIS, Luiz. **Abaetetuba**. Belém: Editora Falângola, 1969.
- ROCHA, Elis R. João Batista: **uma escola urbana inserida no meio rural**. 2004. TCC. UFPA/Bragança.
- XIMENES Tereza, AZEVEDO Luiza Elayne, RIBEIRO Adagenor Lobato. **Educação Ambiental e manejo dos recursos naturais**. Belém: UFPA/NAEA, 2002.